



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

CARLOS ROBERTO BALLAROTTI

**PARQUE MUNICIPAL ARTHUR THOMAS EM LONDRINA –**

**PR:**

CONFLITOS POLÍTICOS E SOCIOAMBIENTAIS EM UM  
TERRITÓRIO DE DIVERSIDADE (1975-2009)

---

Londrina  
2010

CARLOS ROBERTO BALLAROTTI

**PARQUE MUNICIPAL ARTHUR THOMAS EM LONDRINA –  
PR:  
CONFLITOS POLÍTICOS E SOCIOAMBIENTAIS EM UM  
TERRITÓRIO DE DIVERSIDADE (1975-2009)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social – Linha de Pesquisa “Territórios do Político” – do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina.

Orientador: Jozimar Paes de Almeida.

Londrina  
2010

CARLOS ROBERTO BALLAROTTI

**PARQUE MUNICIPAL ARTHUR THOMAS EM LONDRINA – PR:  
CONFLITOS POLÍTICOS E SOCIOAMBIENTAIS EM UM TERRITÓRIO  
DE DIVERSIDADE (1975-2009)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social – Linha de Pesquisa “Territórios do Político” – do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Jozimar Paes de Almeida  
UEL – Londrina – PR

---

Profa Dra Luzia Marta Bellini  
UEM – Maringá – PR

---

Profa Dra Zueleide Casagrande de Paula  
UEL – Londrina – PR

Londrina, 31 de março de 2010.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Dr. Jozimar Paes de Almeida, orientador e inspirador.  
Um dos desbravadores da História Ambiental em Londrina.

Aos professores Drs. Gilmar Arruda e Zueleide Casagrande de Paula e Luzia Marta Bellini pelas correções e sugestões que ofereceram para esta dissertação.

Ao administrador do Parque Municipal Arthur Thomas, Sidney Antonio Bertho, que nos auxiliou na pesquisa.

Aos moradores do entorno do Parque Municipal Arthur Thomas, que autorizaram a utilização dos questionários neste trabalho.

Ao pessoal do CDPH na Universidade Estadual de Londrina que colaboraram com materiais preciosos para essa pesquisa.

Ao biólogo e amigo Guilherme André Lanze que auxiliou nos questionários e nas imagens deste trabalho.

À Fundação CAPES nosso agradecimento especial pela bolsa.

*Não nos gabemos, porém, em demasia por conta das nossas vitórias humanas sobre a natureza. Pois para cada vitória dessas a natureza se vinga de nós. Cada vitória, é verdade, a princípio acarreta os resultados esperados, que com demasiada frequência anulam o primeiro. [...] assim, a cada passo, somos lembrados de que nós absolutamente não governamos a natureza como um conquistador governa um povo estrangeiro, como alguém postado fora da natureza – mas que nós com a carne, o sangue e o cérebro, pertencemos à natureza e existimos no seu meio, e que todo o nosso domínio dela consiste no fato de que nós estamos em vantagem em relação a todas as demais criaturas por podermos aprender as suas leis e aplicá-las corretamente (ENGELS).*

BALLAROTTI, Carlos Roberto. **Parque municipal Arthur Thomas em Londrina – PR: conflitos políticos e socioambientais em um território de diversidade – (1975-2009)**. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

## RESUMO

O objeto de estudo deste trabalho é a constituição histórica e natural do Parque Municipal Arthur Thomas, localizado na região sul da cidade de Londrina no Paraná. Considerado pela legislação brasileira como uma Unidade de Conservação Ambiental, o parque apresenta vários aspectos que foram pesquisados, tais como a sua história, a legislação referente à sua criação e também os conflitos e relações existentes no local que expressam um conjunto de forças político-sociais em tensão que gestam este espaço. Desta forma, procuramos entender as relações dos indivíduos com a natureza dentro de um centro urbano. Para tal tarefa, demonstramos a dinâmica de expansão da cidade de Londrina e a necessidade da preservação de suas áreas verdes, simbolizadas aqui por um parque urbano. A metodologia proposta para este trabalho compreende a ação humana como criadora e transformadora do ambiente e podemos entendê-la por intermédio de um levantamento e análise da documentação do parque, além da participação da comunidade do seu entorno por meio de questionários. Privilegiamos nesta análise as várias formas de apropriação e as dificuldades enfrentadas por uma pequena área verde localizada dentro dos limites de um centro urbano, sendo que a pressão exercida pela cidade afeta direta e indiretamente a diversidade que sobrevive dentro do parque e também influi no cotidiano da população limítrofe.

**Palavras-chave:** História ambiental. Parque urbano. Unidade de conservação.

BALLAROTTI, Carlos Roberto. **Arthur Thomas municipal park in Londrina – PR: political socio-environmental conflicts in a diversity territory – (1975-2009)**. 2010. 203 f. Masters (Dissertation in Social History) – State University of Londrina, Londrina, 2010.

### **ABSTRACT**

The present study object is the Arthur Thomas Municipal Park's historic and natural constitution, located in southern city of Londrina in Paraná. Considered by Brazilian legislation as a unity of environmental conservation, the park has several aspects that are being researched such as its history, legislation concerning the creation and also the conflicts and relationships existing in place which express a range of political and social forces in tension that manage this space. Thus, we seek to understand the relationships between individuals and nature within an urban centre. To do this task, demonstrating the momentum of the city of Londrina and the need for preservation of green areas, symbolized here by an urban park. The proposed methodology for this work includes the creative human action and manufacturing environment and we can understand it through a survey and analysis of documentation of the Park, in addition to the participation of the community of its surroundings through questionnaires. We assign this analysis the various forms of ownership and the difficulties faced by a small green area located within the limits of an urban centre, being that the pressure exerted by city affects directly and indirectly the diversity that survives within the Park and also affects neighboring population.

**Keywords:** Environmental history. Urban park. Conservation unity.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 01</b> – Entrada do PMAT em 1985 .....	24
<b>Imagem 02</b> – Entrada do PMAT em 2009 .....	24
<b>Imagem 03</b> – Peroba-rosa .....	27
<b>Imagem 04</b> – Busto de Arthur Thomas .....	28
<b>Imagem 05</b> – Espaço Coruja .....	30
<b>Imagem 06</b> – Vista do lago e da cidade pelo mirante .....	31
<b>Imagem 07</b> – Lagarto-teiú.....	32
<b>Imagem 08</b> – Ipê-branco e o lago .....	33
<b>Imagem 09</b> – Barragem da usina.....	34
<b>Imagem 10</b> – Epífita Mata-Pau .....	35
<b>Imagem 11</b> – Visão do vale/Zona Primitiva do PMAT.....	37
<b>Imagem 12</b> – Cachoeira do PMAT em 1933.....	39
<b>Imagem 13</b> – Cachoeira do PMAT em 2009.....	40
<b>Imagem 14</b> – Macaco-prego.....	44
<b>Imagem 15</b> – Situação do canal de escoamento .....	45
<b>Imagem 16</b> – Alma-de-gato .....	46
<b>Imagem 17</b> – Capivaras em lago assoreado .....	47
<b>Imagem 18</b> – Córrego Piza.....	49
<b>Imagem 19</b> – Primeiras residências na futura cidade de Londrina .....	76
<b>Imagem 20</b> – Tronca de Figueira Branca na região Norte do Paraná, anos 30 .....	80
<b>Imagem 21</b> – Queimada em Londrina na década de 1940.....	86
<b>Imagem 22</b> – Construção de estrada no Norte do Paraná na década de 30.....	92
<b>Imagem 23</b> – Fotografia aérea do PMAT e seu entorno.....	100
<b>Imagem 24</b> – Fotografia aérea indicando os locais do PMAT .....	101
<b>Imagem 25</b> – Primeira usina hidrelétrica de Londrina.....	102
<b>Imagem 26</b> – Fotografia aérea da região do futuro PMAT em 1970.....	104
<b>Imagem 27</b> – Fotografia do projeto da entrada do PMAT .....	108
<b>Imagem 28</b> – Projeto realizado .....	109
<b>Imagem 29</b> – Erosão no entorno do PMAT .....	117
<b>Imagem 30</b> – Deslizamento nas instalações da usina em 2005 .....	118
<b>Imagem 31</b> – Interceptores de esgoto no interior do PMAT .....	120

<b>Imagem 32</b> – Tronco de peroba – Derrubada da mata nos anos 30 .....	123
<b>Imagem 33</b> – Duas situações críticas no interior do PMAT .....	125
<b>Imagem 34</b> – Caçada de Caititus em Cambé na década de 30.....	126
<b>Imagem 35</b> – Entulho de construção no Jardim Piza.....	128
<b>Imagem 36</b> – Falta de Zona de Amortecimento.....	132
<b>Imagem 37</b> – Jaqueira na calçada da Rua Barcelona .....	145
<b>Imagem 38</b> – Macaco-Prego buscando alimento nas residências vizinhas do PMAT .....	146
<b>Imagem 39</b> – Canteiro com vista para o PMAT na Av. Portugal.....	152
<b>Imagem 40</b> – Avenida Dez de Dezembro .....	154
<b>Imagem 41</b> – Jardim Morar Melhor.....	156
<b>Imagem 42</b> – Galhos caídos por cima da cerca e na calçada .....	158
<b>Imagem 43</b> – Processo erosivo na Rua José Lázaro de Gouveia .....	159
<b>Imagem 44</b> – Córrego Carambeí .....	161
<b>Imagem 45</b> – Chácara Santa Rosa.....	163
<b>Imagem 46</b> – Lixo em terreno baldio no Jardim Vale Azul.....	166

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> – Localização Município de Londrina .....	20
<b>Mapa 2</b> – Localização Parque Municipal Arthur Thomas .....	21
<b>Mapa 3</b> – Parque Municipal Arthur Thomas .....	22
<b>Mapa 4</b> – Situação das matas em Londrina .....	81
<b>Mapa 5</b> – Localização da Rua Barcelona .....	144
<b>Mapa 6</b> – Localização da Rua da Natureza e adjacentes .....	148
<b>Mapa 7</b> – Localização das Avenidas Portugal e Dez de Dezembro .....	151
<b>Mapa 8</b> – Localização da Rua Charles Lindemberg e adjacentes.....	157
<b>Mapa 9</b> – Localização da Rua Sicília e adjacentes .....	162
<b>Mapa 10</b> – Localização da Região Leste do PMAT .....	164

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 UM PASSEIO PELO PARQUE MUNICIPAL ARTHUR THOMAS: TERRITÓRIO DE DIVERSIDADE</b> .....	20
<b>3 CONCEITOS E TEORIA DA HISTÓRIA</b> .....	51
3.1 CONCEITUANDO PARQUE URBANO, UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E PLANO DE MANEJO.....	51
3.1.1 Conceitos de Parque Urbano .....	51
3.1.2 Unidade de Conservação .....	54
3.1.3 Plano de Manejo .....	58
3.2 A HISTÓRIA AMBIENTAL: PREOCUPAÇÃO COM O HOMEM E O MEIO AMBIENTE .....	59
<b>4 O HISTÓRICO DO PARQUE MUNICIPAL ARTHUR THOMAS</b> .....	71
4.1 CONTEXTUALIZANDO O PMAT.....	71
4.1.1 A Reocupação de um Território.....	72
4.1.2 A Conquista da Natureza e a Construção da Cidade.....	80
4.1.2.1 A natureza.....	82
4.1.2.2 A floresta e o indígena.....	83
4.1.2.3 O paradoxo cidade e sertão .....	86
4.1.2.4 O conceito de cidade-jardim.....	88
4.1.2.5 O crescimento da cidade.....	90
4.1.2.6 O êxodo rural.....	93
4.1.2.7 A cidade e seus impactos sobre o meio ambiente .....	97
4.2 A HISTÓRIA DO PARQUE MUNICIPAL ARTHUR THOMAS (1975-2009).....	101
4.3 A PRESSÃO ANTRÓPICA .....	114
4.3.1 Solo e Pluviosidade .....	116
4.3.2 Recursos Hídricos .....	121
4.3.3 Fauna e Flora .....	123
4.3.4 Lixo e Pragas .....	126
4.3.5 Visitação.....	130
4.4 LEGISLAÇÃO SOBRE O PMAT E SEU ENTORNO.....	132

4.4.1 Legislação Federal .....	133
4.4.2 Legislação Estadual .....	136
4.4.3 Legislação Municipal .....	136
<b>5 O ENTORNO DO PARQUE MUNICIPAL ARTHUR THOMAS.....</b>	<b>142</b>
5.1 O ENTORNO DO PMAT: CONFLITOS POLÍTICOS E SOCIOAMBIENTAIS .....	142
5.1.2 Relações dos Moradores do Entorno com o PMAT .....	143
5.1.2.1 Rua Barcelona.....	143
5.1.2.2 Rua da Natureza e adjacentes .....	147
5.1.2.3 Avenidas Portugal e Dez de Dezembro.....	150
5.1.2.4 Rua Charles Lindemberg e adjacentes .....	155
5.1.2.5 Rua Sicília e adjacentes .....	161
5.1.2.6 Região leste do PMAT.....	164
5.2 O RESULTADO DA PESQUISA EFETUADA COM OS MORADORES DO ENTORNO DO PMAT .....	166
5.2.1 O Conhecimento Popular e o Conhecimento Técnico.....	171
5.3 A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA ECOLÓGICA .....	177
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>184</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>191</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>201</b>
ANEXO A – Questionário Referente aos Moradores do Entorno do Parque Municipal Arthur Thomas – Londrina .....	202

## 1 INTRODUÇÃO

Podemos observar a cada dia que passa uma valorização massiva do que se refere ao meio ambiente, seja por parte das propagandas ecológicas disponíveis na mídia, pelo receio das consequências do aquecimento global, pelo interesse da academia sobre o assunto, ou mesmo pela preocupação de muitas pessoas da sociedade de que algo está mudando em nosso ambiente e tememos pelo nosso futuro e o das novas gerações.

Por outro lado, o desenvolvimento da sociedade contemporânea continua sendo pautado pela dependência cada vez mais profunda e acelerada dos recursos naturais disponíveis. Enquanto lutamos pela sobrevivência de uma pequena área verde nos limites desta cidade, outros milhares de hectares são destruídos na Amazônia e em outras regiões do planeta.

A população que vive em uma cidade, distanciada do meio natural, acaba se voltando para as áreas verdes existentes no interior do centro urbano ou próximas deste.

As razões que me levaram a optar por um parque urbano como tema do meu trabalho, além de uma grande afeição às árvores e ao meio natural como um todo, foram: o paradoxo preservação-consumismo desenfreado, a constatação da falta de cuidados pelo homem para com a natureza e a respectiva indagação do porquê desta atitude. Isto impulsionou a leitura sobre o assunto, o levantamento da opinião popular e a observação da área estudada para entender um pouco este processo.

Como Thompson salienta, é adequado ao historiador expressar determinados valores e juízos de processos passados, pois este examina vidas e escolhas individuais e não apenas acontecimentos históricos. Ao reconstruir um processo, ao mostrar como na realidade se efetou, devemos, à medida que nossa disciplina o permita, controlar nossos valores. Uma vez, porém, reconstituída essa história, temos liberdade de oferecer nosso julgamento a propósito dela.<sup>1</sup>

O objetivo desta pesquisa é demonstrar a relação homem-natureza-homem mediante os conflitos existentes entre os nossos objetos de pesquisa: o Parque Municipal Arthur Thomas (PMAT) e os bairros do seu entorno.

---

<sup>1</sup> THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 52.

O parque está localizado no perímetro urbano da cidade de Londrina, Paraná, e pode ser considerado como uma *ilha* de vegetação remanescente da mata nativa que se encontrava nesta região até a chegada da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). A expressão *ilha* significa que o local se encontra isolado pelo motivo do crescimento de parques residenciais na quase totalidade do seu entorno.

A justificativa desta pesquisa é a necessidade de conservação de áreas naturais dentro da cidade. Estes locais são importantes para a renovação dos recursos hídricos, o controle da temperatura urbana, a proteção do solo contra erosões, para ajudar no escoamento das águas pluviais, para a capacidade de alteração da força dos ventos, para o lazer da comunidade, como local de sociabilidade, além de ser o lugar ideal para o aprendizado e a convivência dos grupos humanos com o meio verde.

Percebe-se então que os parques urbanos, pela quantidade de atividades a eles relacionadas, além de seu potencial estético, podem contribuir muito para a formação de um ambiente urbano equilibrado, auxiliando no aumento da qualidade de vida da população.

A definição de estratégias adequadas de conservação da diversidade biológica e de proteção de ecossistemas ameaçados pela atividade antrópica é um dos temas mais polêmicos no interior do movimento ambientalista, com implicações em termos de políticas públicas, atuação de organizações não governamentais ligadas à proteção ambiental, à comunidade e ao desenvolvimento.

Embora o espaço de tempo delimitado nesta pesquisa seja o período entre a criação do PMAT em 1975 e o ano 2009, houve a necessidade de recuar até a década de trinta e verificar as relações com a natureza a partir dos ocupantes anteriores destas terras, os indígenas, e da companhia responsável pela reocupação do Norte do Paraná. A história deste local está ligada à história da CTNP, que conservou esta faixa verde, e à Usina Cambezinho, a primeira hidrelétrica de Londrina.

Necessitamos também salientar a importância do ribeirão Cambé para este centro urbano e para a existência do PMAT. Nesta pesquisa, o foco sobre este curso de água se localiza dentro dos limites do parque e seus afluentes em seu interior.

Os procedimentos metodológicos empregados para esta dissertação se encontram aplicados em várias fontes, como veremos a seguir, buscando contemplar a diversidade e a dinâmica de nosso local de análise.

O levantamento bibliográfico revelou outros trabalhos sobre o assunto em várias disciplinas na Universidade Estadual de Londrina, os quais auxiliaram em muito a compor a história do local. No departamento de História, temos as monografias de Ferreira<sup>2</sup>, que levanta alguns dados históricos sobre a criação do parque, e Leão<sup>3</sup>, que efetuou uma pesquisa sobre o fornecimento de energia elétrica na região de Londrina.

No departamento de Geografia verificamos as obras de Ornelas<sup>4</sup>, que em 1991 já levantava os problemas enfrentados pelo PMAT, e de Lenita Ballarotti<sup>5</sup>, que efetuou uma pesquisa sobre os frequentadores do local.

Verificamos também obras nas disciplinas de Biologia<sup>6</sup> e Arquitetura e Urbanismo<sup>7</sup>.

Segundo Leff<sup>8</sup>, a articulação das ciências não se limita a uma prática teórica transdisciplinar; consiste também na importação de conceitos e paradigmas, ou na aplicação de objetos teóricos de um campo do conhecimento a outro.

Precisamos comentar a importância do trabalho do geógrafo alemão Reinhard Maack que, nos anos 50 e 60, foi pioneiro referente aos estudos geográficos da região do Norte do Paraná, inclusive de Londrina. Sua preocupação com o meio ambiente já o fazia prever grandes mudanças climáticas no nosso estado. Via claramente as consequências desastrosas da destruição das florestas e a necessidade da criação de reservas florestais.

---

<sup>2</sup> FERREIRA, Sandra Regina de O. **Parque Arthur Thomas**. Trabalho de pesquisa. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1990.

<sup>3</sup> LEÃO, Marilza Costa. **O Parque Arthur Thomas e a Usina do Ribeirão Cambé**. Monografia. História. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1996.

<sup>4</sup> ORNELAS, Maria Edilene de. **Degradação Ambiental em áreas de preservação: Parque Arthur Thomas**. Londrina - PR. Monografia de Geografia. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1991.

<sup>5</sup> BALLAROTTI, Lenita. **Análise das condições ambientais do Parque Arthur Thomas e sua importância para a população de Londrina - Pr**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, 2005.

<sup>6</sup> FELIX, J. S. **O Parque Municipal Arthur Thomas, com área de 82,72ha, seria suficiente para proteger populações viáveis de morcegos?** Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Monografia de conclusão de curso de Ciências Biológicas, 2000.

<sup>7</sup> MELLO, Élcio Roberto de. **Projeto Parque Arthur Thomas**. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual de Londrina. 1985.

<sup>8</sup> LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001, p. 35.

Maack colocou em evidência o surgimento de um novo agente geológico que, dada a rapidez de sua atuação, superava todos os outros na transformação da paisagem: “O comportamento do homem acelerou de modo drástico fenômenos outrora normais e balanceados.”<sup>9</sup>

Utilizamos também como fonte o Plano de Manejo do PMAT. Este documento foi elaborado pela Secretaria do Meio Ambiente de Londrina e apresenta aspectos gerais do parque, como sua situação legal e fundiária, localização, limites, normas de uso do local e prioridades dentro da gestão.

Outra fonte utilizada são as reportagens sobre o PMAT na imprensa jornalística local, como os jornais Folha de Londrina e Jornal de Londrina, desde o ano da criação do parque pela Prefeitura Municipal de Londrina em 1975 até os dias atuais.

Segundo Capelato, as reportagens de jornais como documento não devem ser estudadas isoladamente. Por isso, neste trabalho, estas são confrontadas com a memória da comunidade, com estudos sobre o local e com a observação por meio de pesquisa de campo: “O confronto das falas, que exprimem idéias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos.”<sup>10</sup>

Conforme a autora<sup>11</sup>, o historiador deve estudar as reportagens de jornal captando o movimento das ideias e personagens que circulam por suas páginas, tendo em mente que a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. A leitura dos discursos veiculados pelos jornais permite acompanhar o movimento das ideias que circulavam em determinada época.

Na sociedade há múltiplas vontades e interesses. As contradições aí existentes geram conflitos que a ideia de povo oculta, porque sugere unidade. Entre a vontade dos proprietários de jornais e dos representantes do povo existem contradições.<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná**. 3ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 27.

<sup>10</sup> CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994, p. 34.

<sup>11</sup> Idem, p. 21.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 72.

O material selecionado da imprensa local sobre o PMAT foi pesquisado nos arquivos do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) da Universidade Estadual de Londrina e na Biblioteca Central desta cidade.

Entendemos que as matérias jornalísticas podem conter práticas permeadas pela ambiguidade características do jogo político partidário e também pela sobrevivência econômica dos próprios jornais. Como salienta Arias Neto<sup>13</sup>, os jornais locais fazem-se porta-vozes e representam as elites locais.

Para levantarmos a história do parque e de seu entorno, utilizamos a história oral. Uma das grandes potencialidades dessa metodologia é a de permitir que a história dos grupos excluídos e esquecidos seja construída e torne-se conhecida.

Segundo Harres<sup>14</sup>, a história oral deve ser utilizada para investigar nossos problemas mais profundos, como por exemplo a desorganização do espaço urbano, renovando o estudo desses temas e enriquecendo a compreensão de nossa realidade social.

Os questionários, do tipo aberto<sup>15</sup>, foram aplicados a quarenta moradores do entorno do PMAT nos meses de maio e junho do ano de 2009. Mediante as referências dos próprios moradores das ruas percorridas, procuramos realizar a pesquisa com os residentes mais antigos da região. Por intermédio do questionário o morador respondia a perguntas elaboradas com o objetivo de levantarmos algum fato importante sobre o local, além de apontamentos dos problemas enfrentados pelo parque, por sua população e suas relações com este, atualmente e antes de ser reconhecido como um Parque Municipal.

Desta forma, utilizamos o questionário como uma das estratégias da história oral, com o intuito de levantar a história destes moradores e suas experiências no que se refere ao contato com a área verde, já que as únicas pesquisas ocorridas e conhecidas até o momento a este respeito foram efetuadas com os visitantes dentro do parque.

Os dados do passado, coletados por meio da oralidade, podem sofrer determinada deturpação com o correr do tempo e as novas experiências do

---

<sup>13</sup> ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina, 1930/1975. Londrina: Ed. UEL, 1998, p. 166.

<sup>14</sup> HARRES, Marluza Marques. História oral: algumas questões básicas. **Anos 90**. Porto alegre, v. 15, n. 28, dez. 2008, p 101.

<sup>15</sup> O questionário encontra-se disponível em anexo.

entrevistado; entretanto, com a utilização da história oral temos a oportunidade de levantar dados que se perderiam com o tempo, como a relação dos moradores mais antigos com a área verde, antes mesmo de se tornar reconhecida pelo município. Uma relação de usufruto sem regramentos e nenhuma barreira como cercamentos e uma rodovia com grande tráfego.

Conforme salienta Polinari, é preciso termos em mente que a busca das informações que pretendemos obter está inserida num jogo cooperativo entre o pesquisador e o entrevistado, sendo cada momento uma conquista baseada no diálogo que foge à obrigatoriedade de cooperação do depoente. Afirmando que os grupos envolvidos não são obrigados a uma colaboração sob pressão, o que, pela sua aleatoriedade, vem valorizar ainda mais as reincidências das descrições contidas nas entrevistas e sua coincidência com outras fontes.<sup>16</sup>

Embora os entrevistados não se sentissem confortáveis ao saberem que iriam responder a um questionário, quando tinham conhecimento de que se tratava do PMAT, logo tomavam grande interesse pelo assunto, não acontecendo nenhuma negativa em respondê-lo.

Além dos moradores do entorno, foram efetuadas entrevistas gravadas com o administrador do PMAT e com a vigilância do local. Estas ocorreram no mês de setembro de 2009.

Para auxiliar no entendimento das relações entre o parque e seu entorno, optamos por trabalhar com fotografias.

Os registros fotográficos existentes neste trabalho estão divididos em dois momentos. O primeiro são imagens fotográficas sobre a construção da cidade de Londrina, utilizadas como instrumento de apoio para nossa pesquisa e meio de conhecimento visual de algumas cenas do tempo retratado. No segundo momento inserimos imagens fotográficas do PMAT e do entorno<sup>17</sup> como técnica de coleta de dados, que permitem detectar e demonstrar, além da problemática da pressão antrópica ocorrida na localidade, nuances da sua estrutura e beleza cênica.

---

<sup>16</sup> POLINARI, Marcello. **Praias:** Ambientes Social e Dimensionalmente gerados em Pontal do Sul (Paraná). Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999, p. 69.

<sup>17</sup> As imagens fotográficas foram feitas no ano de 2008 e 2009.

Segundo Kossoy<sup>18</sup>, um dos estágios que marcam a existência de uma fotografia seria o da intenção, podendo esta ter partido do fotógrafo que se viu motivado a registrar algum tema do real para determinado fim.

A fotografia é indiscutivelmente um meio de conhecimento do passado, mas não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele. A imagem fotográfica pode e deve ser usada como fonte histórica. Deve-se, entretanto, ter em mente que o assunto registrado mostra apenas um fragmento da realidade, um e só um enfoque da realidade passada: um aspecto determinado [...].<sup>19</sup>

Para o autor uma fotografia representa o congelamento do gesto e da paisagem, perpetuando aquele momento, aquela memória, que pode ser a de um indivíduo, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana ou da natureza. O historiador deve estar ciente que nesta também podem ocorrer omissões intencionais, acréscimos e manipulações de toda ordem.

Conforme Borges, as imagens visuais usadas como fontes de pesquisa histórica funcionam como mediadoras e não como reflexo de um dado universo sociocultural, integrando um sistema de significação: “Pertencem à ordem do simbólico, da linguagem metafórica. São portadoras de estilos cognitivos próprios.”<sup>20</sup> Desta forma, as imagens podem nos revelar como a memória coletiva vai sendo construída.

Referente ao trabalho, este se encontra dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo optamos por fazer uma descrição de um passeio pelo PMAT. Utilizamos um estilo de redação que busca transmitir os elementos, infra-estrutura edificada e componentes naturais do local. Ainda assim, nos apoiaremos em fatos estudados sobre este espaço e não deixaremos de usar alguns termos científicos, como por exemplo, nas áreas visitadas no seu interior, faremos menção ao conceito metodológico de Zonas.<sup>21</sup> Na descrição física não é

---

<sup>18</sup> KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 45.

<sup>19</sup> Idem, p. 107.

<sup>20</sup> BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 18-19.

<sup>21</sup> O zoneamento é conceituado na Lei nº 9.985/00 (SNUC) como “definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.” Segundo o IBAMA (2002), o zoneamento “constitui um instrumento de ordenamento territorial, usado como recurso para se atingir melhores resultados no manejo da Unidade, pois estabelece usos diferenciados para cada zona, segundo seus objetivos. Cada zona será manejada seguindo-se normas para elas estabelecidas.”

nosso intuito fazer um levantamento total das espécies encontradas ali, mas sim demonstrar alguns aspectos da fauna, flora e do ambiente físico.

No segundo capítulo foi necessário trabalhar com os conceitos de parque urbano, unidade de conservação e plano de manejo, pois trataremos destes termos durante todo o trabalho. Neste capítulo também procuramos estabelecer quais são as nossas noções sobre a História ambiental e ecologia.

O objetivo do terceiro capítulo é realizar um breve enfoque de como o homem se apropriou de determinado espaço socioambiental, transformando sua natureza. As interações entre as estruturas físico-sociais e as relações desiguais de poder influenciam o uso e o acesso aos recursos naturais, fazendo da noção de território, categoria fundamental na discussão da questão ambiental. O território reflete a diferente espacialização dos processos de modernização, bem como os ritmos e padrões de degradação ambiental.

No primeiro tópico deste capítulo, debateremos sobre a reocupação da região Norte do Paraná e a expansão das fronteiras, seja agrícola ou populacional. Para entendermos um pouco esse processo trabalharemos com textos de Zientara<sup>22</sup> e José de Souza Martins<sup>23</sup>.

Para levantar a história da criação da cidade de Londrina, exploramos um conjunto de produções historiográficas produzido por professores da UEL, como por exemplo, Cesário<sup>24</sup>, Tomazi<sup>25</sup>, Adum<sup>26</sup> e Arias Neto<sup>27</sup>.

Discutiremos também o paradoxo sertão-cidade, sobre a derrubada da mata fechada, a construção dos centros urbanos, a transformação do ambiente e as poucas áreas naturais que se transformaram no registro de um tempo em que a

---

<sup>22</sup> ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. **Enciclopédia Einauldi** – Estado e Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 14, 1989, pp. 306-317.

<sup>23</sup> MARTINS, José de Souza. O tempo na fronteira. In: **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucite, 1997, pp. 145-203.

<sup>24</sup> CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. **Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira: um estudo de poder local: Londrina - PR**. São Paulo: Tese de Doutorado/Departamento de Ciências Sociais/USP, 1986.

<sup>25</sup> TOMAZI, Nelson D. **Certeza de lucro e Direito de Propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Assis: Dissertação de Mestrado/Departamento de História/UNESP, 1989, p. 49.

<sup>26</sup> ADUM, Sonia M. S. Lopes. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina, 1930/1960**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História de ILHP/UNESP. Assis, 1991.

<sup>27</sup> ARIAS NETO, José Miguel, op. cit., 1998.

região Norte do Paraná era considerada sertão. Neste tópico, além da obra de Gilmar Arruda<sup>28</sup>, trabalharemos com o texto de Lucio Tadeu Mota<sup>29</sup>.

Nos tópicos seguintes do terceiro capítulo exporemos a história do Parque Municipal Arthur Thomas, a ação antrópica que compromete a diversidade existente no local, além da legislação pertinente à existência e manutenção deste.

O PMAT está localizado em uma região, na qual a interferência antrópica foi intensa, restando da vegetação original alguns pequenos remanescentes. Estes, ainda que bastante alterados pela extração seletiva de algumas espécies de interesse comercial, resguardam várias espécies e características bastante peculiares à floresta tropical existente no Norte do Paraná, sendo que sua conservação figura entre as prioridades da política ambiental do município de Londrina.

No quarto capítulo demonstraremos o resultado da pesquisa realizada por intermédio de questionários com os moradores do entorno do parque, além de debatermos sobre o papel do Estado no que diz respeito ao meio ambiente e a necessidade de transformação da nossa cultura política, no que se trata da legislação e hábitos conservacionistas.

As pequenas áreas verdes sobreviventes no meio urbano, por mais que possam apresentar alguns elementos do que existia antes da ocupação de seu entorno, são em geral áreas, nas quais a diversidade biológica foi fortemente erodida pela caça, pela emissão de poluentes em cursos de água ou pela introdução de espécies e plantas exóticas com a finalidade de gerar aspectos estéticos aos visitantes. A maioria das Unidades de Conservação existentes nas cidades geralmente são criadas em vales íngremes ou ao longo de rios.

O ser humano é o responsável pela interferência existente neste espaço. Ele impõe processos de conservação, apropriação, utilização e destruição dos recursos disponíveis e, de qualquer modo, acaba afetando o equilíbrio do meio ambiente. Esta pesquisa procura entender a dimensão social e seus sistemas políticos para defesa de seus interesses, até mesmo existentes na conservação da natureza.

---

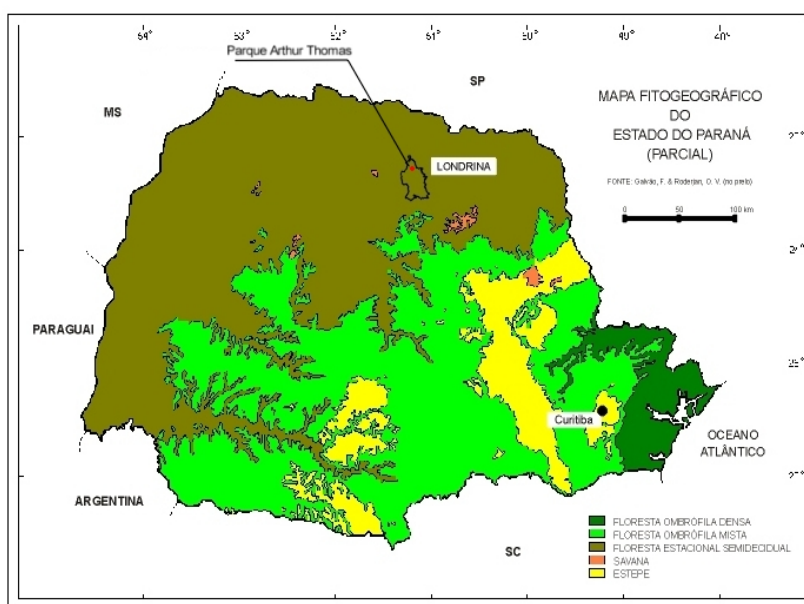
<sup>28</sup> ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**: entre a história e a memória. Bauru-SP: Edusc, 2000, pp. 13.

<sup>29</sup> MOTA, Lucio Tadeu. Construção do vazio demográfico. In: **As guerras dos índios Kaingang. A história dos índios Kaingang no Paraná**. (1769-1924). Maringá: Eduem, 1994.

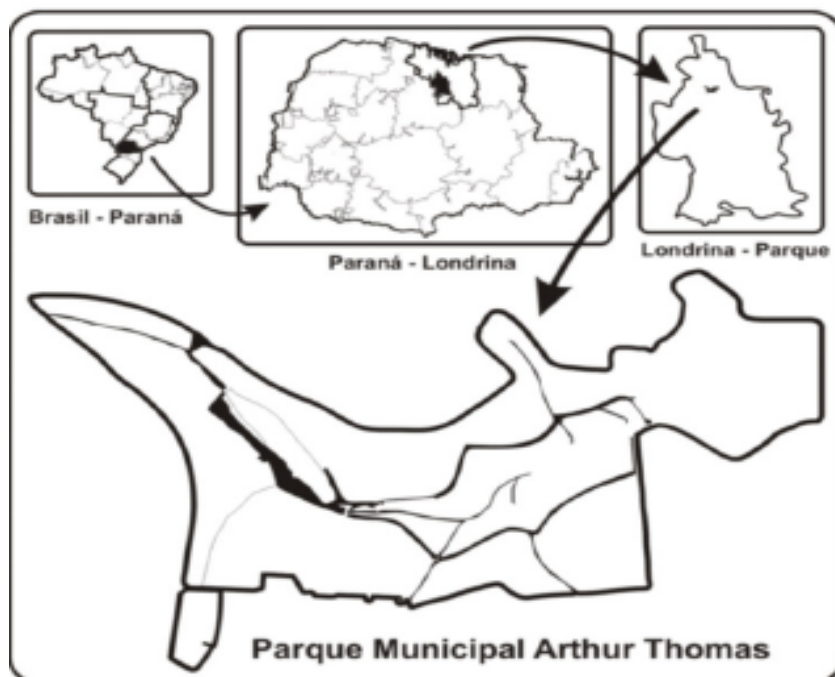
## 2 UM PASSEIO PELO PARQUE MUNICIPAL ARTHUR THOMAS: TERRITÓRIO DE DIVERSIDADE

Na bacia hidrográfica do rio Tibagi, localizada no Estado do Paraná, situa-se a bacia do ribeirão Cambé, que possui sua nascente no Município de Cambé, próximo ao Parque de Exposições Ney Braga em Londrina; este ribeirão é responsável pela formação dos Lagos Igapó I, II e III e VI.

**Mapa 1 – Localização Município de Londrina**



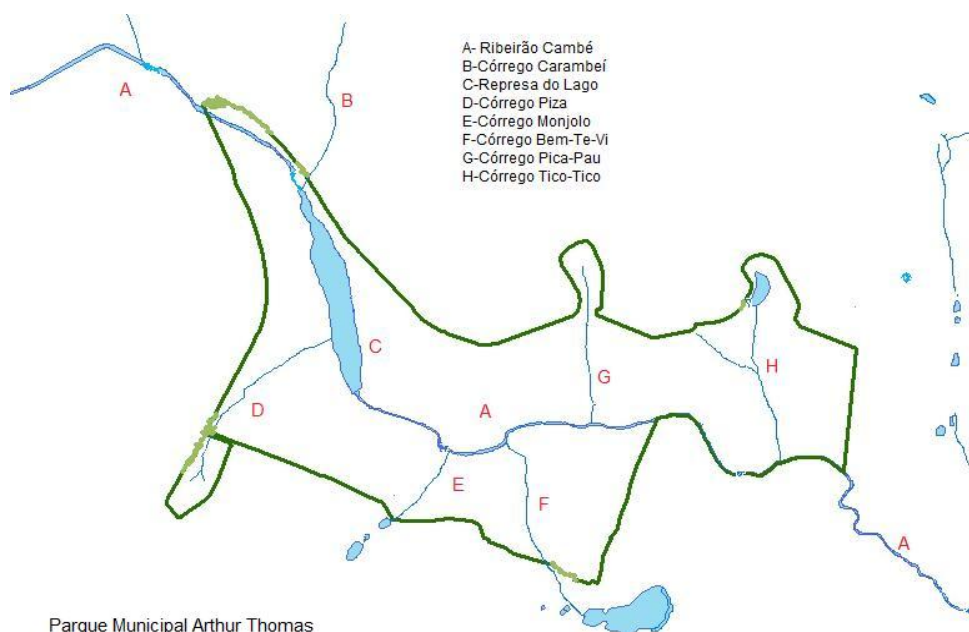
**Fonte:** Plano de Manejo (2004).

**Mapa 2 – Localização Parque Municipal Arthur Thomas**

**Fonte:** Cotarelli et al. (2008).

Após os lagos, na região sul do Município de Londrina, se encontra o PMAT, localizado entre 23° 15' - 23° 30' de Latitude Sul e 51° 15' - 51° 00' de Longitude Oeste. No interior do parque, o ribeirão Cambé recebe a drenagem de seus afluentes, os córregos Pizza, Monjolo e Bem-Te-Vi, pela margem direita, e os córregos Carambeí, Pica-Pau e Tico-Tico, pela margem esquerda.

**Mapa 3 – Parque Municipal Arthur Thomas**



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

O PMAT, criado e destinado inicialmente para implantação de área de lazer no Município de Londrina, compõe hoje uma das poucas áreas de preservação permanente existentes na área urbana desta cidade. Além disso, sua área constitui um importante regulador do equilíbrio dinâmico dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do ribeirão Cambé, devido à quantidade de córregos existentes em seu interior.

O local encontra-se inserido dentro de uma cidade em expansão, acontecendo em sua área limítrofe a proliferação de bairros residenciais e malhas viárias, sobre os quais comentaremos adiante.

Nossa visita ao PMAT foi efetuada numa sexta feira às 10 horas da manhã. Relatamos que o percurso até o local foi realizado pela Avenida Dez de Dezembro, em seguida nos dirigimos para Avenida Europa e Rua Barcelona<sup>30</sup>. O parque, até o momento, possui uma única entrada, localizada na Rua da Natureza, número 155, no Jardim Piza.<sup>31</sup> Antes de chegarmos à portaria, passamos pelo

<sup>30</sup> Verificar mapa 5, página 134.

<sup>31</sup> Uma segunda entrada no Parque, segundo o Plano de Manejo, é estudada pela administração e fícaria na zona norte do local, na Rua José Alceu Gimenez, com aproximadamente 20m<sup>2</sup>.

apêndice do PMAT, que possui aproximadamente 2 ha, separado deste pela Rua da Natureza.<sup>32</sup>

Esse território foi anexado ao parque em 1986 por meio de desapropriações efetuadas pela prefeitura, de uma área em que se encontra a nascente do córrego Piza. Podemos notar que a vegetação do local ainda está em processo de recuperação, na qual observamos muitas árvores frutíferas. Verificamos uma cerca destruída na Rua Barcelona, pela qual as pessoas entram para jogar detritos, que incluem um sofá, como também para se apropriarem das frutas destinadas aos animais.

Em um terreno baldio localizado na Rua da Natureza, quase em frente à entrada do parque, observamos um para-choque, um tênis usado e várias sacolas de lixo.

Antes de adentrarmos pela roleta que dá acesso ao local, constatamos a existência de um telefone público. Sua cabine foi projetada no formato de um quati e fabricada com vibra de vidro, o mesmo material utilizado para fabricação dos chamados *orelhões*, sendo os animais da região a temática para as cabines de telefones públicos do parque.

O estacionamento do PMAT se localiza ao lado direito da sua entrada, possui pavimentação asfáltica, se encontra arborizado, recebendo cuidados com a limpeza e manutenção com pintura nos canteiros e no meio-fio.

Todos são orientados a passar pela roleta para controle do número de visitantes, sendo que não é cobrada nenhuma taxa para frequentá-lo. Nesta área existe somente uma roleta, um portão para entrada de veículos administrativos e uma guarita para a vigilância.

---

<sup>32</sup> Verificar mapa 5, página 134.

**Imagem 1** – Entrada do PMAT em 1985



**Fonte:** Élcio Roberto de Mello (1985)

**Imagem 2** – Entrada do PMAT em 2009



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

O acesso ao interior do parque (Imagem 2), tanto para pedestres como para veículos administrativos, é pavimentado com paralelepípedos<sup>33</sup>. Do lado esquerdo verificamos uma fileira de árvores do gênero *Eucalyptus* – uma espécie exótica, nativa da Austrália e das ilhas próximas, introduzida no Brasil em 1825<sup>34</sup> – com uma cerca que impede o acesso dos visitantes à mata existente ali. No lado direito observamos uma *cerca viva* com uma espécie ornamental de arbusto denominado popularmente como *Pingos-de-ouro*.<sup>35</sup> Neste local encontramos uma placa com o horário de visitação do parque, sendo o horário normal das oito horas da manhã até as cinco horas da tarde e no horário de verão das nove horas da manhã às seis horas da tarde.

O PMAT é fechado antes do crepúsculo para evitar o ataque de insetos vetores de *Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA)*, também conhecida como *ferida brava* ou * lcera de Bauru*. Segundo informa o oficial do setor de Epidemiologia da Secretária Municipal de Saúde, foram confirmados dois casos dessa doença na área próxima ao parque do início de 2005 até o presente momento, justificando a atitude da administra o referente ao seu horário de funcionamento.

Na mesma placa com o horário de visita o, verificamos referências sobre o personagem Arthur Thomas, que prestou seu nome ao local:

Arthur Hugh Miller Thomas era escocês, nascido em Edimburgo. Foi convidado por Lord Lovat para chefiar no Brasil a empresa “Brasil Plantations Syndicate”. Em 1929, passou a chefiar a Companhia de Terras do Norte do Paraná. O parque recebe o nome de Arthur Thomas em sua homenagem.<sup>36</sup>

Nascido na Escócia em 1889, Arthur Thomas foi convidado por Lord Lovat a chefiar no Brasil a empresa *Brazil Plantations Syndicate* para o plantio de

---

<sup>33</sup> Cabe ressaltar aqui, este método de pavimenta o ecologicamente correto, pois facilita a penetra o da água da chuva para a terra, diferentemente da pavimenta o asfáltica, que serve como impermeabilizante. TORRES, Marina. Projetos de coletas de água podem amenizar desequil rios ecológicos. UFMG. Disponível em <[www.manuelzao.ufmg.br/jornal/jorn-ulsted18/saopedro.htm](http://www.manuelzao.ufmg.br/jornal/jorn-ulsted18/saopedro.htm)> Acesso em 20.09.2009.

<sup>34</sup> DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A história e a devast o da Mata Atlântica Brasileira**. Trad.: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 251.

<sup>35</sup> Nome científico: *Duranta repens aurea*. Embora este arbusto seja utilizado para ornamentar praças e parques públicos, deve ser evitado em áreas frequentadas por crianças, porque seus frutos são considerados venenosos para o ser humano. Disponível em <[http://www.floridata.com/ref/D/dura\\_ere.cfm](http://www.floridata.com/ref/D/dura_ere.cfm)> Acesso em 12.04.2010.

<sup>36</sup> Sem autoria, encontrado em placa informativa, na entrada do Parque Arthur Thomas.

algodão no Estado de São Paulo. Em 1929, passou a chefiar a Companhia de Terras Norte do Paraná. Foi o responsável pela compra da Companhia Ferroviária São Paulo. É considerado um dos fundadores da cidade de Londrina.<sup>37</sup>

Casado com Elizabeth Shirlaw Muir, filha de um banqueiro de São Paulo, o casal teve um filho, Hugh Muir Thomas. Arthur Thomas faleceu em 10 de maio de 1960. A esposa morreu em 15 de julho de 1975, dois dias antes da grande geada que destruiu as plantações de café no norte do Paraná.<sup>38</sup>

De acordo com Tomazi, Arthur Thomas foi um funcionário da CTNP, deslocado do Sudão para o Brasil, para gerenciar o projeto imobiliário, cargo no qual foi eficiente. Posteriormente, se tornou um grande fazendeiro da região.<sup>39</sup>

Depois da placa explicativa sobre Arthur Thomas, encontramos um aviso advertindo sobre a alimentação dos animais que se encontram no interior do parque: “Não alimente os animais: este ato torna-os dependentes. Causa doenças e até morte dos mesmos, ocasiona desequilíbrio da população. Provoca stress e briga no grupo. Eles já recebem alimentação extra. Risco de mordidas”.

A área que comporta a entrada do PMAT e os edifícios da administração é chamada cientificamente de *Zona de Uso Especial*<sup>40</sup>. Neste local observamos mais um telefone público, agora em forma de capivara, ficando também nesta área a sede da Secretaria Municipal do Ambiente (SEMA), numa instalação feita de madeira.

No jardim dessa secretaria encontra-se a primeira árvore típica da região, a *Peroba-rosa*<sup>41</sup> (Imagem 3). Eram consideradas as árvores mais altas existentes nesta região no início da reocupação. Se tratando de madeira de lei<sup>42</sup>, foi quase extinta no Norte do Paraná. Símbolo da Universidade Estadual de Londrina, a *Peroba-rosa* tem se mostrado de difícil desenvolvimento longe da mata, na qual sua

---

<sup>37</sup> COUTINHO, H. Puiggari. **Londrina**: Estado do Paraná; 25 anos de sua história. São Paulo: Edigraf, 1959, p. 59.

<sup>38</sup> SCHWARTZ, Widson. Um cidadão de Londrina. **Folha de Londrina**. 24 Jul. 1997, p.4.

<sup>39</sup> TOMAZI, op. cit., p. 182.

<sup>40</sup> É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da unidade de conservação, abrangendo habitações, oficinas e outros. Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia da unidade de conservação.

<sup>41</sup> Nome científico: *Aspydosperma polyneurom*.

<sup>42</sup> Denominação vulgar dada a toda madeira que apresenta alta resistência à ação dos agentes destruidores. Espécies de valor comercial, utilizadas principalmente em indústrias tais como serrarias, fábricas de moveis, compensados, laminados etc. PIZZATTO, Luciano; PIZZATTO, Raquel (orgs.). **Dicionário Socioambiental Brasileiro**. Curitiba: Tecnodata Educacional, 2009, p. 204.

grande altitude só é atingida quando disputa a luz do sol com outras espécies de vegetação na floresta fechada. Esse fator é chamado de fototropismo positivo.<sup>43</sup>

**Imagem 3** – Peroba-Rosa



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

Neste local, começamos a encontrar o trabalho de pesquisa e registro da flora do Norte do Paraná, efetuado pelas professoras Ana Odete Santos Vieira e Marilda Carvalho Dias<sup>44</sup>, especialistas em Biologia Animal e Vegetal da Universidade Estadual de Londrina. Segundo suas observações, a reocupação do Norte do Paraná foi tão rápida que não deu tempo para esse tipo de registro na época. O parque é testemunha da vegetação nativa que cobria toda a região e pode fornecer por meio de mudas, matrizes de sementes para implementar o reflorestamento de áreas como as matas ciliares, por exemplo. O registro das plantas pode ser verificado passeando pelo parque, por intermédio de tabuletas

---

<sup>43</sup> MAACK, op.cit., p. 253.

<sup>44</sup> VIEIRA, Ana Odete Santos, apud THEODORO, Apolo. Nova atração do Parque. **Folha de Londrina**. Londrina, 04 jul. 2007, p. 8.

encontradas durante o percurso, que indicam o nome vulgar da árvore, seu nome científico, a família à qual pertence, além do país de origem.<sup>45</sup>

Prosseguindo pelo caminho, encontramos o busto de Arthur Thomas (Imagem 4). Em sua placa de bronze está inscrito: “Construiu Londrina, semeou cidades, dedicou-lhes a vida. Legou-lhes o exemplo, vive na história desta terra”. Este marco ao pioneiro de Londrina suscita uma lenda<sup>46</sup>, segundo a qual seria possível observar seus olhos te seguindo conforme seu movimento.

**Imagem 4** – Busto de Arthur Thomas



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti, (2009)

Em frente ao busto nos deparamos com outra estrutura localizada nos domínios do PMAT; se trata da sede da Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento e do Batalhão da Polícia Florestal, na qual se encontra a placa comemorativa referente à inauguração do parque em 31 de janeiro de 1988.

No estacionamento deste estabelecimento verificamos automóveis pertencentes à equipe que trabalha no local, além de duas patrulhas da Força

---

<sup>45</sup> Vale ressaltar aqui um dos primeiros levantamentos florísticos do PMAT, efetuado por Dolibaina em 1992, baseado na relação das espécies encontradas no local. DOLIBAINA, P. C. **Estudo florístico e fitossociológico do Parque Arthur Thomas, Londrina – Pr.** Monografia de Conclusão do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas. UEL. CCB/DBAV. 1992.

<sup>46</sup> LEMES, Francismar. Terror no parque. **Jornal de Londrina**. Londrina, 13 out. 2005, p. 6.

Verde<sup>47</sup>, que, segundo alguns moradores do entorno, não se encontram disponíveis no caso de uma ligação pedindo socorro para retirar algum animal de determinado local.<sup>48</sup>

No lado esquerdo para quem adentra o parque, localiza-se uma construção utilizada para a guarda de materiais usados na manutenção do local. Logo em seguida encontramos o Centro de Educação Ambiental, que na hora do passeio estava fechado para a visitação. Todo construído em madeira pré-fabricada, possui um bebedouro localizado em sua varanda e vários bancos dispostos ao redor do edifício.<sup>49</sup>

Neste local, já podemos escutar os cantos de vários pássaros diferentes das aves existentes fora do parque; entretanto, esta sinfonia é entrecortada pelo som dos automóveis em alta velocidade na Via Expressa.<sup>50</sup>

Encontramos uma estrutura nova instalada no local, entregue em 2008. Trata-se de um mirante denominado *Espaço Coruja* (Imagem 5). Seu suporte é construído em madeira com aproximadamente 11 metros de altura, com suas escadas em metal.

---

<sup>47</sup> Também conhecido como Batalhão da Polícia Florestal.

<sup>48</sup> Conforme depoimentos em questionário de Ana Carolina Toffolo, Eunice de Souza Santos e João Carlos de Oliveira em 2009.

<sup>49</sup> Mais informações sobre o Centro de Educação Ambiental na página 105 desta obra.

<sup>50</sup> Também conhecida como Avenida Dez de Dezembro.

### Imagem 5 – Espaço Coruja



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

Ao subirmos os degraus do mirante, podemos observar o córrego Piza e tivemos a visão panorâmica do lago do ribeirão Cambé. Contudo, também quebramos a impressão de estarmos longe da urbe, observando o contraste entre esta com os edifícios e residências dos bairros limítrofes da zona norte do local, e a natureza (Imagem 6).

### Imagem 6 – Vista do lago e cidade pelo mirante



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

Ao lado do *Espaço Coruja* existia um *bambuza*<sup>51</sup>, que foi derrubado. Segundo a administração do PMAT, a cargo do Sr. Sydney Antonio Bertho, a planta é considerada exótica e já estava doente, além de causar problemas com a visualização da segurança do local.<sup>52</sup>

Em frente ao mirante observamos o terceiro telefone público, este em forma de garça. Nesta área, onde antes existia o mini-zoológico, agora são encontradas diversas árvores frutíferas como *ameixeiras*, *goiabeiras*, *mangueiras* e *abacateiros*<sup>53</sup>, das quais, na temporada de frutas, animais como o *Macaco-prego* vêm se alimentar.

Encontramos em meio às árvores o *Lagarto-teiú*<sup>54</sup> (Imagem 7). Este réptil tem a cabeça comprida; sua mandíbula e o maxilar são fortes, com pequenos dentes pontiagudos. A língua é cor-de-rosa, comprida e bífida. A cauda é longa e arredondada. Considerado o maior lagarto do continente, pode chegar até 1,20 m de

<sup>51</sup> Neste caso se tratava do bambu chinês. Nome científico: *Dendrocalamus latiflorus*.

<sup>52</sup> Conforme entrevista com Sidney Antonio Bertho em 2009.

<sup>53</sup> Respectivamente seus nomes científicos: *Prunus domestica*, *Psidium guajava*, *Mangifera indica* e *Persea americana*.

<sup>54</sup> Nome científico: *Tupinambis merianae*.

comprimento e sua cauda pode medir 60 cm. Sua alimentação é variada, incluindo moluscos e artrópodes, vegetais, frutas, ovos, roedores, aves e anfíbios.<sup>55</sup>

### Imagem 7 – Lagarto-teiú



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009).

Ao lado do pequeno bosque de árvores frutíferas localizamos o *Espaço Ipê*, um local coberto para efetuar jogos de mesa e um mini parque com brinquedos, como gangorra, balanço e escorregador.

Observamos que poucas pessoas visitam o PMAT durante a semana. Conforme o livro de controle da vigilância do local, a frequência média nos dias da semana é de 50 a 120 pessoas e nos finais de semana e feriados entre 1.000 a 1.200 pessoas. Na trilha do lago, verificamos dois casais caminhando.

No ambiente em torno do lago, verificamos alguma arborização<sup>56</sup>, gramados e infra-estrutura para os visitantes, como alguns bancos e pista para caminhada.

---

<sup>55</sup> Teiú (Tupinambis meriana). Disponível em: <[http://ambientes.ambientebrasil.com.br/fauna/repteis/teiu\\_\(tupinambis\\_meriana\).html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/fauna/repteis/teiu_(tupinambis_meriana).html)> acesso em 02 set. 2009.

<sup>56</sup> Entendemos como arborização, toda cobertura vegetal plantada pelo homem para fins paisagísticos ou ambientais.

É assim que, aos poucos, as pessoas que visitam o parque, são introduzidas nos variados aspectos do local, percebendo as formas do espaço e elementos desta paisagem.

Chegando perto do lago, encontramos um *Ipê-branco*<sup>57</sup> florido (Imagem 8), que se destaca entre o verde da região. Entretanto, é o lago que marca esta paisagem.

### Imagem 8 – Ipê-branco e o Lago



Fonte: Carlos R. Ballarotti (2009).

Nesta etapa do percurso nos dirigimos para a direita, até a barragem da Usina. O lago do ribeirão Cambé se encontrava sem cheiro, com suas águas de cor marrom para o esverdeado. Na sua margem encontramos placas que proíbem a natação no local e visualizamos a barragem do lago (Imagem 9), por cima da qual passa uma passarela e também o tubo de transmissão do esgoto da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR).

Antes de avançarmos para a *trilha da Cuíca*, encontramos uma passagem sem pavimentação, a *trilha do Macaco*, com 1.047 metros, a qual estava interditada. Segundo a administração do parque, esta será revitalizada, prevendo a construção de duas pontes para viabilizar a visita pública no futuro.<sup>58</sup> Uma placa

<sup>57</sup> Nome científico: *Tabebuia roseo-alba*.

<sup>58</sup> Conforme entrevista com Sidney Antonio Bertho em 2009.

com os dizeres “visitação restrita” estava afixada na entrada da trilha e uma cerca de arame farpado obstruía a passagem. Neste local encontra-se a *Zona de Uso Conflitante*<sup>59</sup>, sendo possível observar os estragos que a tubulação de esgotos da SANEPAR provocou em determinadas áreas do parque (Imagem 31).

**Imagem 9 – Barragem da Usina**



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

Nosso passeio prosseguiu na *Zona de Uso Intensivo*<sup>60</sup>, que se inicia na *trilha da Cuíca*, com 825 metros, percorre as demais trilhas no interior do parque e termina com a trilha da capivara ao redor do lago.

A *trilha da Cuíca* começa logo após a ponte de madeira sobre o ribeirão Cambé e é pavimentada por paralelepípedos. No lado direito se encontra o ribeirão correndo rapidamente e do lado oposto um canal para escoamento de águas, no qual escoam vagorosamente. Nesta área observamos muitas árvores cobertas por uma espécie de trepadeira; mais tarde tivemos o conhecimento de se

---

<sup>59</sup> Constituem-se em espaços localizados em uma unidade de conservação, cujos usos estabelecidos antes da criação da unidade conflitam com os objetivos de conservação da área protegida. São áreas destinadas a empreendimentos de utilidade, como gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão e outros.

<sup>60</sup> É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido mais próximo possível do natural, devendo conter alguma estrutura para acesso, informação e utilização dos visitantes.

tratar da *Figueira mata-pau*<sup>61</sup> (Imagem 10) planta que acaba estrangulando a sua hospedeira.<sup>62</sup> Encontramos uma dessas árvores, quase morta pela planta, com sua placa de identificação: *Canela-frade*<sup>63</sup>.

**Imagem 10** – Figueira mata-pau



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

Chegamos à entrada da *trilha do Beija-flor*<sup>64</sup>, que acabou por desviar nosso caminho da *trilha da Cuíca*. Esta trilha nos levou ao mirante de concreto, no qual é possível a visualização do vale coberto pela floresta e da cachoeira, com aproximadamente vinte metros de queda.

A *trilha do Beija-flor* leva este nome em homenagem a esse pássaro, que pode ser encontrado com facilidade no parque. Também conhecido como *colibri*, vive geralmente sozinho; sua alimentação é 90% à base de néctar e

<sup>61</sup> Nome científico: *Ficus dendroclida*.

<sup>62</sup> Árvores e Palmeiras. Disponível em: <[http://www.maniadeamazonia.com.br/fotos\\_view.asp?VarFotoID=252](http://www.maniadeamazonia.com.br/fotos_view.asp?VarFotoID=252)> acesso em 31 ago. 2009.

<sup>63</sup> Nome científico: *Endlicheria paniculata*.

<sup>64</sup> Nome Científico: *Colibri*.

artrópodes – moscas, aranhas e formigas; são considerados os menores pássaros do mundo capazes de voar em marcha-ré e permanecerem imóveis no ar.<sup>65</sup>

A sensação térmica é agradável no interior do PMAT; embora esteja localizado nos limites da cidade, a temperatura é diferente do centro da cidade, na qual, neste dia, estava em torno de 31°C, provando a existência de um microclima<sup>66</sup> na região do parque.

Os meses mais quentes observados no parque são novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março, com temperatura máxima de 29°C, e os meses mais frios, junho e julho, com temperatura mínima de aproximadamente 11°C.<sup>67</sup>

Quando chegamos ao mirante de concreto, com barras de ferro servindo de proteção contra o abismo, podemos admirar a cachoeira por cima. A paisagem chama a atenção, em sua primeira visita, pelo desconhecimento da existência de uma queda de água na zona urbana. O som da água caindo é ao mesmo tempo aprazível e ensurdecedor. Na queda observamos um misto de cor branca da espuma com o marrom barrento das águas. Constatamos que, logo abaixo, nas margens da queda, existe lixo jogado pelos visitantes do mirante, como garrafas de água, embalagens de chocolate, balas e chicletes.

No lado oposto à cachoeira tivemos a visão do vale (Imagem 11), que se encontra na *Zona Primitiva*<sup>68</sup> do PMAT, se destacando para quem observa o horizonte. Neste local, podemos recuperar um resquício da paisagem que o indígena ou os primeiros reocupantes podiam observar na região. Parece tratar-se de uma mata intocada, com toda a disputa das árvores para chegar até a luz solar. Desta forma até esquecemos que a cidade está disposta por todos os lados do parque, pois não temos a sua visão; o único sinal da *civilização* é um avião rasgando o céu.

---

<sup>65</sup> SICK, Helmut. **Ornitologia Brasileira**: uma introdução, vol. 1. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986, p. 375-76.

<sup>66</sup> Segundo o EMBRAPA, o microclima corresponde às condições climáticas de uma superfície pequena. Pode-se considerar dois tipos: *microclima natural* - que corresponde a superfícies da ordem de 10 m a 100 m; e, *microclima da planta* - caracterizado por variáveis climáticas (temperatura, radiação) medidas por aparelhos instalados no próprio vegetal.

<sup>67</sup> LONDRINA. **Plano de Manejo do Parque Arthur Thomas**. Secretária Municipal do Ambiente – SEMA. Londrina, 2005, encarte 3, p. 37.

<sup>68</sup> É aquela, na qual tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico.

### Imagem 11 – Visão do Vale/Zona Primitiva do PMAT



Fonte: Carlos Roberto Ballarotti (2009)

Depois da visão do mirante, retornamos à *trilha da Cuíca* e observamos que uma mureta de segurança protege os visitantes do abismo que vai se formando depois da cachoeira. Assim, detectamos no caminho uma escadaria com 136 degraus que desce a um novo mirante e permite observar a cachoeira por baixo.

Nesta escadaria, observamos várias tabuletas indicativas da vegetação. No 31º degrau encontramos a *Tapiá*<sup>69</sup>, que pode alcançar até 20 metros na floresta e produz um fruto com pouca polpa, muito procurada pelos pássaros<sup>70</sup>. No 67º degrau, dispõe-se o *Alecrim-de-Campinas*<sup>71</sup>, árvore que pode atingir até 25 metros; sua madeira possui alta resistência, utilizada pelos índios para fabricação de flechas e tacapes; seus frutos são muito apreciados por morcegos.<sup>72</sup>

Novamente salientamos a importância do catálogo da flora existente na região, no que se trata do aprendizado ecológico da comunidade. Aos olhos leigos, as árvores se parecem entre si, pois suas copas são altas e suas folhas,

<sup>69</sup> Nome científico: *Alchornea triplinervia*.

<sup>70</sup> CARVALHO, Paulo Ernani R. de. *Tapiá* – *Alchornea triplinervia*. Colombo, 2004. Disponível em: <<http://www.cnpf.embrapa.br/publica/circtec/edicoes/circ-tec99.pdf>> Acesso em: 01 set. 2009.

<sup>71</sup> Nome científico: *Holocalyx balansae*.

<sup>72</sup> LORENZI, Harri. **Árvores Brasileiras: Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil**. vol. 1. 4ª Ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2002, p. 171.

muitas vezes, também são parecidas; o que distingue cada espécie, são suas flores e frutos.

No 73º degrau encontramos uma árvore exótica, originária da Índia e bem conhecida pelo povo brasileiro, a *Santa Bárbara*<sup>73</sup>, provando que a mata mais fechada existente no parque não contém somente árvores originárias da região. O local passou pelo que os biólogos chamam de processo de empobrecimento biológico da biosfera<sup>74</sup>, sendo que muitas das espécies nativas desapareceram, seja da flora ou da fauna.

No 85º degrau, nos deparamos com uma *Guabirobeira*<sup>75</sup>, árvore que dá um pequeno fruto arredondado de um a dois centímetros, apreciado pelos animais da região e também pelos humanos na fabricação de sucos<sup>76</sup>. No 97º degrau, constatamos uma *Primavera*<sup>77</sup>. Esta árvore foi levada para Europa pelo francês Louis Antonie Bougainville, o qual deu o nome científico à planta. No velho continente se disseminou como planta ornamental graças à beleza de suas folhas, que são confundidas com flores em determinada época do ano<sup>78</sup>. Neste mesmo degrau observamos uma placa de identificação que foi levada pelas águas da chuva, trata-se da *Tamanqueira*<sup>79</sup>, árvore importante dentro da mata e dos reflorestamentos, devido à produção de elevado número de frutos que alimentam pássaros e morcegos<sup>80</sup>. Finalmente no 136º degrau chegamos ao mirante que dá acesso à paisagem da cachoeira vista por baixo.

---

<sup>73</sup> Nome científico: *Melia azidarach*.

<sup>74</sup> Processo no qual são extintas espécies nativas, seja da flora ou da fauna. BALLAROTTI, op. cit., p. 4.

<sup>75</sup> Nome científico: *Campomanesia xanthocarpa*

<sup>76</sup> CEPEN. Família Myrtaceae. Disponível em: <[http://www.cepen.com.br/arv\\_nat\\_Myrtaceae.htm](http://www.cepen.com.br/arv_nat_Myrtaceae.htm)> acesso em: 30 ago. 2009.

<sup>77</sup> Nome científico: *Bougainvillea spectabilis*.

<sup>78</sup> Disponível em: <<http://www.jardimdeflores.com.br/floresefolhas/A20primavera.htm>> Acesso em: 30 de ago. 2009.

<sup>79</sup> Nome científico: *Aegiphila sellowiana*.

<sup>80</sup> LORENZI, op. cit., p. 357.

**Imagem 12** – Cachoeira do PMAT em 1933



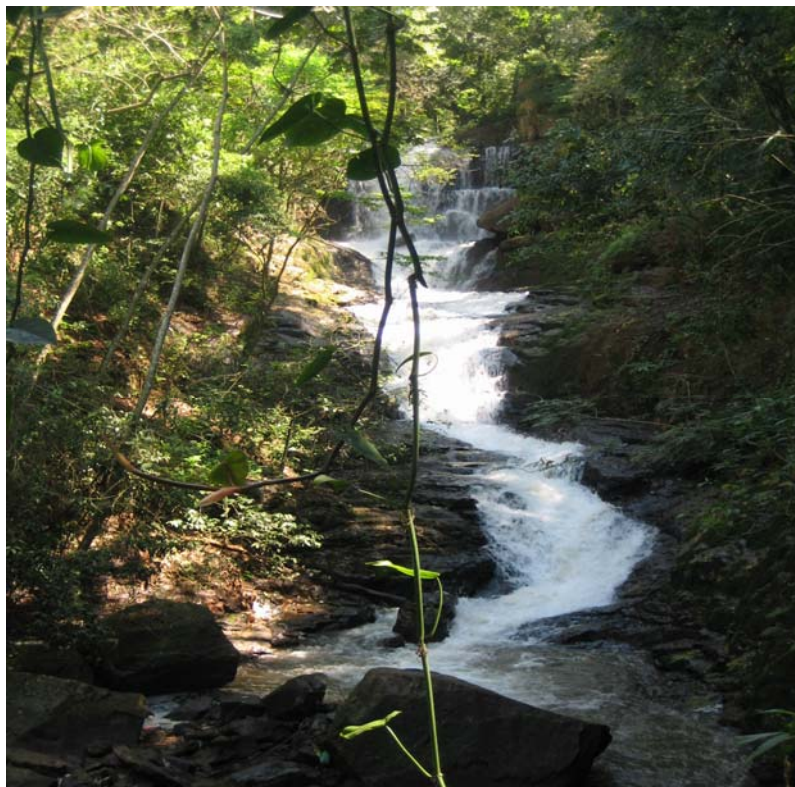
**Fonte:** Fincando estacas: A História de Londrina, década de 30, em textos e imagens (2004)

Parece que nada mudou no local desde a fotografia tirada pelo fotógrafo José Juliani em 1933 (Imagem 12), na qual aparece sentado em uma pedra na cachoeira o engenheiro Ernest Rosemberg, que veio à região estudar a instalação de uma usina hidrelétrica para CTNP.<sup>81</sup> Entretanto, observando o local atentamente, constatamos que as ações *entrópicas* e *antrópicas* estão ativas por aqui.

---

<sup>81</sup> BONI, Paulo César. A fotografia como mídia visual da recuperação histórica em Londrina. Disponível em: <<http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/resumos/R0109-1.pdf>> Acesso em 25 set. 2009.

**Imagem 13** – Cachoeira do PMAT por outra perspectiva.



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

*Entrópica*, pois a própria velocidade das águas da cachoeira lapidou suas pedras; o excesso de chuvas deslocou e carcomeu outros rochedos, além do solo; árvores morreram e caíram, germinando outras em seu lugar.

A ação *antrópica* é sentida, pois a água dessa queda não é mais aquela água potável e cristalina de outrora. Transporta, nos dias atuais, agentes de esgotos industriais e caseiros. O lixo que se acumula nas bordas no final da cachoeira também é um indicativo da presença do homem moderno na região e denuncia a existência da cidade, ribeirão acima. É grande a quantidade de sacos plásticos, isopor, garrafas pet, caixas de ovos, localizada entre as pedras e em lugar de difícil acesso para que a administração do parque efetue a limpeza.

Grande parte do lixo que é depositado nas ruas do entorno do parque e nos lagos do ribeirão Cambé acaba descendo para o vale com a ocorrência das chuvas.

A limpeza do ambiente de acesso para os pedestres se encontra aceitável; verificamos os funcionários zelando por esta, com boa disponibilidade de lixeiras.

Seguimos por um caminho chamado de *trilha do Quati*, com 129 metros, que nos levou novamente para a *trilha da Cuíca*. O parque apresenta uma grande população de *quatis*<sup>82</sup>, um mamífero de focinho comprido, de pelagem castanha clara ou negra e anéis brancos na cauda. Os adultos medem de 40 a 67 cm da cabeça à base da cauda, tendo esta de 40 a 60 cm. Pesam de 3 a 8 kg. Alimentam-se de insetos, frutas e pequenos vertebrados. Nascem em ninhadas de uma a seis crias em abrigos construídos em troncos de árvores.<sup>83</sup>

Nesta trilha, passamos por uma mina de água que não para por causa da calçada e continua seu percurso por cima desta. Neste local percebemos as copas das árvores tão fechadas que ficou difícil observar o sol, lembrando descrições da mata Atlântica citadas na obra de Warren Dean<sup>84</sup>. Uma nova placa de identificação está disposta no caminho, *Jaracatia*<sup>85</sup>, árvore frutífera que corre risco de extinção. Sua fruta é pouco conhecida, vulgarmente chamada por *mamão brabo*, sendo necessário, antes de consumir, retirar a substância leitosa que protege o fruto. Pode alcançar até 20 metros de altura; considerada ornamental é avidamente procurada por pássaros e macacos.<sup>86</sup>

Nesta altura da trilha encontramos o ribeirão Cambé perdendo sua força depois da cachoeira, quando suas águas se tornam mais calmas. O calçamento nesta área se encontra bastante avariado pelo tempo e pela ação das águas, apresentando rachaduras e pedaços quebrados. Neste trecho os cipós e árvores se encontram tão fechados que necessitamos nos curvar para passar. Uma nova placa demonstrativa se encontra disposta no caminho, *Açoita-cavalo*<sup>87</sup>. Esta árvore recebeu esse nome devido à antiga prática dos cavaleiros que açoitavam seus animais, prendendo-os no tronco da referida árvore. As cascas do tronco dessa planta são usadas como antidiarréico e adstringente, além de suas flores servirem para chá calmante e para fins ornamentais.<sup>88</sup>

---

<sup>82</sup> Nome científico: *Nasua nasua*; segundo o Plano de Manejo, ainda não foi efetuado um estudo sobre o número correto destes animais, estabelecidos na Unidade.

<sup>83</sup> REIS, Nélío R. dos; et al. **Mamíferos do Brasil**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2006, pp. 262-63.

<sup>84</sup> DEAN, op. cit., pp. 29-30.

<sup>85</sup> Nome científico: *Jaracatia spinosa*.

<sup>86</sup> LORENZI, op. cit., p. 93.

<sup>87</sup> Nome científico: *Luehea divaricata*.

<sup>88</sup> SCHWARZBACH, Lincoln. Conhecendo nossas árvores: Açoita-Cavalo (*Luehea divaricata*). Disponível em: <<http://www.ecossistema.bio.br/econoticias/29/newsletter29-03.htm>> acesso em: 29 ago. 2009.

Encontramos na subida da trilha outra mina de água, que escorria por um cano. Não tivemos coragem de beber sua água, pois não existia nenhuma placa indicando sua procedência.

Retornamos à *trilha da Cuíca*. Neste ponto encontramos um grande sossego, só quebrado pelo ataque de um gavião a alguma espécie de pássaro incauto ou por alguma folha de grandes dimensões que caia das árvores.

Dispostos, nesta trilha, encontramos cartazes em metal apresentando exemplares da flora local, retirados da obra de Harri Lorenzi, um engenheiro agrônomo brasileiro, autor de várias obras sobre árvores da Mata Atlântica. As fotografias foram recolhidas de sua obra *Árvores Brasileiras, volume 1*. Podemos observar algumas árvores que não encontramos durante o percurso, como o *Pau-d'álho*<sup>89</sup> - sendo sua principal característica o forte cheiro de alho, que se sente a boa distância; sua altura pode chegar até 30 metros, sendo uma árvore de grande porte<sup>90</sup> - o *Cedro* e o *Jacarandá*<sup>91</sup>, muito procuradas para construção naval, fabricação de móveis e marcenaria.<sup>92</sup>

No percurso, passamos pela ponte de madeira sobre o córrego Pica-pau, que deságua no ribeirão Cambé e neste ponto ganha mais força em suas águas graças à adição deste córrego. Aqui encontramos um exemplar de *Pinheiro-do-Paraná*<sup>93</sup>, árvore símbolo do Paraná, encontrada com mais frequência no sul do estado.

Assim chegamos à chamada *Zona Histórico-Cultural*<sup>94</sup>, local em que se encontra a casa de máquinas da usina hidrelétrica. O mini-museu foi desativado e a instalação está fechada. No seu interior, localizam-se apenas as turbinas. Depois do deslizamento da encosta em 2005, a estrutura da usina foi reconstruída e está bem conservada. A vegetação, que também foi danificada com a erosão, foi recomposta naturalmente.

A pintura e as vidraças da casa de máquinas se encontram intactas, demonstrando que a vigilância do local está conseguindo afastar ações de

---

<sup>89</sup> Nome científico: *Gallesia integrifolia*.

<sup>90</sup> MAACK, op. cit., p. 252.

<sup>91</sup> Respectivamente seus nomes científicos: *Cidrela fissilis* e *Platypodium elegans*.

<sup>92</sup> DEAN, op. cit., p. 180.

<sup>93</sup> Nome científico: *Araucária angustifolia*.

<sup>94</sup> É aquela, na qual são encontradas amostras do patrimônio histórico-cultural ou arqueopaleontológico, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público, servindo à pesquisa, educação e uso científico.

vandalismo. O museu precisou ser desativado por causa da depredação. Sua localização se encontra longe da administração do parque, sendo difícil seu monitoramento. Verificamos a ação de cupins na estrutura de madeira.

Nesta área, termina a visão que podemos ter do ribeirão Cambé, que adentra a mata, avançando até desaguar no ribeirão Três Bocas. Por trás do edifício da Usina, encontramos várias minas de água que acabam se unindo para desaguar no ribeirão Cambé.

O único caminho para continuarmos o passeio é uma escadaria com aproximadamente 188 m, conhecida pelo nome de *trilha do Jabuti*. Os *jabutis*<sup>95</sup>, animais que podem ser encontrados tranquilamente no local, possuem carapaça e pernas grossas. Chegam a atingir de 80 a 100 anos e medem aproximadamente 70 centímetros de comprimento.

A *trilha do Jabuti* liga a *trilha da Cuíca* com a *trilha da Cotia* e possui um total de 203 degraus. Quando chegamos ao 63º degrau, encontramos um ponto para descanso, com uma mina de água para beber e uma placa explicativa com fotografias sobre os animais existentes no parque. Verificamos nestas informações animais que são de difícil avistamento no local, como o gato mourisco e a *cuíca*<sup>96</sup>, que lembra uma espécie de rato.

Ressaltamos também a existência de *morcegos*, animais importantes para a região<sup>97</sup>. Segundo Felix<sup>98</sup>, existem doze espécies conhecidos desse mamífero no PMAT.

Mais adiante, localizamos os sanitários – feminino e masculino – em péssimo estado de conservação e instalações precárias.

Continuamos o caminho morro acima. No 143º degrau encontramos uma grande árvore tombada pela ação natural. No 163º degrau deparamos com a principal atração do parque: os *Macacos-prego*<sup>99</sup> (Imagem 14).

Esses animais circulam por todo o parque e, muitas vezes, além dos limites do local, buscando alimentos em residências do entorno ou chácaras

<sup>95</sup> Nome científico: *Chelonoidis*.

<sup>96</sup> Respectivamente seus nomes científicos: *Herpailurus yaguaroundi* e *Lutreolina crassicaudata*.

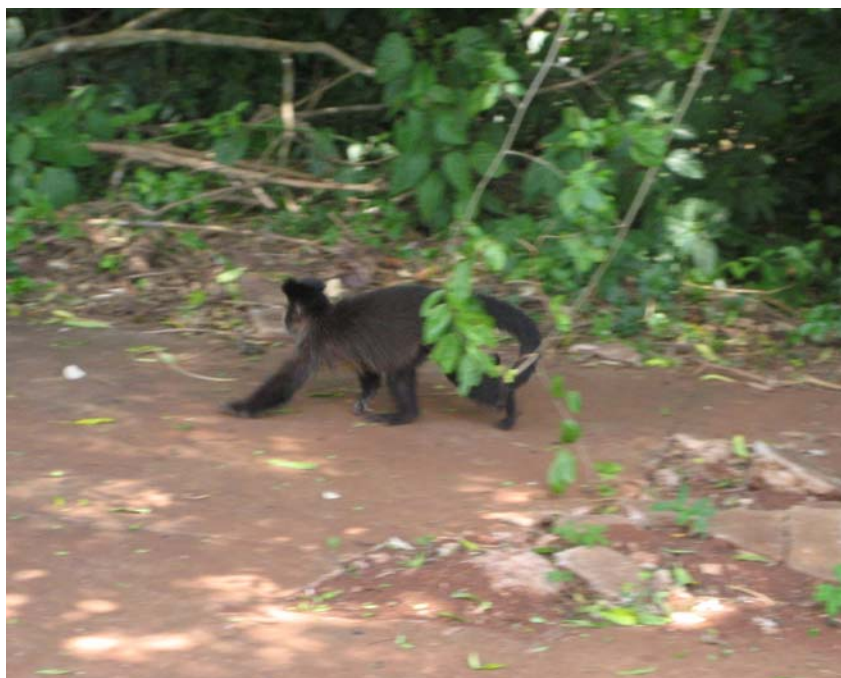
<sup>97</sup> O morcego é um animal importante para controle de insetos, além de ser responsável pela dispersão de plantas por meio da sua alimentação com frutos silvestres.

<sup>98</sup> FELIX, J. S. **O Parque Municipal Arthur Thomas, com área de 82,72ha, seria suficiente para proteger populações viáveis de morcegos?** Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Monografia de conclusão de curso de Ciências Biológicas, 2000, p.11.

<sup>99</sup> Nome científico: *Cebus nigritus*.

vizinhas. De acordo com os vigilantes, os animais desaparecem em meados de novembro para o interior da floresta em busca das frutas da estação e para procriação.

**Imagem 14** – Macaco-prego



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

Fora desta estação eles sempre aparecem para os visitantes, pulando de galho em galho, subindo pelas edificações em torno da represa ou atacando algum visitante desavisado que carregue alguma sacola ou algum alimento nas mãos. Os quatis também se mostram bastante ousados quando querem se alimentar.

No 203º degrau chegamos à *trilha da Cotia*. Neste trecho observamos uma grande concentração de insetos e borboletas. O canal de escoamento das águas da hidrelétrica (Imagem 15) encontra-se parado e com alta concentração de folhas, galhos e outros detritos. Segundo a administração do parque não existe a possibilidade de dengue na região, pois no local há muitos predadores dos ovos do transmissor e a água é escoada de tempos em tempos.<sup>100</sup>

---

<sup>100</sup> Depoimento de Sidney Antonio Bertho em 2008.

**Imagem 15** – Situação do canal de escoamento



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2008).

Chegamos ao fim da trilha pelo lado oriental, pois com o deslizamento de 2005, parte da estrutura desmoronou. Deste ponto, observamos ao longe, o escape das águas da represa, quase tomado pela vegetação. Observamos também a Fazenda Refúgio e a Central de Tratamento de Esgoto da SANEPAR. Detectamos casas no Residencial Vale Azul, que no ano anterior não eram observadas no local, e o pasto para gado na Chácara Olaria, para o qual a mata não consegue avançar por causa dos animais que ali pastam.

Neste ponto encontramos vários pássaros que dificilmente se aventuram fora dos limites do parque, com seus cantos particulares, como o *Alma-de-gato*<sup>101</sup> (Imagem 16). Segundo lendas indígenas, esse pássaro possui um canto fatídico; quando canta na porta da oca de alguém, este está com os dias contados. A ave pode chegar até 50 cm graças a sua cauda comprida e é grande consumidora de insetos, ajudando na prevenção contra lagartas na agricultura.<sup>102</sup>

---

<sup>101</sup> Nome científico: *Piaya cayana*.

<sup>102</sup> SANTIAGO, R. G. Alma de gato ou Chicoã (*Piaya cayana*) **Biblioteca Digital de Ciências**, 30 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.ib.unicamp.br/lte/bdc/visualizarMaterial.php?idMaterial=406>>. Acesso em: 17 set. 2009.

**Imagem 16 – Alma-de-gato**

**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2008)

Neste trecho da trilha, encontramos novamente o córrego Pica-pau, apresentando várias pequenas quedas. Esse córrego nasce no interior do parque, sendo o corpo hídrico cortado pela *trilha da Cuíca* e da *Cotia*. Parte de seu leito se encontra desviado para alimentar o canal de abastecimento da antiga Usina Hidrelétrica. Suas águas possuem um alto poder erosivo. Muitos blocos de dimensões variáveis e de composição basáltica são observados ao longo do seu curso. Em muitas áreas, o córrego foi canalizado para evitar a erosão, principalmente nas áreas com declive acentuado.<sup>103</sup>

Salientamos que o PMAT contém mais dois córregos, que não podem ser observados pelas trilhas pavimentadas. O córrego Tico-tico, que tem sua nascente no parque a partir de várias minas, e o córrego Bem-te-vi, que nasce fora do parque, abaixo da Rua Capri no Jardim Piza, desprovido de mata ciliar nesta área e sofrendo adições de lixo e detritos.

Retornamos para o local em que começamos nossa jornada, seguindo rumo ao lago e seu contorno denominado de *trilha da Capivara*. Como dito antes, essa trilha tem 1.687 metros. Durante o percurso foi possível encontrar vários bancos, inclusive com cobertura, para o descanso. O lago ainda conta com pouca

---

<sup>103</sup> PLANO DE MANEJO, op. cit., encarte 3, p. 28.

vegetação nas encostas de suas margens, o que poderia corroborar o processo de erosão que sofre.

Neste ponto, percebemos o mau cheiro das águas de que tantos visitantes e moradores do entorno reclamam. Também constatamos muitos barulhos provenientes das residências próximas ao parque, juntamente com o som dos carros em alta velocidade na Rua Charles Lindemberg.

Encontramos *capivaras*<sup>104</sup> tomando sol em pequenas ilhas no meio do lago. Essas ilhas representam o assoreamento do local, no qual não é mais possível a navegação dos pedalinhos (Imagem 17). As *capivaras* são consideradas os maiores roedores vegetarianos do mundo. Alimentam-se de capins e ervas e, em sua falta, invadem canaviais e milharais. Roem árvores e até a estrutura de madeira, como as do edital que as apresenta aos visitantes. Vivem em grupos e seu hábito é geralmente diurno. São encontradas próximas a rios e lagos.

**Imagem 17** – Capivaras em lago assoreado



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2008)

Verificamos também duas *Garças-brancas* sobrevoando o lago, além de quatros *Biguás*<sup>105</sup>, pescando no local. Os biguás são aves com penas

<sup>104</sup> Nome científico: *Hydrochoerus hydrochaeris*.

<sup>105</sup> Respectivamente seus nomes científicos: *Cosmerodius Albus* e *Phalacrocorax Olivaceus*.

escuras, chegando a medir até 70 centímetros; vivem tanto no mar como em rios e lagoas, portanto, locais que concentram peixes. Possuem grande habilidade na pesca<sup>106</sup> e são encontrados em grande número no Lago Igapó II.

A represa recebe, além do ribeirão Cambé, as águas dos córregos Piza e Carambeí, bem como o material transportado por várias galerias pluviais, que, devido à morfologia do terreno, chegam com uma carga elevada de sedimentos.<sup>107</sup> No lago da represa, essas águas perdem energia devido ao represamento e depositam esses sedimentos, assoreando-a, problema do qual trataremos mais tarde.

Verificamos o córrego Carambeí despejando suas águas no lago. Esse córrego tem sua nascente localizada no Jardim Nova Conquista. Em seu trecho fora do parque é possível encontrar presença de lixo, criação de cavalos e áreas aterradas, desprovidas de mata ciliar. A partir do parque, o córrego é totalmente canalizado até sua foz no lago do ribeirão Cambé.

Passando pela ponte de concreto que divide o ribeirão Cambé de seu lago, constatamos a existência de alguns peixes. Os mais encontrados são o *Lambari*, a *Tilápia* e *Piranha*<sup>108</sup>, sendo que a quantidade dessa última não oferece perigo aos animais dispostos ali.

Chegando quase ao final do nosso passeio encontramos uma instalação nova, em que existe uma lanchonete, mesas para lanches, uma mini-feira com artesanatos e banheiros bem conservados.

Terminamos o caminho passando pela ponte sobre o córrego Piza (Imagem 18), que deságua no lago. Esse córrego nasce nos limites do PMAT, no interior do apêndice apresentado no início desta descrição. Suas águas correm, em grande parte de sua extensão, diretamente sobre rocha basáltica, aparecendo pequenas quedas de água e corredeiras. Em suas margens existem dois pontos suspeitos de ligação de esgoto clandestino.<sup>109</sup>

---

<sup>106</sup> SANTIAGO, R. G. Biguá (*Phalacrocorax (brasilianus) olivaceus*). **Biblioteca Digital de Ciências**, 30jan. 2007. Disponível em: <<http://www.ib.unicamp.br/lte/bdc/visualizarMaterial.php?idMaterial=407>> Acesso em: 17 set. 2009.

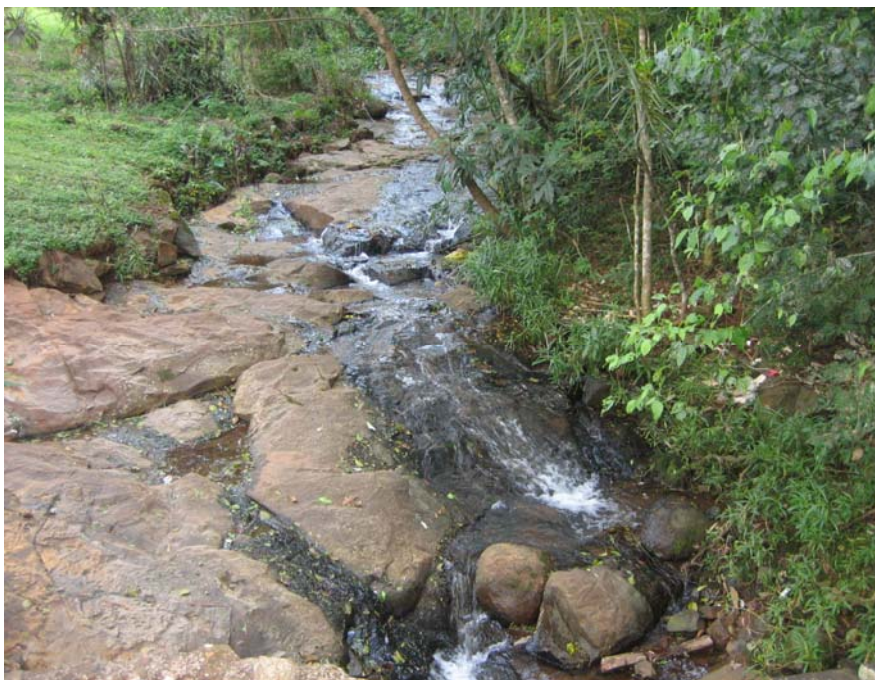
<sup>107</sup> Entendemos como sedimentos, além de resíduos naturais como terra, os resíduos sólidos domésticos, restos de construção civil, entre outros.

<sup>108</sup> Respectivos nomes científicos: *Tilápia Rendali*, *Astyanax* e *Serrasalmus Macalatus*. Informação encontrada em: MARIANO JUNIOR, Antonio. No Arthur Thomas um dia de pescaria. **Folha de Londrina**. Londrina, 21 mai. 1991, p. 8.

<sup>109</sup> PLANO DE MANEJO, op. cit., encarte 3, p. 24.

Podemos verificar no PMAT que sua estrutura visual foi inspirada nos principais elementos dos parques ingleses, isto é: com opções de arquitetura com mínima interferência na topografia do local, promovendo os elementos paisagísticos já existentes, como a mata nativa, lagos, nascentes, cachoeiras e cursos de água.<sup>110</sup>

**Imagem 18** – Córrego Piza



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

Observamos, nesse passeio, as alterações que a natureza efetua no interior do parque, como o desgaste das rochas e do solo, as plantas que se enredam em outros vegetais, as árvores que morrem servindo de adubo para as que germinam. Verificamos também a ação do homem, no aumento do fluxo de água da chuva na região, causando erosões, no lixo da cidade e dos visitantes que acaba depositado no local, na poluição das águas por esgotos domésticos e industriais. Todos estes aspectos alteram a paisagem.

---

<sup>110</sup> SCHREIBER, op. cit., p. 40.

O termo composto conservação ambiental apresenta-nos imediatamente a idéia básica de uma permanência imutável do ambiente, da sua ausência de transformação. No entanto, devemos considerar que o ambiente é referencial de um processo complexo de funcionamento dinâmico, ininterrupto em que se interagem elementos dos mais diversos, desde os mais profundos com características geológicas, provenientes do centro de nosso planeta, até os cósmicos provenientes de nosso universo. Em nosso planeta, esta articulação dinâmica de elementos abióticos conjugou-se em uma sofisticada operação e construiu há milhões de anos os elementos bióticos, ou seja, os possuidores de vida.<sup>111</sup>

Os elementos bióticos, como o homem, fazem parte deste complexo sistema e também participam das alterações dentro do processo no qual estão engendrados, modificando-o, gerando implicações para si mesmo. Para Almeida, podemos reconhecer que um dos componentes fundamentais do ambiente é a transformação contínua de seus elementos.

Conforme Capra, “Todos os membros de uma comunidade ecológica estão interligados numa vasta e intrincada rede de relações, a teia da vida”. Segundo o autor, a interdependência é a natureza de todas as relações ecológicas, sendo que o comportamento de cada membro vivo do ecossistema depende do comportamento de muitos outros.<sup>112</sup>

Desta forma, nos próximos capítulos, analisando a história do PMAT e dos moradores do seu entorno, poderemos entender como se processa esta teia de relações.

---

<sup>111</sup> ALMEIDA, Jozimar Paes de. Conservação Ambiental in SILVA, Francisco C. Teixeira da; et al. **Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX**. Rio de Janeiro: Campus, 2004, p. 1.

<sup>112</sup> CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Trad. Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Editora Cultrix, 1996, p. 231.

### 3 CONCEITOS E TEORIA DA HISTÓRIA

#### 3.1 CONCEITUANDO PARQUE URBANO, UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E PLANO DE MANEJO

No capítulo anterior efetuamos uma descrição do PMAT, procurando transmitir seus elementos, a infra-estrutura edificada e os componentes naturais.

Agora entraremos no processo de análise histórica referente a este espaço, inicializando o trabalho pelo debate sobre os conceitos de Parque Urbano, Unidade de Conservação e Plano de Manejo.

##### 3.1.1 Conceitos de Parque Urbano

O Decreto Federal n. 84.017/79 estabelece as normas que definem e caracterizam os Parques Nacionais, estando inseridos, neste caso, os Parques Municipais. O art. 1º deste Decreto considera, para efeitos deste Regulamento, que os parques são áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais e excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo, estabelecidas para fins científicos, culturais, educativos e criativos, e tendo como objetivo principal a preservação dos ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem.

Conforme Coradini<sup>113</sup>, os parques urbanos são definidos como espaços públicos, possuem dimensões significativas, contendo elementos naturais, principalmente áreas verdes, destinados à recreação. Para a autora, este espaço compõe um elemento típico da grande cidade moderna.

Macedo considera como parque urbano:

[...] todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno.<sup>114</sup>

---

<sup>113</sup> CORADINI, Miriam Paula. **Parques Urbanos na Contemporaneidade**: Análise dos Valores Funcionais, Ambientais e Estéticos. Pós-graduação em Arquitetura e Contemporaneidade. Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2006, p. 8.

<sup>114</sup> MACEDO, Silvio Soares. **Parques Urbanos no Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003, p. 14.

Desta forma, tanto Coradini como Macedo consideram que os parques urbanos são espaços nos quais os elementos naturais se sobrepõem em quantidade aos instrumentos de lazer, necessitando observar a limitação de sua área.

Schreiber levanta três concepções relevantes para o entendimento do conceito de parque. A primeira seria a construção da ideia de natureza como local ideal para unir saúde, bem-estar e entretenimento benéfico ao corpo e à mente. Em segundo plano, a dimensão que aponta a valorização da natureza como campo cultivado, sendo o parque uma natureza domesticada, ordenada, contrapondo-se à terra selvagem e sem maiores cuidados pelo trabalho humano, associando a visão de natureza cultivada à ideia de cultura. E existe a terceira concepção, na qual surge a valorização de lugares em que a natureza permanece intocada: “É nesse contexto que uma nova dimensão, “a bucólica” vem associar-se a idéia de natureza encarnada no parque urbano”.<sup>115</sup>

Podemos especular que encontramos as três concepções reunidas no PMAT, no qual existem as construções e ordenamentos humanos e, por outro lado, a flora e a fauna intocadas, que pretendemos conservar através do status de Unidade de Conservação. Ainda assim, o local deve atender sua função de Parque Municipal, isto é, um local ideal para o lazer. Portanto, existe uma série de noções justapostas, provindas de diferentes tempos e culturas no que se concebe a ideia de parque.

Sousa e Machado discutem que na literatura sobre os parques urbanos se encontram afirmações mais voltadas ao parque apenas como um equipamento urbano tal como outro qualquer, como uma praça ou um parquinho, por exemplo. O parque estaria para a cidade como uma espécie de *enfeite natural*.<sup>116</sup>

Para estes autores, desde 2002, quando os parques urbanos assumiram um caráter de preservação e recuperação ambiental, deixam de ser um lugar essencialmente urbanístico, criando condições nas quais cumpram novas funções:

---

<sup>115</sup> SCHREIBER, Yara. **Domingo no parque**: um estudo da relação homem-natureza na metrópole paulistana. Dissertação de mestrado em antropologia social, São Paulo: FFLCH-USP, 1997, p.21.

<sup>116</sup> SOUSA, Marcos T.R.; MACHADO, Rodrigo. **Os parques urbanos e a cidade sob a abordagem do turismo e do planejamento dos transportes**. GAIA SCIENTIA. 2007, 1, p. 170.

São serviços relativos à manutenção da biodiversidade local e regional, a drenagem de águas pluviais, à regulação microclimática, ao equilíbrio ecológico [...], a qualidade do ar (por meio do seqüestro de carbono e retenção de partículas sólidas emitidas por veículos). Sem contar a rica possibilidade de servir de lócus perfeito a atividades de educação ambiental. São todos serviços ambientais a serem medidos, é certo, mas sem dúvida são prestados pelas áreas verdes.<sup>117</sup>

De qualquer forma, os autores querem sublinhar que o atual conceito de parque urbano refere-se, além de área de lazer, ao seu potencial como mantenedor do equilíbrio ecológico, local ideal para promover a educação ambiental e experimentação de práticas e tecnologias direcionadas a buscar sustentabilidades nas atividades humanas na cidade.

Para Yara Schreiber, o parque aparece como *fato urbano de destaque* no final do século XVIII na Inglaterra e possuía uma utilização privativa aos moradores ao seu entorno, apresentando grades e portões. A sua instalação mais ampla, como parque público, acontece efetivamente no início da Era Vitoriana, com as novas demandas criadas pela cidade industrial no século XIX:

A criação do parque urbano advém da necessidade de equipamentos para as atividades de recreação e lazer decorrentes da expansão urbana e do novo ritmo da cidade industrial, introduzindo um outro sentido de tempo, em contraposição ao termo natural, que tem por referência a vida rural.<sup>118</sup>

Para a autora, foi a partir do século XIX, inspirado nos modelos paisagísticos dos jardins ingleses, que ocorre um amplo processo de implantação de parques nas estruturas urbanas da Europa, culminando com a reforma do centro de Paris no período de Napoleão III. Esta obra concebida pelo Barão Georges-Eugene Haussmann, formou um sistema de parques urbanos interligados por áreas verdes em diferentes escalas e grandes avenidas. Esta transformação no centro de Paris tinha uma dupla função: permitir o acesso fácil, a partir dos palácios e quartéis, a todos os pontos da cidade<sup>119</sup>, além de melhorar as condições de sanidade do aglomerado urbano:

---

<sup>117</sup> SOUSA, Marcos T.R.; MACHADO, Rodrigo, op. cit., p. 170.

<sup>118</sup> SCHREIBER, op. cit., p. 23.

<sup>119</sup> Depois da comuna de Paris, esta medida arquitetônica, tornava mais difícil as barricadas populares.

Ao término do século XIX, a noção de rua e de parques arborizados como pulmões estava já disseminada por toda parte, sobrepondo uma dimensão salubrista e cívica a estes elementos urbanos. As amplas áreas plantadas e as grandes superfícies gramadas eram vistas como fundamentais nas cidades, garantindo a saúde dos cidadãos e sendo essenciais à higiene pública, com o mesmo destaque da água, do ar e da luz.<sup>120</sup>

A autora salienta que este movimento, no qual predominava uma visão que os parques urbanos deveriam ser como pulmões na cidade, ganhou força nos Estados Unidos com o arquiteto-paisagista Frederick Law Olmsted, que implantou um número significativo desses parques, entre eles o *Central Park* em Nova York, inaugurado em 1857.

No Brasil, nas primeiras décadas da República, influenciados pelas mudanças ocorridas em Paris, as cidades de maior expressão como o Rio de Janeiro passaram pelo processo de intensas modificações em seus espaços, nos quais muitos parques urbanos, espaços ajardinados, bulevares foram criados por paisagistas europeus.

### 3.1.2 Unidade de Conservação

A Lei Federal 9.985 de 18 de julho de 2000 estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). No seu primeiro capítulo, define que Unidade de Conservação (UC) é um espaço territorial que, contém recursos ambientais com características naturais relevantes, instituído pelo Poder Público com o objetivo de conservação e seus limites devem ser definidos sob regime especial de administração. Esta Lei estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação, permitindo que União, Estados e Municípios atuem de forma articulada no que se refere à proteção do patrimônio natural do Brasil.<sup>121</sup>

Os objetivos básicos das UCs são proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar sua sustentabilidade. De acordo com Milano et. al., a UC seria: “[...] uma especialização do espaço protegido,

---

<sup>120</sup> SCHREIBER, op. cit., p. 27. Grifo nosso. O uso metafórico dos órgãos pulmões, que absorvem oxigênio, buscava representar erroneamente o oposto, produtores deste gás.

<sup>121</sup> DIAS, Adriana Carla. **Base metodológica de gestão ambiental integrada em Unidades de Conservação com ênfase em sistemas de interesses**. Tese de Doutorado em Engenharia Ambiental. Florianópolis: UFSC, 2007. P 45.

possuindo regras próprias de uso e de não uso, manejo e definição legal para sua criação".<sup>122</sup>

Para Sessegolo, a UC representa uma das melhores estratégias de proteção do patrimônio natural. Neste caso seu objetivo é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica existentes em seus limites. A posse e o domínio de sua área devem ser públicos.<sup>123</sup>

Conforme Godoy, no Brasil associa-se o modelo de UC àquele desenvolvido pelos Estados Unidos a partir da criação do Parque Nacional de Yellowstone em primeiro de março de 1872.<sup>124</sup> Considerado como o primeiro parque nacional criado pelo Congresso dos Estados Unidos da América, se localiza no estado de Wyoming e abrange aproximadamente 800 mil hectares. A intenção de sua criação era a de preservar áreas dotadas de grande beleza natural em seu estado selvagem para a posteridade.<sup>125</sup>

Segundo Drummond<sup>126</sup>, o conceito de parque nacional evoluiu e se desdobrou em muitas direções desde 1872, sendo que os critérios para seleção de áreas a serem protegidas sofreram mudanças, abarcando outras ênfases além das paisagens espetaculares. Passaram a se guiar por métodos científicos como a proteção à flora, fauna e recursos hídricos, defesa da diversidade biológica e outros.

O Brasil criou o seu primeiro parque nacional, o de *Itatiaia* no estado do Rio de Janeiro, em 1937. É considerado um *retardatário* nesse tipo de política, mesmo na América Latina, sendo esta ação tomada bem antes na Argentina (1903) e no Chile (1926).<sup>127</sup>

Atualmente, no Brasil, existem 52 parques nacionais, perfazendo um total de 16.832.976,00 ha, protegidos por essa categoria de Unidade de Conservação. No bioma Amazônia, encontra-se a maior quantidade de hectares protegidos (75,77%), seguidos dos biomas Cerrado (11,10%) e Mata Atlântica com

---

<sup>122</sup> MILANO, Marcelo Serediuk, et. al. (orgs.). **Unidades de Conservação: atualidade e tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004, p. 44.

<sup>123</sup> SESSEGOLO, Gisele. C. A recuperação de áreas degradadas em Unidades de Conservação. In: CAMPOS, João Batista et. al. (orgs.). **Unidades de Conservação: ações para valorização da biodiversidade**. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2006, p. 25.

<sup>124</sup> GODOY, Ana. O Modelo da Natureza e a Natureza do Modelo. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, n. 4, 2000, p.129.

<sup>125</sup> FRANCO, José Luiz de Andrade. **Proteção da natureza e identidade nacional: 1930-1940**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNB. Brasília, 2002, p. 39.

<sup>126</sup> DRUMMOND. José Augusto. **Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1997, p. 143.

<sup>127</sup> Idem, p. 144.

apenas 4,98%, no qual está inserido o espaço do Parque Municipal Arthur Thomas.<sup>128</sup>

Segundo Ballarotti, o Paraná conta com 350 Unidades de Conservação, compreendendo parques, áreas de proteção ambiental, reservas, estações ecológicas, hortos, além de áreas especiais de interesse ecológico e turístico de âmbito municipal, estadual, federal e particular, resultando em 9.000 Km<sup>2</sup> do território paranaense.<sup>129</sup>

Vale ressaltar que o conceito *Unidade de Conservação* extrapola a ideia de apenas preservar belezas cênicas para as futuras gerações, contemplando também finalidades científicas e ecológicas.

Sousa & Machado<sup>130</sup> salientam que, no Brasil, existem UCs de cunho essencialmente preservacionista; entretanto, os parques urbanos se diferenciam por guardarem relação com o uso racional dos recursos naturais. Não por serem *reserva*, mas sim por se tornarem o espaço, dentro da cidade, no qual o homem, além de descansar do tempo de trabalho, pode refletir e ter contato com princípios ecológicos, além da reaproximação com o verde e tecnologias ambientais.<sup>131</sup>

Segundo o Instituto Conservation International do Brasil, uma das formas de conter a exploração excessiva da natureza e propiciar a manutenção da biodiversidade é o estabelecimento de um planejamento para conservação em escala regional ou que contemple grandes unidades de paisagem. Assim, o reconhecimento de áreas que mantêm alta diversidade de espécies constitui elemento primário para a proteção desta área.<sup>132</sup>

Para Ornelas<sup>133</sup>, esta intensa utilização dos recursos naturais nos locais onde a sociedade humana se constitui encontra-se diretamente vinculada à questão de como este homem relaciona-se com seu meio. Concordamos apenas em parte com a autora, pois também necessitamos contemplar outras análises, como a

---

<sup>128</sup> LONDRINA. **Plano de Manejo do Parque Arthur Thomas**. Secretária Municipal do Ambiente – SEMA. Londrina, 2005, encarte 2, p. 16

<sup>129</sup> BALLAROTTI, op. cit., p. 38.

<sup>130</sup> SOUSA & MACHADO, op. cit., p. 170.

<sup>131</sup> Entendemos por tecnologias ambientais a aplicação de conceitos referentes à captação e reuso da água, fontes alternativas de energia, bioconstrução, respeito a outras formas de vida etc.

<sup>132</sup> CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL et al. **Avaliação e ações prioritárias para conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**. MMA/SBF: Brasília, 2000.

<sup>133</sup> ORNELAS, op. cit., p. 49.

relação do homem com o homem. Esse relacionamento pode ocorrer pelo contato com áreas de lazer, de conservação<sup>134</sup> e até mesmo de preservação<sup>135</sup>. Essa busca pelo contato com o meio natural se faz notar com a frequência de saída dos indivíduos dos centros urbanos nos finais de semana para locais mais tranquilos como acampamentos, litoral, parques, reservas, lagos, lagoas e outros mais, que possam proporcionar aos indivíduos tranquilidade e descanso.

O PMAT foi considerado Unidade de Conservação por meio do Ofício n. 376 de 26 de abril de 1994 e se enquadra na categoria unidade de proteção integral, ou seja, tem como objetivo básico a preservação do ecossistema natural, possibilitando as atividades de pesquisas científicas, de educação e recreação. Por esse motivo, o local encontra-se cadastrado para o recebimento de ICMS Ecológico.<sup>136</sup>

O PMAT, ao receber o título de UC, passa a adquirir um novo tratamento, pelo qual a técnica comanda seu território, suas relações com os indivíduos humanos e não-humanos, sendo que o especialista tem a última palavra explicitada por meio do discurso jurídico-científico.

A criação de lugares e a definição das operações são lentamente fixadas no corpo do território, primeiro como uma prática, depois como procedimento, formando o âmbito em que a ecologia, pela biologia da conservação, surgirá como o domínio de conhecimento apto a estabelecer os modos de operação a partir dessas práticas [...].<sup>137</sup>

Neste caso, conforme Godoy, a ecologia representada pela biologia se constitui como um território científico, estabelecendo os critérios que permitem definir a natureza, retirando da comunidade a autonomia sobre o local: “Não se trata mais de florestas, de madeira ou de essenciais florestais, trata-se de corpos

---

<sup>134</sup> Entendemos como conservação a implementação de estratégias de uso sustentável dos recursos naturais, em que as populações locais possam fazer uso destes recursos com vistas a garantir sua subsistência e a vender produtos no mercado, adotando estratégias de manejo que evitem a degradação dos ecossistemas em que vivem.

<sup>135</sup> Entendemos como preservação as ações que objetivam a proteção da natureza em seu estado original, intocado, sem interferência humana.

<sup>136</sup> ICMS ecológico é um mecanismo que foi adotado por vários estados do Brasil para subsidiar e incentivar as ações de conservação. Permite aos municípios brasileiros receberem parte de recursos financeiros arrecadados do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, em reconhecimento da prestação de um determinado serviço ambiental à sociedade.

<sup>137</sup> GODOY, op. cit., p. 132.

biológicos diferenciados, possíveis de serem identificados em suas particularidades e classificados segunda sua pertinência num território [...]”<sup>138</sup>

É a partir da criação de uma legislação específica que a operação sobre o lugar passa a ser definida, na qual não existe a possibilidade de invenção de novas estratégias de uso e utilização do espaço. Segundo Godoy<sup>139</sup>, o estabelecimento da lei fixa uma conduta e garante a repetição sempre idêntica do primeiro movimento.

Com a transformação do PMAT em UC em 1994 houve a obrigatoriedade da formulação de um Plano de Manejo, obedecendo ao art. 27 da Lei 9.985 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que possui âmbito federal.

### 3.1.3 Plano de Manejo

O Plano de Manejo é um documento que apresenta aspectos gerais de uma UC, como sua situação legal e fundiária, localização, limites, normas de uso e prioridades dentro da gestão. Exige uma série de procedimentos técnicos e administrativos, nos quais serão levadas em consideração as peculiaridades locais, as sugestões sociais, bem como dados fornecidos pelas pesquisas existentes e levantamento de campo.

Tendo em vista o importante papel da UC nas funções ecológicas, científicas, econômicas e sociais da região na qual pertence, o Plano de Manejo visa buscar, a proteção da vida silvestre, os recursos hídricos e a paisagem natural, além da melhoria da qualidade de vida dos habitantes do entorno.

O Plano de Manejo torna possível a hierarquização de práticas que até então se colocavam em procedimentos diferenciados e não localizáveis, ou seja, as práticas comuns.

Referente ao PMAT, o documento foi elaborado em 2004 por iniciativa da Prefeitura Municipal de Londrina e da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), utilizando uma equipe composta de geógrafo, geólogo, historiador, biólogo e engenheiro agrônomo. Este deve ser atualizado a cada cinco anos, pois a UC é entendida como um sistema em transformação.

---

<sup>138</sup> Idem, p. 132

<sup>139</sup> Ibidem, p. 133.

### 3.2 A HISTÓRIA AMBIENTAL: PREOCUPAÇÃO COM O HOMEM E O MEIO AMBIENTE

Embora a história ambiental seja um campo novo dentro da historiografia, autores como John Bellamy Foster defendem que a preocupação com o meio ambiente está presente desde a antiguidade, como na filosofia de Epicuro, a qual tinha como ponto de partida o princípio de conservação e, portanto, a tendência a uma visão de mundo ecológica, sendo isto também evidente na obra de Lucrécio, que levantou algumas questões que hoje em dia são consideradas ecológicas, como a poluição atmosférica causada pela mineração, a redução das colheitas pela degradação dos solos e o desaparecimento das florestas, além de argumentar que os seres humanos não eram radicalmente distintos dos animais.<sup>140</sup>

O termo ecologia surgiu em 1886, criado pelo pensador Ernst Haeckel (1834-1919), em sua obra *Generelle Morphologie der Organismen*. O termo *Okologie* foi extraído por ele da mesma raiz grega, *óikos*, que significa doméstico ou da família e acabou também dando origem à palavra *economia*. Sobre isto, Haeckel escreveu:

Por ecologia nós entendemos o corpo do saber relativo à economia da natureza – a investigação da totalidade das relações do animal com o seu meio ambiente tanto inorgânico quanto orgânico; incluindo, acima de tudo, os quais ele entra em contato direta e indiretamente – em suma, ecologia é o estudo de todas essas inter-relações complexas a que Darwin se refere como as condições da luta pela sobrevivência. Esta ciência da ecologia, freqüentemente referida de modo impróprio como “biologia” no sentido estreito, constituiu até o momento o principal componente de que é comumente conhecido com “História Natural”.<sup>141</sup>

Segundo Foster, o conceito de *ecologia* custou a pegar e não foi aceito rapidamente pela literatura darwiniana; o termo só entrou na moda no século XX.

O progressivo domínio da ecologia, entendida aqui como um braço da biologia, forneceu uma base científica muito mais objetiva e pragmática do que a história natural, a filosofia e a arte tinham até então oferecido, transformando a natureza:

---

<sup>140</sup> FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Trad. Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 61.

<sup>141</sup> HAECKEL, Ernst, apud FOSTER, John Bellamy, op. cit., p 271.

[...] em algo possível de ser objetivado, e portanto explicado como natureza-função, a ciência ecológica destituiu-a, ou assim pretendeu, de seu aspecto conceitual e estético, acreditando ser possível explicá-la a partir de suas regularidades objetivas.<sup>142</sup>

Assim, Godoy afirma que a ecologia transformada em ciência forja os elementos que estruturam um edifício jurídico-legal, com o objetivo de normatizar e disciplinar as relações entre o homem e uma natureza que o *circunda*, mas que não o *inclui*.

No Brasil, conforme pesquisa de Franco<sup>143</sup>, havia da parte dos protetores da natureza dos anos 1930-1940 um espaço de reflexão sobre as correntes de pensamento voltadas para a valorização e o cuidado com a natureza. Em 1934, ocorreu no Rio de Janeiro a Primeira Conferência de Proteção à Natureza, organizado pela Sociedade dos Amigos das Árvores.<sup>144</sup>

Conforme Figueiredo, foi durante o século XX que a preocupação com o meio ambiente ganhou força, logo após a Segunda Guerra Mundial, quando começou uma escalada vertiginosa das técnicas de propaganda nos países ocidentais associando a qualidade de vida ao consumo, nas quais o estilo de vida norte-americano passava a ser o padrão mundial de bem estar social. Desta maneira, associando o consumismo desenfreado à produção de bens descartáveis e com sua vida útil pré-estabelecida, acarretou o início dos problemas relacionados ao excesso de resíduos, acompanhado pela: “[...] intensificação da extração predatória de recursos naturais e pelo aumento da demanda energética requerida para o suprimento desse novo estilo de vida”.<sup>145</sup>

Lovelock cita, em sua obra *A vingança de Gaia*, a filósofa Mary Midgley<sup>146</sup>, a qual nos lembra que o século XX foi a época em que a ciência cartesiana triunfou, criando um orgulho excessivo que se autodenominou o *século da certeza*. Citando a filósofa, Lovelock quer chamar a atenção para a pretensão do homem em ser o grande dominador da natureza, sendo que a raça humana ainda não conseguiu desvendar o universo; que este é mais intrínseco do que parece: “Muitas vezes penso que nossas mentes conscientes jamais apreenderão mais do

---

<sup>142</sup> GODOY, op. cit., p. 135.

<sup>143</sup> FRANCO, op. cit., p. 11.

<sup>144</sup> Idem, op. cit., p. 34.

<sup>145</sup> FIGUEIREDO, Paulo Jorge Moraes. **A sociedade do Lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental**. Piracicaba: Editora Unimep, 1994, p. 162.

<sup>146</sup> MIDGLEY, Mary, apud LOVELOCK, James. **A vingança de Gaia**. Trad. Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006, p. 46.

que uma minúscula fração dele e que nossa compreensão da Terra não é melhor que o entendimento que uma enguia tem do oceano em que vive”.<sup>147</sup>

Segundo Simonnet<sup>148</sup>, foi um fenômeno social recente que contribuiu para a expansão da sensibilidade ecológica: o movimento de maio de 1968 na França. Este movimento foi feito inicialmente por uma juventude estudantil e intelectual que reagiu contra as políticas estabelecidas até o momento. Desta forma, a contestação ecológica ganhou espaço e chamou a atenção do mundo. O papel dos intelectuais foi importante para o nascimento do movimento ecologista; podemos citar os nomes de Ivan Illich, René Dumont, Michel Bosquet, Serge Moscovici, entre outros.

O ecologismo deve uma parte da sua herança intelectual à velha corrente da defesa da natureza, nascida muito antes dele. Jean Jacques Rousseau, por exemplo, já protestava contra a técnica dos especialistas que pretendiam arborizar os jardins franceses, usando cálculos matemáticos.<sup>149</sup>

No século XIX, temos os escritos de Marx e Engels, que protestavam contra a depreciação dos solos pela agricultura industrial e pela poluição existente nas cidades industriais, que tornava a saúde do trabalhador muito complicada.

Embora exista certa polêmica dentro da historiografia quanto ao fato de se considerar Marx um defensor do meio ambiente ou não, o autor John Bellamy Foster defende que o marxismo,

[...] tem uma enorme vantagem potencial para lidar com todas estas questões precisamente por repousar sobre uma teoria da sociedade que é materialista não só por enfatizar as prévias condições material-produtivas da sociedade, e como elas serviram para delimitar a liberdade e as possibilidades humanas, mas também, pelo menos em Marx e Engels, por jamais ter perdido de vista a necessária relação destas condições materiais com a história natural, ou seja, com uma concepção materialista de natureza. Assim, ele aponta para a necessidade de um materialismo ecológico, ou de uma concepção dialética de história natural.<sup>150</sup>

---

<sup>147</sup> LOVELOCK, James. **A vingança de Gaia**. Trad. Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006, p. 46.

<sup>148</sup> SIMONNET, Dominique. **O ecologismo**. Trad. Virgílio Martinho. Lisboa: Moraes Editores, 1981, p.109.

<sup>149</sup> SIMONNET, op. cit., p. 115.

<sup>150</sup> FOSTER, op. cit., p. 36.

Foster comenta que Marx tinha uma sensibilidade ecológica e que analisou com sofisticação a alienação humana em relação à natureza, pois seus *insights* nesta área eram derivados de um compromisso sistemático com a revolução científica do século XVII e o meio ambiente do século XIX mediante um profundo entendimento filosófico da concepção materialista da natureza: “Esta tendência foi reforçada pelas preocupações dele com a subsistência humana e a relação com o solo, e com todo o problema da agricultura capitalista”.<sup>151</sup>

Outra preocupação de Marx seria com a divisão antagônica entre cidade e campo, que foi central no pensamento dele. Para Foster, esses temas não regridem na sua obra mais tardia, mas ganham nova importância com a tentativa de tratar dos problemas da pré-história e das formas comunais arcaicas nos escritos etnológicos da sua última década de vida. Não era, porém, só em relação à agricultura e às grandes propriedades que o sistema de propriedade privada era antagônico à natureza. A degradação econômica também podia ser vista ao que Marx se referiu, nos Manuscritos econômicos e filosóficos, como a poluição encontrada nas grandes cidades. Nelas explicou ele,

[...] até a necessidade de ar puro deixa de ser uma necessidade para o trabalhador. O homem volta mais uma vez a viver numa caverna, mas agora a caverna está poluída pelo hálito mefítico e pestilento da civilização. Além disso, o trabalhador não tem mais que um direito precário de viver nela, pois ela é para ele um poder estranho que pode ser retirado diariamente e de onde, caso deixasse de pagar, ele poderia ser despejado a qualquer momento. Ele na verdade precisa pagar por este mortuário. [...] a sujeira – esta poluição e putrefação do homem, o esgoto da civilização – torna-se um elemento de vida para ele. O descaso universal não-natural, a natureza putrefata, torna-se um elemento de vida para ele.<sup>152</sup>

De acordo com Marx, o ambiente natural do trabalhador nas grandes cidades era a escuridão, o ar poluído e os esgotos expostos que não eram tratados; isto era entendido pelo autor como a alienação da humanidade e da natureza: “[...] toda auto-alienação do homem de si mesmo e da natureza está manifesta na relação que ele estabelece entre outros homens mesmo e a natureza”.<sup>153</sup>

---

<sup>151</sup> Idem, p. 37.

<sup>152</sup> MARX, apud FOSTER, op. cit., p. 110.

<sup>153</sup> Idem, p. 108.

Não houve nenhum lugar na análise de Marx em que o domínio da natureza exterior tenha sido simplesmente ignorado. Porém, ao desenvolver o materialismo histórico, ele tendeu a mencionar a natureza apenas no limite em que ela era incorporada à história humana, pois era cada vez mais difícil encontrar uma natureza intocada pela história humana. Neste particular, a força da análise de Marx residia na sua ênfase na qualidade da interação entre a humanidade e a natureza ou no que ele acabaria por chamar o “metabolismo” da humanidade com a natureza: através da produção.<sup>154</sup>

Para Foster, Marx entendia a relação homem-natureza como um processo de produção de mercadorias, na qual a natureza e o homem se integram e interagem, sendo que o homem não seria apenas um habitante da natureza; ele se apropria e transforma as riquezas da natureza em meios de civilização histórica para a sociedade.

Conforme Caseti, para Marx a natureza separada da sociedade não possui significado; ela sempre está relacionada material e idealmente à atividade social.<sup>155</sup>

Segundo esta concepção, os seres humanos produzem a própria relação histórica com a natureza produzindo os seus meios de subsistência. A natureza, desta forma, assume significado prático para a humanidade, como o resultado de suas atividades e a produção dos meios de vida.

Para Moscovici, o ser humano participa da *história da natureza*, criando seu corpo, seus conhecimentos, suas ferramentas e ao transformar o ambiente. O ser humano reconhece de forma superficial as suas relações com a natureza e quando o assunto é tratado de forma séria, na sua dimensão histórica, constatamos que ela constitui importante instrumento de análise, de uma condição de estudo da vida.<sup>156</sup>

Conforme Almeida<sup>157</sup>, o impacto do homem sobre o meio ambiente, além de variar historicamente de acordo com o modo de produção, inclui a estruturação de classes, o aparato tecnológico e o universo cultural de cada sociedade. Para este autor, por meio do materialismo histórico, Marx fundou suas

---

<sup>154</sup> FOSTER, op. cit., p. 164.

<sup>155</sup> CASSETI, V. **Ambiente e Apropriação do Relevo**. São Paulo: Contexto, 1995, pp. 11-12-13.

<sup>156</sup> MOSCOVICI, Serge. **Para pensar a ecologia**. Trad. Marie L. T.C. de Beyssac, Regina Mathieu. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 34.

<sup>157</sup> ALMEIDA, Jozimar Paes de. **A extinção do Arco-Íris: Ecologia e História**. Campinas: Papirus, 1988, p. 17.

concepções de investigação da história e desenvolveu suas análises demonstrando que: “[...] a ação dos homens entre si e com a natureza é real e irá variar de acordo com o que produzem. Os indivíduos são, portanto resultantes de suas condições materiais de produção”.<sup>158</sup> Desta forma, Almeida define a importância de Marx no apontamento da ação da apropriação da natureza efetuada pelo homem.

O pensador marxista brasileiro Michael Löwy defende que, mais do que ninguém, foi Marx quem denunciou a lógica capitalista de produção, a acumulação do capital, das riquezas e das mercadorias como objetivo em si. Segundo o autor, para Marx, o objetivo supremo do progresso técnico não é o crescimento infinito de bens, mas a redução da jornada de trabalho e o aumento do tempo livre. A problemática contrária ao ambientalismo nos textos de Marx e Engels seria a tendência a fazer do desenvolvimento das forças produtivas o principal criador do progresso.<sup>159</sup>

Para Stahel, apesar de ter visto a história humana moldada pelas relações homem-natureza, nas quais o homem se apropria desta, a natureza de Marx é ainda um objeto e não um sujeito histórico.<sup>160</sup>

Um dos fatores que deve ser debatido sobre os escritos de Marx a respeito do meio natural seria referente às preocupações históricas pertinentes a cada período. Conforme atesta Thompson, cada idade ou cada praticante pode fazer novas perguntas à evidência histórica, ou pode trazer à luz novos níveis de evidência. Com isto, a história se modificará com as preocupações de cada geração, ou de cada sexo, ou nação, ou classe social. Entretanto, não significa que os acontecimentos passados se modifiquem a cada investigador, ou que a evidência seja indeterminada.<sup>161</sup>

Com esta declaração de Thompson poderíamos sair em defesa de Marx, porque, em sua época, o que foi evidenciado em sua obra referia-se às reflexões sobre as relações sociais e ao sistema econômico, não sendo a preservação do meio natural a grande preocupação da humanidade.

O pensador ecologista Jean-Pierre Dupuy considera que muitas posições teóricas dos ecologistas vão ao encontro às intuições fundamentais de

---

<sup>158</sup> Idem, p. 19.

<sup>159</sup> LÖWY, Michael. De Marx ao Ecosocialismo. Disponível em: <[http://www.ocomuneiro.com/nr8\\_02\\_michaellowy.htm](http://www.ocomuneiro.com/nr8_02_michaellowy.htm)> Acesso em 23.06.2009.

<sup>160</sup> STAHEL, apud CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 113.

<sup>161</sup> THOMPSON. E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**, op. cit., p. 52.

Marx. A primeira é sobre o fetichismo da mercadoria, situação na qual Marx aponta a contradição do capitalismo que se transforma no reino da mercadoria; é a contradição entre o trabalho privado e o trabalho social: “Os homens não consomem o que produzem e não produzem o que consomem”.<sup>162</sup>

Outra posição que direciona os marxistas ao lado dos ecologistas refere-se à ideia da diminuição do poder do Estado sobre a sociedade civil, na qual os ecologistas desejam reconstruir todas as relações fundadas na reciprocidade e no voluntariado, além da criação de associações e cooperativas:

Os ecologistas estão do lado do Marx teórico da extinção do Estado: o Marx que percebe a alienação fundamental na separação do político como esfera autônoma, que concebe a absorção do político na sociedade civil como acompanhando a supressão das relações mercantis.<sup>163</sup>

Dupuy salienta que os ecologistas são contra o marxismo histórico institucionalizado<sup>164</sup>, que resultou no fortalecimento do Estado e não na sua extinção.

Castoriadis faz um paralelo entre o movimento operário e o movimento ecológico. Ele reconhece que o movimento operário transformou radicalmente o capitalismo, sem necessariamente ter transformado as relações de poder. Já o movimento ecológico modifica também esta sociedade, mesmo quando ela permanece uma sociedade de exploração e *anti-ecológica*:

Para mim, a ecologia não é somente um problema de relações sociais, de ser humano a ser humano; é o problema do ser humano com a natureza e com os outros seres humanos. A ecologia não é a defesa do meio ambiente; isso é apenas uma parte do programa. Não defendo um meio ambiente, defendo uma natureza – que, aliás, não é mais a primeira natureza; onde, na Europa, há ainda uma primeira natureza? Há dois mil anos ou mais que todo mundo cultiva... – defendo um ecossistema no interior do qual existem relações sociais. O movimento ecológico deve se colocar todos estes problemas. Minha oposição radical ao sistema atual não é devida simplesmente ao fato de que não há solução científica para o problema do lixo, etc. Nesta relação do homem com a natureza

---

<sup>162</sup> DUPUY, Jean Pierre. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio e Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 36.

<sup>163</sup> Idem, p. 36.

<sup>164</sup> Por marxismo institucionalizado entendemos a experiência do socialismo na ex União Soviética e outras nações que implantaram este regime.

instauram-se ao mesmo tempo relações sociais e as duas se condicionam.<sup>165</sup>

Desta forma, Castoriadis argumenta que o objetivo do movimento ecológico não é somente a defesa do meio ambiente. As preocupações dos ecologistas devem englobar todo o ecossistema e as relações sociais advindas desse espaço.

Conforme Figueiredo, o movimento ecológico propõe outra relação dos homens com a natureza, sendo necessário outro modo de vida, outra cultura. Com isto os ecologistas se encontram envolvidos em questões tão diversas como a luta contra o desmatamento, contra os agrotóxicos, os alimentos contaminados, o crescimento da população, a urbanização descontrolada, a erosão dos solos, o gigantismo tecnológico, a extinção dos animais, a extinção de línguas e culturas.<sup>166</sup>

Nos últimos anos, diversas abordagens reforçam as contribuições das ciências sociais para o estudo das questões ambientais. Podemos apontar a abordagem da história com uma variedade de rubricas como: história ambiental, ecologia histórica<sup>167</sup> e antropologia demográfica.<sup>168</sup>

Para Leff, a evolução e sucessão dos ecossistemas naturais são objeto da biologia e da ecologia; mas os processos de transformação dos ecossistemas não dependem tão-somente das leis biológicas da evolução, pois também se encontram afetados e super determinados pela apropriação econômica dos recursos naturais. A reprodução do capital não pode integrar-se ao objeto da ecologia. Por isso, o estudo da transformação dos ecossistemas implica a articulação dos efeitos do modo de produção sobre os efeitos naturais e biológicos provenientes da estrutura funcional de cada ecossistema.<sup>169</sup>

A história ambiental, que começou como uma história intelectual do movimento ambiental, aprimorou-se, passando a discutir a teoria sociopolítica das interações do homem e o meio ambiente, assumindo tanto questões com

---

<sup>165</sup> CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel. **Da ecologia à autonomia**. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes, São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 82.

<sup>166</sup> FIGUEIREDO, op. cit., pp. 36-37.

<sup>167</sup> A ecologia histórica é um ramo de estudo que tende a analisar as mudanças no espaço e no tempo que caracterizam as relações ecológicas.

<sup>168</sup> A antropologia demográfica focaliza a dinâmica da fertilidade, mortalidade e migração.

<sup>169</sup> LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001, p. 33.

abordagens macro-históricas, quanto uma maior quantidade de abordagens micro-históricas.<sup>170</sup>

Segundo Donald Worster, a História Ambiental parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina de história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem sido tradicionalmente: “Em termos bem simples, portanto, a história ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida humana”.<sup>171</sup>

A partir da história ambiental os homens ou as sociedades são encarados como partes integrantes dos seus ecossistemas. Desta forma, os seres humanos têm sido parte inseparável da ordem ecológica do planeta. Os historiadores ambientais procuram fazer uma análise cultural, estudando as percepções e os valores com que as pessoas refletem sobre o mundo não humano, ou melhor, estudam o pensamento sobre a natureza.

Quando lidamos com fenômenos tais como as florestas ou o ciclo hidrológico, estamos diante de energias autônomas que não derivam de nós. Essas forças interferem na vida humana, estimulando algumas reações, algumas defesas, algumas ambições. Assim, quando ultrapassamos o mundo auto-refletido da humanidade e chegamos à esfera não humana, a história ambiental encontra o seu principal tema de estudo.<sup>172</sup>

Worster aponta três tipos de perguntas que a história ambiental procura responder: a primeira trata do entendimento da natureza propriamente dita, sua organização e funcionamento no passado, incluindo aí tanto os aspectos orgânicos quanto inorgânicos da natureza, inclusive o organismo humano. O segundo nível da história ambiental introduz o domínio socioeconômico na medida em que interage com o ambiente, e o terceiro nível de análise do historiador advém dos aspectos exclusivamente humanos como percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significações que se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza.

Molina resume perfeitamente a busca dos ecologistas e da história ambiental:

---

<sup>170</sup> MORAN, Emílio F. **Nós e a natureza: uma introdução às relações homem-natureza**. Trad.: Carlos Szlak. São Paulo: Editora SENAC, 2008, pp. 66-67.

<sup>171</sup> WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4. n. 8, 1991, p. 199.

<sup>172</sup> Idem, p. 201.

O pensamento ecologista, que compartilha com a Ecologia o paradigma ecológico, tem ampliado de maneira notável o âmbito de suas reflexões, centrando-se essencialmente no âmbito da sociedade. O que pretende o pensamento ecologista e a História Ambiental é rejeitar e superar a divisão e o conflito entre sociedade e natureza.<sup>173</sup>

Molina confere nestas linhas que a história ambiental deseja compreender as relações estratégicas entre os homens e a natureza e a necessidade de estudar seus conflitos para poder superá-los.

Sobre os conflitos que surgem em nossa sociedade Dupuy comenta que não se pode verificar apenas o lado negativo, mas também a manifestação insuperável da pluralidade das liberdades e autonomias quanto à história: “[...] é do choque das ações conflitantes que ela nasce, como lugar aleatório, da surpresa, do imprevisto, do improvável”.<sup>174</sup>

Para Foladori, a análise da relação entre a espécie humana e seu meio ambiente não pode ser compreendida somente como uma unidade que se relaciona com seu entorno. Pelo contrário, seria preciso partir de uma sociedade humana diferenciada, conflitiva: “[...] que interage com seu entorno a partir de classes sociais e grupos em aliança e em oposição, com possibilidades e interesses diferentes e muitas vezes congruentes”.<sup>175</sup>

Desta forma a história ambiental verifica os conflitos gerados na convivência de um determinado grupo de pessoas com a natureza, revelando suas políticas, interesses e relacionamentos com o meio ambiente e com o próprio homem.

Neste caso Thompson destaca a imposição de leis reguladoras para manter o controle sobre determinado local, sendo que a lei,

<sup>173</sup> El pensamiento ecologista, que comparte con la Ecología el paradigma ecológico, ha ampliado de manera notable el ámbito de sus reflexiones, centrándolas esencialmente en el ámbito de la sociedad. Lo que pretende el pensamiento ecologista y, por ende, la Historia Ecológica es rechazar y superar la división y el enfrentamiento entre sociedad y naturaleza. Trad. Carlos Roberto Ballarotti. MOLINA, Manuel González. La crisis de la modernidad historiográfica y el surgimiento de la historia ecológica. In: **História e Meio Ambiente o Impacto da Expansão Européia**, Org. Alberto Vieira, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, Ilha da Madeira, Portugal, 1999, p. 29.

<sup>174</sup> DUPUY, Jean-Pierre, op. cit., pp. 96-97.

<sup>175</sup> FOLADORI, apud GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e gestão ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antonio José Teixeira (Orgs). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 92.

<sup>175</sup> ZIENTARA, op.cit., p. 306.

[...] enquanto reguladora dos conflitos humanos entre interesses [...] enquanto uma lógica da igualdade, sempre deve tentar transcender as desigualdades do poder de classe, ao qual é instrumentalmente atrelada para servi-lo. E “a lei” enquanto ideologia, a qual pretende reconciliar os interesses de todos os graus de homens, sempre deve entrar em conflito com o sectarismo ideológico de classe.<sup>176</sup>

Thompson trabalhou estes conflitos gerados entre o meio ambiente e a sociedade em sua obra *Senhores e Caçadores*, na qual encontramos muitas singularidades entre os conflitos ocorridos no século XVIII na floresta de Windsor e os ocorridos nas atuais UCs.

Godoy considera ser importante para a história observar a natureza como a integração máxima de todos os coletivos. É necessário examinar sua grande história, mas também as micro-histórias, aquelas que jamais seguem os modelos.<sup>177</sup>

Para encerrar este tópico chegamos à conclusão da necessidade de trazer a natureza como ator para dentro da história.

[...] se a natureza fosse um simples reservatório de recursos, uma realidade dada, exterior, sem história, então, com efeito, poderíamos pensar que o que acontecesse na sociedade, o que advém das relações entre os homens, não a afeta. Mas, na verdade, por seu saber fazer e seu saber propriamente dito, os homens são atores dentro da natureza. Ela é uma parte de nossa história, e nós uma parte da dela. Desde que nós negociamos uma natureza histórica, compreendemos que a relação com a sociedade é, até certo ponto, orgânica.<sup>178</sup>

Para Moscovici, a vida surge e se desenvolve no meio natural, portanto a história da humanidade é a continuação da história da natureza.

Como observaremos no próximo capítulo, não podemos dissociar a natureza como o principal agente dentro da história de Londrina e do Parque Municipal Arthur Thomas, desde a exuberância da floresta e o seu domínio, dos cursos de água, da expansão agrícola, a fertilidade dos solos, as grandes geadas que destruíram as plantações de café e de nossos problemas atuais com o meio ambiente.

---

<sup>176</sup> THOMPSON, E.P. **Senhores e Caçadores**. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 360-61.

<sup>177</sup> GODOY, op. cit., p. 136.

<sup>178</sup> MOSCOVICI, op. cit., p. 32.

Deléage em sua obra *História da Ecologia*<sup>179</sup> cita a existência de uma estreita submissão das sociedades frente à rigidez ecológica e as limitações climáticas que marcam profundamente o meio natural, demonstrando que a história da sociedade e a natureza sempre caminharam juntas. Para exemplificar, o autor cita as sociedades baseadas no domínio da agricultura, nas quais os humanos são a força produtiva principal; entretanto, o princípio social fundamental é a adaptação ao ecossistema.

Como salienta Porto-Gonçalves, não é mais contra a natureza que devemos lutar, mas, sim, contra os efeitos da própria intervenção que o homem e seu sistema produtivo provocam.<sup>180</sup>

---

<sup>179</sup> DELÉAGE, Jean Paul. **Historia de La Ecología**: Una ciencia del hombre y la naturaleza. Barcelona: Icaria, 1993, p. 288.

<sup>180</sup> PORTO-GONÇALVES, op. cit., p. 30.

## 4 O HISTÓRICO DO PARQUE MUNICIPAL ARTHUR THOMAS

### 4.1 CONTEXTUALIZANDO O PMAT

Quando nos deparamos com uma cidade do porte de Londrina-Paraná<sup>181</sup>, poucas vezes paramos para refletir sobre sua criação e a rápida alteração do seu espaço operada pelo homem. Em menos de meio século, as empresas responsáveis pela reocupação, juntamente com pessoas em busca de terras e empregos no Paraná, ocuparam essa região, derrubaram as matas, construíram cidades, estradas e campos para plantações.

Poderíamos supor que nestas transformações nunca existiram conflitos, porque publicações da década de 30 até o início dos anos 60, como as feitas pela Revista Brasileira de Geografia, levavam a crer que essas terras não eram ocupadas por índios e posseiros, sendo que o reocupante apenas necessitou tomar posse desse espaço<sup>182</sup>. Não consideramos também os conflitos gerados entre o homem e a natureza, nos quais o primeiro acabou por destruir a floresta e os animais da região, sobrando para a posteridade algumas *ilhas* de vegetação nativa.

Uma expressão semelhante deste conflito ainda persiste nos dias atuais entre a cidade e o meio natural. Poucas pessoas na nossa sociedade têm a chance de buscar algum contato com a natureza, e nas metrópoles este conflito se expressa através da luta pela conservação de espaços verdes. Segundo Thomas<sup>183</sup>, o predomínio do homem sobre o mundo vegetal e animal é uma pré-condição básica da história humana e a forma como este racionalizou e questionou tal predomínio constituiu nos últimos anos um tema vasto e inquietante para os pesquisadores.

Neste capítulo apresentamos uma investigação do processo de reocupação deste espaço, seu domínio e transformação de sua natureza. Trata-se também da construção da cidade de Londrina, seu crescimento e concomitante

---

<sup>181</sup> A cidade de Londrina, localizada no norte do Estado do Paraná, com apenas 74 anos de existência, possui, segundo dados do IBGE em 2009, uma população estimada em 510.707 habitantes.

<sup>182</sup> Podemos encontrar uma relação de artigos e obras que versam sobre o vazio demográfico antes da chegada do colonizador no Norte do Paraná na obra de MOTA, Lucio Tadeu. Construção do vazio demográfico. In: **As guerras dos índios Kaingang. A história dos índios Kaingang no Paraná.** (1769-1924). Maringá: Eduem, 1994.

<sup>183</sup> THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural:** mudança de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das letras, 1988, p. 19.

surgimento de desafios, sendo um deles as relações conflitantes de um centro urbano em expansão com o meio natural.

A história do Parque Municipal Arthur Thomas está diretamente ligada à reocupação do Norte do Paraná pela Companhia de Terras Norte do Paraná, porque o local foi uma das poucas áreas florestais dentro do município de Londrina que a Companhia conservou.

#### 4.1.1 A Reocupação de um Território

Segundo Milton Santos, no começo da história do homem, a representação de uma configuração territorial expressava-se no conjunto dos complexos naturais. Conforme os humanos realizavam as suas atividades, a configuração territorial foi sendo moldada por suas obras, como as estradas, casas, depósitos, portos, fábricas e cidades, consideradas verdadeiras próteses. Desta forma: “Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza humanizada”.<sup>184</sup>

A história da reocupação<sup>185</sup> da região Norte do Paraná esteve subordinada à expansão da fronteira agrícola paulista, principalmente pela expansão da cafeicultura, que no estado vizinho sofria com os problemas de esgotamento dos solos e da supervalorização dos terrenos.<sup>186</sup>

Conforme Zientara, a origem da fronteira reside no movimento, “[...] que é próprio de cada ser vivo; e ela é por isso móvel”. A fronteira não é uma zona de paragem duradoura, podendo ser avançada se as condições vitais assim exigirem. A mobilidade é, portanto, um caráter intrínseco da fronteira, mesmo se algumas sociedades humanas tentam fixá-la definitivamente.<sup>187</sup>

---

<sup>184</sup> SANTOS, Milton, apud CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antonio José Teixeira (Orgs). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 28.

<sup>185</sup> Utilizamos o termo reocupação tendo em vista que antes da chegada da Companhia de Terras já haviam ocupantes nestas terras, os indígenas. O termo reocupação é visto como o processo que se desenvolveu a partir de meados do século XIX, com a preocupação de integrar estas terras, consideradas vazias, ao processo de valorização do capital ou ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, conforme TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná: Histórias e fantasmagorias**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000, p. 8.

<sup>186</sup> CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. **Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira: um estudo de poder local: Londrina - PR**. São Paulo: Tese de Doutorado/Departamento de Ciências Sociais/USP, 1986, p. 131.

<sup>187</sup> ZIENTARA, op.cit., p. 306.

O processo de conquista na região Norte do Paraná, segundo Westphalen<sup>188</sup>, ocorreu por meio de iniciativas oficiais verificadas em meados do século XIX. Chamadas de *frentes pioneiras*, as colônias militares, como a de Jataí (1853), e aldeamentos indígenas de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo da Serra não possuíam nenhuma sistematização em suas ocupações. Esses núcleos atingiram seus objetivos, no que se trata de uma política de reocupação efetiva do território.

Para Martins a concepção de *frente pioneira* compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. Contudo, a fronteira também é a situação espacial e social, que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social.<sup>189</sup>

A reocupação do território conhecido como *Norte Pioneiro* paranaense seria mais efetiva nas últimas três décadas do século XIX. Entre os primeiros reocupantes dessa região haviam mineiros, que buscavam a garantia da posse do terreno, e paulistas ávidos por incorporar as terras roxas à produção cafeeira, já bastante desenvolvida no sudeste brasileiro. Em 1904 a frente pioneira fundou Cambará e depois continuou a avançar em direção ao vale do rio Tibagi, que permanecia inexplorada.<sup>190</sup>

O controle do território coloca-se como fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais, apesar dos avanços dos novos materiais. Assinalemos que a natureza com suas qualidades – a vida e os quatro elementos: terra, ar, água e fogo – é o que se oferece à apropriação da espécie humana, o que se dá por meio da cultura e da política. Tornar própria a natureza é, rigorosamente, apropriar-se da matéria na sua espaço-temporalidade, conformando territórios diversos cujos limites, essência da política, resolvem a situação temporariamente, como a história da geografização do mundo revela.<sup>191</sup>

---

<sup>188</sup> WESTPHALEN, Cecília Maria; et. al. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969, v.1, p. 213.

<sup>189</sup> MARTINS, José de Souza. O tempo na fronteira. In: **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucite, 1997, p. 153.

<sup>190</sup> STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina: Ed. UEL, 2002, p. 123.

<sup>191</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Org. Emir Sader. Rio de Janeiro: Record. 2004, p.65.

Como salienta Porto-Gonçalves, o controle deste território supria a necessidade pela busca de terras férteis e recursos naturais, atendendo, também, ao desejo de o Estado em ocupar os chamados *sertões* que, para muitos, eram territórios estranhos, vazios, um espaço a ser preenchido.

O sertão seria a prova da existência de fronteiras internas que ameaçavam a nacionalidade. Para o Estado brasileiro era importante tornar a totalidade do espaço territorial em espaço nacional:

A conquista do sertão, identificada com a própria construção da nacionalidade, emerge continuamente como o grande projeto nacional, sendo alçada à condição de função básica do Estado. O discurso que reitera tal projeto é, no Império, o do “país em construção”. A meta da era republicana é a modernização, perseguida por Vargas, por Juscelino, e pelos governos militares. O objetivo da ação é sempre o território, confundido com o próprio país.<sup>192</sup>

Conforme Moraes, o papel do Estado é o de viabilizador da conquista, de indutor do povoamento das terras, guardião dos fundos territoriais e garantidor da integridade do território. A ação governamental é pensada como geográfica por excelência.

Little define a territorialidade como um esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território, sendo que este é um produto histórico de processos sociais e políticos.<sup>193</sup>

A partir dos anos vinte, o Estado do Paraná procurou dinamizar a ocupação do chamado *Norte Novo*<sup>194</sup> mediante a concessão de terras às empresas de capital privado. Após 1924, a *Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)*, subsidiária da empresa de capital inglês *Paraná Plantations Ltd.*, acabaria se

---

<sup>192</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. Formação territorial e políticas ambientais no Brasil. In: Ribeiro, Wagner Costa (Org.) **Patrimônio Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2004, p. 80.

<sup>193</sup> LITTLE. Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: Por uma antropologia da territorialidade. Brasília: SÉRIE ANTROPOLOGIA, 2002, p. 3.

<sup>194</sup> Região que se limita ao norte com o Rio Paranapanema, ao sul com a cidade de Manoel Ribas, a leste com o Rio Tibagi e oeste com o Rio Ivaí. A denominação de “Novo” para essa parte da região vincula-se de certo modo à forma de sua colonização, que foi bastante diferenciada do chamado Norte Pioneiro. STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias, op. cit., p. 133.

tornando a responsável pela nova configuração da região Norte do Estado do Paraná.<sup>195</sup>

A CTNP, com sede em São Paulo, constituída com capital inglês, tinha como objetivo inicial a produção de algodão para a indústria inglesa.

Conforme Arias Neto<sup>196</sup>, entre 1925 e 1927, a CTNP adquiriu uma área de 515.000 alqueires entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí. Em 1928, a Companhia comprou a maioria das ações da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, antiga estrada de Ferro Noroeste do Paraná, iniciando a ocupação das terras do norte do estado.

Se nos anos trinta o norte do Paraná é o paraíso roxo, as terras fecundas, as florestas brutas e ricas, ou seja, a projeção da Canaã Bíblica, o simulacro da terra onde corre o leite e o mel, é também a imagem e semelhança da CTNP, do empreendimento dos desbravadores que tornaram a selva em civilização, que promoveu a associação de homens e natureza de modo pacífico, ordenado e racional em prol do progresso do Paraná e do Brasil.<sup>197</sup>

Arias Neto escreve sobre as representações acerca de Londrina e do Norte do Paraná. Desta forma, ideias como *Terra da Promissão* e *Eldorado* dão sentido às imagens existentes na documentação consultada e na memória dos habitantes, que transmitem a ideia de prosperidade e de crescimento ilimitado desta região.

---

<sup>195</sup> ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina, 1930/1975. Londrina: Ed. UEL, 1998, pp. 23-24.

<sup>196</sup> ARIAS NETO, op. cit., p. 24-25.

<sup>197</sup> Idem, p. 77.

**Imagem 19** – Primeiras residências na futura cidade de Londrina na década de 30 – Patrimônio Três Bocas



**Fonte:** Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) – Universidade Estadual de Londrina – Londrina- Pr.

Em 21 de agosto de 1929, a primeira expedição da CTNP chegou ao local, que foi denominado de Patrimônio Três Bocas (Imagem 19), no qual o engenheiro Dr. Alexandre Razgulaeff fincou o primeiro marco nas terras que viriam a se tornar a cidade de Londrina<sup>198</sup>. Iniciam-se assim os estudos para o planejamento da venda das terras em lotes urbanos e rurais. Este grupo era chefiado por George Craigh Smith, e em seus projetos constavam a abertura de uma estrada, a construção de um hotel e um escritório pelo qual seriam vendidos os lotes das terras.<sup>199</sup>

Smith descreve o que viram quando chegaram ao patrimônio:

Havia palmitos em abundância e nós os aproveitamos para matar a fome, que era muita. Os troncos serviram para construir os ranchos e fazer as camas. As folhas eram utilizadas para cobrir os ranchos, as camas e alimentar os animais. A mata nos dava tudo e acredito que recebíamos o primeiro presente daquelas terras férteis. A primeira noite foi um suplício, devido aos mosquitos, tanto que fomos

<sup>198</sup> O local no qual foi estabelecido o primeiro marco de Londrina fica na atual Avenida Theodoro Victorelli. Neste espaço existe uma pequena reserva florestal com um monumento na frente que indica o local como o Marco Zero do Município.

<sup>199</sup> CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. Op. cit., p. 171; ADUM, Sonia M. S. Lopes. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina, 1930/1960.** Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História de ILHP/UNESP. Assis, 1991, p. 54.

obrigados a fazer uma fogueira dentro de cada rancho para afastar os insetos com a fumaça [...].<sup>200</sup>

Londrina foi fundada em meio à densa floresta. Segundo Maack, a mata foi substituída por extensas plantações de café<sup>201</sup> e pastos artificiais. As pequenas parcelas de florestas ainda existentes apenas representam uma singela impressão da primitiva grandiosidade da mata virgem.<sup>202</sup>

A criação do Município de Londrina ocorreu em três de dezembro de 1934, após ser desmembrado do Município de Jataizinho, pelo Decreto Estadual no 2.519, assinado pelo interventor Manoel Ribas, e em 1939 foi elevado à categoria de Comarca.<sup>203</sup>

O nome de Londrina seria uma homenagem à Londres, sede da Companhia e dos recursos financeiros, origem dos primeiros executivos ingleses atuantes na região. Em seu início (1932), Londrina possuía 150 moradias, chegando a um total de 554 casas dois anos depois.<sup>204</sup>

Aquele espaço antes nomeado como “terrenos pouco explorados” foi ocupado por centenas de cidades e povoações. Em pouco mais de 30 anos os chamados “sertões” paulistas, do norte do Paraná e sul do Estado do Mato Grosso, haviam sido “conquistados” por uma nova forma de ocupação.<sup>205</sup>

Arruda salienta que, desta forma, o mapa da civilização havia mudado com a ocupação de milhares de pessoas nessas regiões, posto que os terrenos anteriormente pouco explorados agora se tornaram mapeados, reconhecidos, nomeados e cartografados. Surgem as ferrovias e as primeiras estradas. Os antigos habitantes, em sua maioria índios, foram eliminados ou expulsos: “[...] um modo específico de vida, uma visão de mundo, uma memória e uma forma de visualizar aquele espaço estavam em vias de extinção”.<sup>206</sup> Para Arruda não seria possível compreender a violência praticada contra este povo se

---

<sup>200</sup> SMITH, George Craigh, apud TUMA, Magda Madalena Peruzin. **Viver é descobrir: Londrina**. São Paulo: FTD, 2001, p. 57.

<sup>201</sup> É necessário ressaltar aqui que a cidade de Londrina foi identificada como grande pólo produtor de café a partir de 1945, com a disparada do preço do café no mercado internacional, segundo informações de: ARIAS NETO, op. cit., p. 38.

<sup>202</sup> MAACK, op. cit., p. 143.

<sup>203</sup> ADUM, op. cit., p. 54.

<sup>204</sup> CESÁRIO, op. cit., p. 171.

<sup>205</sup> ARRUDA, op. cit., p. 13.

<sup>206</sup> ARRUDA, op. cit., p. 14.

não atribuímos aos termos *civilização* e *progresso* a força das representações que guiam os homens e legitimam as suas ações.

Podemos destacar como primeiro grande passo da reocupação destas terras a eliminação de seus ocupantes, os indígenas, representados em sua maioria pelos kaigángs.<sup>207</sup>

Para a psicologia dos povos, foram particularmente importantes na história os momentos em que uma sociedade numerosa e evoluída do ponto de vista cultural e econômico se encontrou perante uma região pouco habitada e com uma população diferente e menos evoluída econômica e culturalmente. Verificam-se neste caso as condições para uma grande expansão, no decorrer da qual a fronteira se deslocava continuamente para frente e os habitantes precedentes eram aniquilados, exterminados ou obrigados a recuar.<sup>208</sup>

Para Zientara, o espírito empreendedor desta sociedade possibilita a revisão do chamado confim.

Segundo Mota, a construção do vazio demográfico foi uma forma de ocultar os conflitos indígenas no Paraná:

Nas obras que fazem apologia da colonização do norte do Paraná essa construção é amparada no ato heróico de homens fortes, desbravadores, modernos bandeirantes. A ocupação da mata virgem cheia de perigos é uma epopéia que precisa ser contada e recontada até se tornar verdade. O vazio demográfico [...] é um espaço cheio de perigos que precisa ser vencido para que se possa erguer das cinzas das matas as cidades, a civilização.<sup>209</sup>

Assim, ao longo da colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná, Mota verifica várias passagens reafirmando a ideia de mapa vazio, desabitado. Essa imagem era, inclusive, transmitida pela CTNP, responsável pela colonização; também era vinculada por geógrafos e pela historiografia da época.

Além dos povos indígenas que viviam na região, não podemos deixar de citar os posseiros e grileiros, portadores de títulos inválidos, que habitavam

---

<sup>207</sup> Muitos povos indígenas viviam na região hoje conhecida como Londrina, como os Guaranis, os Xetás e os Kaigángs. Os conflitos entre colonos e índios podem ser pesquisados na obra de TOMMASINO, Kimiye. **A História dos Kaigángs da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em movimento**. São Paulo: Tese de doutorado/Departamento de Antropologia/USP, 1995, p. 239.

<sup>208</sup> ZIENTARA, op. cit., pp. 312-13.

<sup>209</sup> MOTA, op. cit., p. 51.

há muito tempo estas terras e “[...] de uma hora para outra viram-se transformados em invasores”.<sup>210</sup>

Segundo Tomazi<sup>211</sup>, ainda na década de trinta, com a maciça propaganda desenvolvida pela CTNP, ocorreu um rápido desenvolvimento de Londrina e um aumento gradativo na venda de terras. Os compradores, oriundos principalmente de São Paulo, Minas Gerais, interior do Paraná e outros muitos vindos de fora do país, adquiriram lotes que variavam de 5 a 50 alqueires.

Mas a terra não estava pronta para o cultivo; o homem se deparou com uma barreira verde: a floresta, que, dentro do universo cultural e econômico desta sociedade, deveria ser derrubada e transformada em terra útil.

Para os ecologistas como Michel Bosquet, toda produção é também destruição, pois,

[...] a natureza não é boa para o homem, não é um jardim plantado por ele. A vida precisa mudar certos equilíbrios do ecossistema. A agricultura é um exemplo: ela altera não só o equilíbrio entre as espécies vegetais mas também entre as espécies vegetais e animais; implica principalmente a luta essa que bem pode ser levada a cabo por meios biológicos: isto é, favorecendo certas espécies, ditas <<úteis>>, a fim de porem em situação crítica as espécies ditas <<daninhas>>. Assim fazendo, a agricultura também refaz a superfície do globo.<sup>212</sup>

Para o autor, toda cultura usurpa e modifica o meio e, em nosso caso, a agricultura serviu como a grande máquina que derrubou a floresta, eliminando uma vegetação considerada *fora do padrão produtivo* para o cultivo de espécies *úteis* dentro da lógica econômica.

O processo de destruição das florestas no Estado do Paraná ocorreu rapidamente nas regiões Norte e Oeste em função da alta fertilidade dos solos. As florestas do norte paranaense se formaram sobre solos férteis de terra roxa<sup>213</sup>, nos quais a cafeicultura se desenvolveu rapidamente, trazendo para a região o chamado *desenvolvimento econômico*, atraindo um grande fluxo populacional e tornando

<sup>210</sup> ARIAS NETO, op. cit., p. 73.

<sup>211</sup> TOMAZI, Nelson D. **Certeza de lucro e Direito de Propriedade**: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná. Assis: Dissertação de Mestrado/Departamento de História/UNESP, 1989, p. 49.

<sup>212</sup> BOSQUET, Michel. **Ecologia e liberdade**. Trad.: A. Cautela. Lisboa: Editorial Vega, 1978, p. 27, (aspas do autor).

<sup>213</sup> Segundo a nova classificação da EMBRAPA (1999) são as seguintes classes de solos encontradas no município de Londrina: Latossolo Vermelho, Nitossolo Vermelho, Neossolo Litólico, Chernossolo Argilúvico, Argissolo Vermelho-amarelo, Planossolo.

necessária a criação de centros urbanos que desempenhassem a função de oferecer serviços e comércio para os novos habitantes da região.<sup>214</sup>

#### 4.1.2 A Conquista da Natureza e a Construção da Cidade

Se o primeiro grande passo para uma reocupação seria o do alargamento da fronteira, apropriando-se de terras das quais seus antigos ocupantes são expulsos ou aniquilados, o segundo passo seria o controle do novo ambiente, a domesticação da natureza.

#### **Imagem 20** – Tronco de Figueira Branca na região Norte do Paraná, anos 30



Fonte: CDPH/UEL.

Os grandes motivos referentes à dominação da natureza no Brasil seriam a sua biodiversidade<sup>215</sup> e a grandeza de seu território, os quais geravam a ideia de inesgotabilidade. Desta forma, o meio natural vem sendo explorado de

---

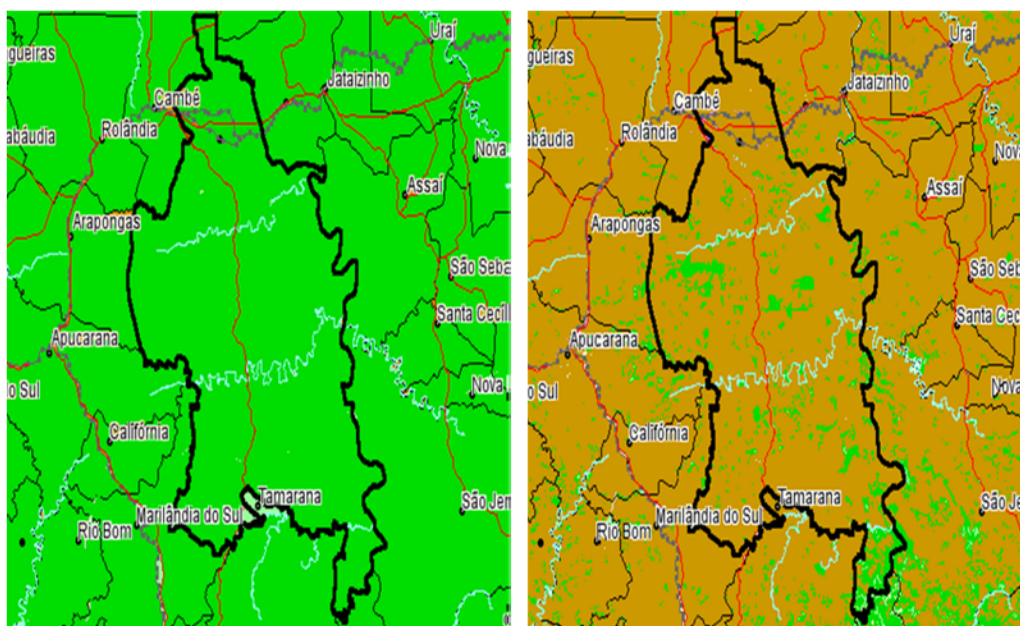
<sup>214</sup> TUMA, Magda Madalena; ASARI, Alice Yatiyo, apud ADUM, Sonia M. S. Lopes. **Imagens do progresso: civilização e barbárie** em Londrina, 1930/1960. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História de ILHP/UNESP. Assis, 1991, p. 57.

<sup>215</sup> Entendemos biodiversidade como todas as espécies de plantas, animais e microorganismos, bem como os ecossistemas e processos ecológicos dos quais são componentes.

forma desordenada e predatória desde os tempos coloniais, como podemos observar na obra de Warren Dean.<sup>216</sup>

**Mapa 4** – Situação das matas em Londrina, a primeira situação no início da década de 30 e a segunda situação nos dias atuais

### Situação das matas em Londrina



Situação original

Situação atual

Fonte: Plano de Manejo (2004)

Nos mapas anteriores, podemos observar a situação das matas representadas pela coloração verde, no Município de Londrina. No primeiro mapa, no início da década de 30, verificamos a cobertura florestal abrangendo 100% do espaço. Já no segundo mapa, representando a situação atual do Município, constatamos apenas alguns remanescentes de área verde nativa.

Segundo Maack<sup>217</sup>, o Paraná apresentava originalmente mais de 80% de sua área coberta por formações florestais; contudo, o ritmo intenso de devastação fez com que as florestas ficassem restritas a cerca de 8% da área do Estado.

<sup>216</sup> DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. Trad.: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>217</sup> MAACK, op. cit., p. 220.

#### 4.1.2.1 A natureza

Na região que compreende a cidade de Londrina, a grande tarefa do reocupante era a dominação da grande floresta, isto é, a apropriação e destruição da natureza.

Entretanto, o que concebemos como natureza? Para Schreiber<sup>218</sup>, se trata de uma construção social elaborada pelos homens, a qual recebe significados de acordo com o entendimento que lhe conferem diferentes culturas, em distintos períodos históricos. De acordo com Collingwood<sup>219</sup>, todas as sociedades elaboram concepções sobre a natureza, incorporando ideias que trazem a sua carga de especificidade, mostrando permanências no tempo, mas também mudanças.

A pesquisadora Godoy salienta que definir a natureza continua sendo um grande problema, pois “[...] ela jamais cansa de ser outras coisas, outras relações que escapam por entre a explicação científica”. Se o homem era antes o termo eminente da série, ele passa a ser um elemento inexorável do sistema: “[...] uma ligação num círculo extenso ou um fator de desequilíbrio na dinâmica de processos físicos e bioquímicos”.<sup>220</sup>

Segundo Mota<sup>221</sup>, a ideologia corrente alimenta um conceito de natureza externa à sociedade, à espera de ser possuída.

Para Moscovici, se a natureza nos parece exterior, é porque não atuamos nela num papel importante, sendo que nos posicionamos, no sentido biológico do termo, como espécie privilegiada diante dela e,

[...] se existe história, não existe natureza no singular, mas no plural. A natureza não é um meio externo para nós, um teatro no qual os homens encenam dramas, nem reservatório inesgotável de recursos: é uma obra de criação, que integra nossa história na natureza e faz participar dela, assim como a natureza participa de nossa história.<sup>222</sup>

Conforme o autor, nós não vivemos em um estado único da natureza, mas em seus diferentes estados, cada qual correspondendo a uma dessas

<sup>218</sup> SCHREIBER, op. cit., p. 6.

<sup>219</sup> COLLINGWOOD, R. G. **A Idéia de Natureza**, Trad. Frederico Montenegro, Lisboa: Editorial Presença, s/d.

<sup>220</sup> GODOY, op. cit., p.136.

<sup>221</sup> MOTA, op. cit., p. 11.

<sup>222</sup> MOSCOVICI, op. cit., p. 176.

relações tecidas ao longo da história. No norte do Paraná e depois no oeste do estado, essas terras estavam aguardando, dentro da história daquele momento, a sua inclusão no processo de produção da sociedade industrial moderna.

Existe uma visão dualista da natureza no imaginário brasileiro. Ora a natureza tem a sua concepção edênica, em outro momento, seria a imagem do inferno. No caso paranaense, a floresta era associada à hostilidade:

Como na literatura da conquista americana, a literatura que faz a apologia da colonização paranaense trata a natureza de forma hostil, como um perigo a ser vencido numa longa jornada de lutas e sacrifícios, pois na missão de domar matas virgens é necessário, sobretudo, estoicismo. [...] mas tão logo é conquistada, posta no chão a golpes de machado, reduzida a cinzas, a natureza sofre uma transformação tanto física como no discurso.<sup>223</sup>

Para Mota, a natureza naquele momento aparecia como algo desconhecido, não familiar, temida; representava a antítese da paisagem idealizada, na qual o reocupante poderia se defrontar com animais temidos, como a onça pintada, mas também com certas moléstias que ofereceram grande estorvo à penetração do sertão.

Tuan<sup>224</sup> debate que, antigamente, o medo do mundo selvagem estava vinculado a um poder demoníaco inteiramente além do controle humano; a vegetação era vista como uma ameaça, os agricultores primitivos lutavam para evitar que suas culturas fossem invadidas por plantas daninhas.

#### 4.1.2.2 A floresta e o indígena

Na obra de Corrêa<sup>225</sup> é debatido que existe hoje em dia toda uma literatura sobre o que a floresta, tanto temperada quanto tropical, com sua escuridão e sombras, simbolizava para a cultura ocidental. Era uma paisagem geralmente associada ao esconderijo do mal. Em termos concretos, alguns dos problemas primordiais quanto à sobrevivência dos colonos em meio à mata referiam-se à obtenção de alimentos, à orientação, à proteção contra tempestades e contra

<sup>223</sup> MOTA, op. cit., p. 11.

<sup>224</sup> TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Editora Unesp, 2005, p. 337.

<sup>225</sup> CORRÊA, Dora Shellard. **Paisagens Sobrepostas. Índios, posseiros e fazendeiros nas Matas de Itapeva. (1723-1930)**. São Paulo: Tese de Doutorado/Departamento de História/USP, 1997.

milhares de insetos e bichos de pé, existindo também perigos como as febres e os animais, além da transposição de acidentes geográficos, como as cachoeiras.

A floresta no Norte do Paraná, repleta de perigos, por intermédio do trabalho do homem, se transformou em terra fértil, pronta para produzir colheitas fartas. No imaginário do reocupante a natureza foi domada e estava preparada para servi-lo, e este a modificou de algo hostil para algo idolatrado.

Moran salienta que as populações migrantes tentam reproduzir num novo local o sistema de produção e as relações sociais com os quais estão familiarizados. Desta forma, para criar um ambiente culturalmente definido como *apropriado*, existe a luta para transformação das condições desde ambiente, modificando a natureza para adaptá-la a uma imagem, na qual aquele espaço lhe trará certa familiaridade.<sup>226</sup>

Esta ideia acaba por legitimizar dentro da cultura colonizadora a reocupação desses espaços, nos quais o povo indígena apresentava outra forma de relação do homem com a natureza.

Segundo Cavalcanti, pesquisas recentes sobre etnoecologia demonstram que o indígena brasileiro possui uma enorme habilidade para lidar com o meio ambiente, além de um conhecimento impressionante e sofisticado de processos ecológicos:

Trata-se do resultado de um processo longo de aprendizado que envolve acumulação de conhecimento e informações mediante métodos não necessariamente informais e aleatórios. Muito pelo contrário, para a compreensão da natureza fazer sentido e produzir resultados, é necessário que os índios classifiquem, ordenem, sistematizem os dados que a experiência diária lhes oferece. Por esse mesmo princípio, é necessário que tal material não se perca de uma geração pra outra.<sup>227</sup>

O autor chama a atenção para o desaparecimento de grupos indígenas, que causa uma perda irreparável para a sociedade como um todo, sendo que suas relações com o meio ambiente eram mais harmoniosas, sabendo como extrair dele recursos essenciais para sua sobrevivência sem degradá-lo.

---

<sup>226</sup> MORAN, Emílio F. **Nós e a natureza: uma introdução às relações homem-natureza**. Trad.: Carlos Szlak. São Paulo: Editora SENAC, 2008, p. 93.

<sup>227</sup> CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 162.

Warren Dean discute a relação dos indígenas, no caso das tribos tupi, com a lavoura conhecida como itinerante ou de derrubada e queimada. Esse regime agrícola representa um menor transtorno para o ecossistema, já que imita a escala natural de perturbação, utilizando o solo de maneira temporária, deixando a floresta renascer nos campos abandonados, levando assim a explorar outros locais: “Normalmente, os agricultores não tentariam uma repetição da queimada e plantio em determinada faixa antes que a floresta tivesse voltado a crescer até uma certa altura”.<sup>228</sup>

Agindo desta forma, o povo indígena deixava a terra recuperar a vegetação naturalmente, restabelecendo o equilíbrio entre as pragas e seus predadores locais. Para Dean, este povo já transformava a natureza antes da chegada dos portugueses ao Brasil, no entanto, suas técnicas de subsistência eram muito menos perturbadoras que a dos europeus.

As tribos kaigángs, que habitavam esta região, possuíam um modo de vida marcado por dois elementos de referência, demonstrando uma cultura que trata o homem inserido dentro da natureza:

De um lado, o ciclo da natureza e, de outro, o ciclo da vida social. Às regularidades da natureza, combinava-se o ciclo das atividades sociais. A interpenetração dos dois ciclos, portanto, sua inseparabilidade, se expressa nas histórias de vida fornecida por eles próprios.<sup>229</sup>

Nossa sociedade, que promoveu outra forma de relação com a natureza, efetuou uma ocupação acelerada da região Norte do Paraná com o objetivo de alcançar o lucro, explorando a terra mediante seu cultivo:

O espaço da sociedade industrial caminha em outra direção: é o espaço onde se retalha a terra, etiquetando-a com valores, transformando-a em mercadoria pelo potencial produtivo que carrega. É o espaço onde árvores e animais também tem o seu preço, também são mercadorias.<sup>230</sup>

---

<sup>228</sup> DEAN, op. cit., p. 45.

<sup>229</sup> TOMMASINO, Kimiye. **A História dos Kaigángs da Bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê Meridional em movimento. São Paulo: Tese de doutorado/Departamento de Antropologia/USP, 1995, p. 239.

<sup>230</sup> MOTA, op. cit., p. 15.

Segundo Mota, esta ação provocava a construção de uma *segunda natureza*, pela qual o capitalismo estava produzindo um novo espaço geográfico. Neste processo se utilizou em larga escala das queimadas realizadas em circunstâncias totalmente diferentes daquelas praticadas pelos indígenas (Imagem 21).

**Imagem 21** – Queimada em Londrina na década de 1940.



Fonte: CDPH/UEL.

#### 4.1.2.3 O paradoxo cidade e sertão

Juntamente com a derrubada da floresta e as queimadas, o reocupante dessas terras construiu os primeiros centros urbanos, responsáveis por trazer a civilização às terras nomeadas por ele como sertões. Lucia Lippi Oliveira, em seu texto *A conquista do espaço*<sup>231</sup> comenta sobre o paradoxo cidade-sertão:

Pode-se destacar como o pensamento brasileiro refletiu continuamente sobre as distinções entre litoral e interior, entre cidade e sertão, demarcando as diferenças de vida social e de tipos

---

<sup>231</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço. In: **Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA**. São Paulo: Humanitas, Belo Horizonte: Edufmg, 2000, pp. 69-91.

humanos. Civilização versus barbárie, cosmopolismo versus brasilidade parecem marcar o paradoxo do “estilo tropical” que permanece como um dos traços do pensamento brasileiro.<sup>232</sup>

Esses paradoxos citados pela autora expressam o imaginário da conquista desse espaço constituído historicamente dentro do pensamento do reocupante, para o qual sua ação transformou o sertão conectando-o com a modernidade, surgindo assim, em nosso caso estudado, a cidade de Londrina.

Para Arruda, que também trabalhou com os conceitos de cidade e sertão, o ideário da cidade é que ela é considerada moderna, progressista, lugar que expressa os padrões da moderna democracia no qual os cidadãos vivem e atuam livres e conscientemente. O sertão é considerado arcaico, violento, portanto, um lugar no qual não existe a possibilidade de ação política de cidadãos livres e conscientes.

O processo de urbanização e industrialização, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, daria o grande impulso para a constituição do outro termo de polaridade, as cidades. A nova realidade que começava a se impor na organização espacial brasileira era o urbano. A vida urbana tornar-se-ia o símbolo maior desta nova realidade, a cultura urbana, que o outro termo ou mesmo outro espaço, que representava a esmagadora maioria do território de país, foi repensado.<sup>233</sup>

O autor chama a atenção para a valorização da cidade perante o considerado atraso do sertão, lembrando que estes termos *cidades* e *sertões* são representações culturais, leituras elaboradas da realidade, constituídas do real dos próprios lugares físicos e talvez da memória de um processo de transformação da paisagem com todos os seus conflitos ocorridos.

Esta noção de natureza como dimensão oposta à cultura é também um produto cultural, sendo que, na experiência dos homens, esta construção é elaborada de tal modo que se realiza em duas dimensões – os homens são conduzidos a ver a natureza por meio de uma elaboração cultural e a considerar a cultura como uma transformação da natureza.

Para demonstrar que o norte do Paraná era considerado *sertão* antes da transformação do lugar numa cidade moderna, em 1935 a atual Avenida

---

<sup>232</sup> Idem, p.78.

<sup>233</sup> ARRUDA, op. cit., p. 18.

Celso Garcia Cid, localizada na área central da cidade era chamada de *Estrada do Sertão*, e também encontramos, a pouca distância de Londrina, as cidades de Sertanópolis e Sertaneja.<sup>234</sup>

#### 4.1.2.4 O conceito de cidade-jardim

É importante comentar aqui alguns projetos da CTNP, nos quais a empresa tinha determinada preocupação com a natureza que se encontrava nesta região. Embora a companhia tivesse o propósito de colonização e loteamento destas terras, não podemos dizer que a preservação das matas não estivesse presente nos seus discursos ou nas leis que deveriam seguir.

A derrubada e a queima da floresta deveria se fazer de acordo com os critérios conservacionistas sob pena de se perder rapidamente a fertilidade do solo embora este fosse de invulgar qualidade. Por esta razão, desde o início, Arthur Thomas – gerente da Companhia de Terras Norte do Paraná – cuidou para que a obra civilizadora não se transformasse, por força da ganância e da imprevidência, em investida lesiva à região e ao país.<sup>235</sup>

Como salienta Tomazi<sup>236</sup>, esta edição de 1975, feita para comemorar o cinquentenário do CTNP, pretendeu reforçar o mito, segundo o qual a companhia agiu de forma correta na região, seguindo os planos estabelecidos de ocupação e as normas impostas.

Paula<sup>237</sup> cita que a colonização da CTNP adquiriu características profundamente destrutivas para o ecossistema aqui existente. Contudo, isso seria evitado se a empresa tivesse respeitado uma cláusula no contrato de compra das terras do Estado, a qual previa a preservação de 10% da área adquirida. Ao vender as terras, a companhia repassava aos adquirentes a responsabilidade. A CTNP nunca fiscalizou o seu cumprimento; desta forma, poucos donos de terras seguiram esta norma. Apenas as áreas pertencentes à própria companhia é que foram preservadas, caso da área do PMAT.

<sup>234</sup> TUMA, Magda Madalena Peruzin. **Viver é descobrir**: Londrina. São Paulo: FTD, 2001, p. 62.

<sup>235</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ - **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa dos 50 anos da CMNP. São Paulo: S/E, 1975, p. 77.

<sup>236</sup> TOMAZI, op. cit., p. 49.

<sup>237</sup> PAULA, Zueleide Casagrande de. Verde que te quero ver-te. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.). **Maringá e o norte do Paraná**: Estudos de história regional. Maringá, PR: Eduem, 1999, p. 410.

Podemos verificar, ainda hoje, pequenos fragmentos de mata preservados no interior de determinadas propriedades privadas, que seriam os resquícios referentes aos 10% de florestas, mantidas nestas terras em acato a tal determinação.

Referente aos projetos da CTNP, um fator bastante discutido pela historiografia do Norte do Paraná por Tomazi<sup>238</sup>, Adum<sup>239</sup>, Arias Neto<sup>240</sup>, e mais recentemente por Paula e também Suzuki<sup>241</sup>, seria a implantação do conceito de cidade-jardim, que trata de um dos mais populares modelos urbanísticos no final do século XIX, de autoria do inglês Ebenezer Howard.

Por este modelo, haveria cidades conectadas numa grande rede. Num dos esquemas apresentados em seu livro, Howard<sup>242</sup> apresenta um conjunto de seis cidades, com no máximo 32.000 habitantes cada uma, conectadas entre si a uma cidade central, de maiores dimensões, com cerca de 58.000 moradores, que abrigaria maiores opções de atividades comerciais, culturais e de lazer. As áreas agrícolas separariam estas cidades, as quais, além de abastecer a população de gêneros alimentícios, serviriam como reguladoras do crescimento urbano e da poluição.<sup>243</sup>

As características deste modelo são a imigração planejada, limitação das dimensões da cidade, a estreita relação entre cidade e campo e o controle por meio de um plano urbanístico. Embora o modelo tenha fracassado em suas tentativas de implantação na Inglaterra, acabou se propagando pelo mundo, como em São Paulo, no planejamento do Jardim América.<sup>244</sup>

No Norte do Paraná,

<sup>238</sup> TOMAZI, op. cit., pp. 49-50.

<sup>239</sup> ADUM, op. cit., p. 159.

<sup>240</sup> ARIAS NETO, op. cit., pp. 44-45.

<sup>241</sup> SUZUKI, Juliana Harumi. Considerações sobre o urbanismo de Londrina e suas relações com o modelo da cidade-jardim. In: **Terra e cultura**. Ano XVIII, n. 35, pp. 25-39.

<sup>242</sup> HOWARD, Ebenezer. **Cidades jardins do amanhã**. São Paulo: HUCITEC, 199, p. 190.

<sup>243</sup> SUZUKI, op. cit., pp. 30-1.

<sup>244</sup> Maiores informações sobre o assunto podem ser encontradas no artigo de Zueleide Casagrande de Paula: **O Jardim América: o primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura**. Pós-História, Assis, v. 10, pp.321-324, 2002.

[...] para a formação das novas cidades, a CTNP adotou diretrizes bem definidas. Percebe-se que seu objetivo ia muito além da simples ocupação das terras – foi uma estratégia complexa que envolvia vários setores de atividades, determinando as formas de assentamentos humanos, tanto nas áreas rurais como urbanas.<sup>245</sup>

Desta forma, surgiram ao longo das vias de comunicação, as cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância, implantadas de cem em cem quilômetros, Londrina e Maringá. Entre elas, distanciados de 10 a 15 km uns dos outros, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores, como Nova Dantzig, futura Cambé (1930), Rolândia (1932), Arapongas (1935), Apucarana (1938), Jandaia do Sul (1931) e Mandaguari (1937).

Trata-se de um rapidíssimo e espetacular processo de surgimento de cidades em meio à mata nativa. Suzuki argumenta que um dos pontos de aproximação entre a cidade-jardim às cidades da CTNP, além da previsão destas localidades e o número de sua população, seria o controle sobre o espaço urbano por meio de um plano urbanístico, ressaltando que em seus projetos já se previam a localização dos edifícios públicos inseridos no espaço da urbe.

A CTNP também estabeleceu determinados critérios para a divisão de lotes na zona rural, na qual: “[...] houve predomínio de pequenos lotes de tamanho variável, demarcados de forma que todos comessem no espigão e descessem aos vales, onde geralmente corria um rio ou um pequeno córrego”.<sup>246</sup>

Embora algumas *ilhas* de matas tenham sobrevivido em torno da cidade, muitas acabaram desaparecendo com o crescimento rápido desta e a implantação de novos bairros residenciais. Arias Neto comenta que: “[...] no momento da explosão do crescimento urbano o projeto de cidade-jardim se perdeu completamente”.<sup>247</sup>

#### 4.1.2.5 O crescimento da cidade

A imagem do sertão começou a mudar. No período de 1936-1939, a cidade chegou a crescer de 30% a 40% ao ano. Em decorrência desse avançado

---

<sup>245</sup> SUZUKI, op. cit., p. 33.

<sup>246</sup> CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti, op. cit., p.121.

<sup>247</sup> ARIAS NETO, op. cit., p. 152.

crescimento, e da inviabilidade de manutenção de motores a diesel na produção de energia elétrica, teve início a construção da primeira usina hidrelétrica da cidade<sup>248</sup>, denominada Usina Cambé ou Cambezinho, hoje Dr. Fernando de Barros Pinto, inaugurada em 1939 e cujo prédio está localizado no PMAT, testemunha sua importância na cidade, que na época contava com 10.531 habitantes.

A área urbana de Londrina foi inicialmente projetada para abrigar 30 mil habitantes e sua primeira planta apresentava regularidades geométricas, cuja forma tendia ao quadrado. O perímetro da cidade tangenciava os fundos de vale, a fim de evitar as áreas com declividades acentuadas. Os principais componentes do sistema viário eram a ferrovia e a rodovia, esta última ocupando o espigão central. A cidade acabou, ainda na década de 30, expandindo além do quadrilátero determinado pela CTNP. O primeiro loteamento fora dos limites do núcleo original foi a Vila Matarazzo, em 1937, executado por capital privado, sem a presença da Companhia.<sup>249</sup>

Entretanto, após atingir os patamares de ocupação previstos nos planos originais, a cidade de Londrina não elaborou um programa que efetuassem a continuidade dos projetos de planejamento urbano, causando seu crescimento desordenado.

No início da década de quarenta, com o fim do monopólio da CTNP e o fim do Estado Novo, houve a instalação da livre concorrência no setor imobiliário em Londrina, ocasionando a entrada de várias empresas loteadoras. Desta forma, ocorreu o surgimento de inúmeros loteamentos sem planejamento e sem infraestrutura.<sup>250</sup>

A construção da cidade acabou por distanciar o homem da natureza; a casa e, no mais geral, a arquitetura abrigam as pessoas; contudo, criam barreiras entre as pessoas e conseqüentemente entre elas e o meio ambiente natural.<sup>251</sup>

---

<sup>248</sup> De acordo com Leão, a CTNP era a responsável pelo abastecimento de energia elétrica na região de Londrina.

<sup>249</sup> RAZENTE, Nestor, apud SUZUKI, Juliana Harumi. Considerações sobre o urbanismo de Londrina e suas relações com o modelo da cidade-jardim. In: **Terra e cultura**. Ano XVIII, n. 35, p. 35.

<sup>250</sup> Idem, p. 145.

<sup>251</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. Repensando a construção do espaço. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa: UEPG, vol.3, n. 1, verão de 1998, p. 13.

**Imagem 22** – Construção de estrada no Norte do Paraná na década de 30.



**Fonte:** CDPH/UEL.

Tratores, caminhões, ferrovias, gado, café, trabalho e milhares de pessoas transformaram o sertão. Como cita Arruda, os restos dessa lembrança estão pendurados na memória, espalhados pela rua, nos prédios vazios das antigas máquinas de café, mas também estão presentes em alguns poucos territórios que simbolizam que aqui, antes da cidade, existia uma área coberta por florestas.

Estas áreas, como o PMAT e a Mata dos Godoy<sup>252</sup>, tentam sobreviver, tanto fisicamente como na memória do seu povo.

Nas pequenas cidades de fronteira erguidas contra a natureza, não existe propriamente um passado a que se remeter. O ato da fundação do urbano é, por excelência, o ato primordial que cria a sociedade local. Esse ato possui, nestas cidades, a capacidade de outorgar poder. Ter participado, ter estado presente, ter dado continuidade ao ato de fundação, o surgimento do urbano são alguns dos aspectos importantes na narrativa sobre a história dessas cidades.<sup>253</sup>

---

<sup>252</sup> O Parque Estadual Mata dos Godoy se localiza no município de Londrina, criado em 05 de junho de 1989 através do decreto Estadual n. 5150, e possui 675.700 hectares de mata nativa.

<sup>253</sup> ARRUDA, Gilmar. Monumentos, semióforos e natureza nas fronteiras. In: ARRUDA, Gilmar. (org.) **Natureza, fronteiras e territórios**. Londrina: Eduel, 2005, p.11.

As pequenas reservas de mata nativa que resistiram acabaram se tornando, na memória coletiva, comparativamente aos museus. Como Arruda comenta, esses *restos* assumem características no imaginário regional-social, de *lugares da memória* e se tornam mitos de pequenas áreas verdes naturais que sobraram.

Estas pequenas áreas de mata nativa na região, através da legislação ambiental, acabaram por se tornar um ambiente propício para o lazer e a preservação, posto que a consciência ecológica fica restrita para poucas pessoas.

Na vida moderna, o contato físico com o próprio meio ambiente natural é cada vez mais indireto e limitado a ocasiões especiais. Fora da decrescente população rural, o envolvimento do homem tecnológico com a natureza é mais recreacional do que vocacional. O circuito turístico, atrás das janelas de vidro raiban, separa o homem da natureza.<sup>254</sup>

Neste caso, Tuan se refere ao homem que reside nas cidades, o qual busca um contato com a natureza apenas interessado por momentos de lazer, faltando a ele um envolvimento mais duradouro com esta, que pode ser conseguido quando se mesclam o prazer estético com a curiosidade científica.

#### 4.1.2.6 O êxodo rural

Para Claudia Fulgêncio<sup>255</sup>, a necessidade de espaços verdes urbanos é uma das consequências da evolução que as cidades têm sofrido ao longo do tempo. Não podemos deixar de citar que o crescimento das cidades, a partir da era industrial, foi ocasionado pelo êxodo rural. Pelo motivo da expropriação de terras e a necessidade de mão de obra nas indústrias, milhões de pessoas se deslocaram do campo para a cidade. Em todo o mundo, ainda nos dias atuais, as cidades recebem diariamente um grande número de migrantes.

---

<sup>254</sup> TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980, p.110.

<sup>255</sup> FULGÊNCIO, Claudia. A importância de Espaços Verdes Urbanos. Disponível em: <[http://naturlink.sapo.pt/article.aspx?menuid=59&cid=8231&bl=1&viewall=true#Go\\_1](http://naturlink.sapo.pt/article.aspx?menuid=59&cid=8231&bl=1&viewall=true#Go_1)> Acesso em 5 fev. 2009.

O crescimento da cidade de Londrina também está associado a este fator. Conforme questionário aplicado aos moradores do entorno do PMAT, 90% desses já residiram em sítios, chácaras, fazendas.

O trabalhador do campo, perseguido pela transformação das estruturas sociais da agricultura, acaba se dirigindo às cidades, nas quais sobrevivem de maneira precária, apertando-se ao redor das metrópoles, nos cortiços e nas favelas, em ocupações ilegais. As cidades atraem pela ilusão de local de consumo, de riqueza e bem-estar, retendo esses cidadãos de forma anônima e isolada em lugares em que ninguém gostaria de residir. Essas galáxias aumentam a cada ano, sendo esses homens perdedores de todo o contato com a terra, suas tradições e laços sociais. Cortados do tecido social, esse povo é levado para a órbita das migrações, inserindo suas vidas no ciclo da mídia e dos mercados irracionais.<sup>256</sup>

Destacamos ainda que, embora as condições de vida do homem do campo tenham melhorado significativamente se comparado à década de 1950, o fluxo migratório campo-cidade continua ocorrendo, levando-se em consideração as transformações socioeconômicas, como a diminuição da oferta de emprego e renda no campo, concentração de riqueza e renda, meios de produção e grandes corporações do agronegócio.<sup>257</sup>

**Tabela 1** – Evolução da população do Município de Londrina por zona (1970/2000)

*Evolução da População do Município de Londrina por Zona (1970/2000)*

<i>ANO</i>	<i>URBANA</i>	<i>RURAL</i>	<i>TOTAL</i>	<i>% URBANA</i>	<i>% RURAL</i>
1970	163.528	64.573	228.101	72	28
1980	266.940	34.771	301.711	88	12
1991	366.676	23.424	390.100	94	6
1996	396.121	16.432	412.553	96	4
2000	433.369	13.696	447.065	97	3

**Fonte:** IBGE (2000)

<sup>256</sup> MOSCOVICI, op. cit., p. 140.

<sup>257</sup> LONDRINA. **Plano de Manejo do Parque Arthur Thomas**. Secretária Municipal do Ambiente – SEMA. Londrina, 2005, encarte 2, p. 16.

Segundo dados do IBGE, em 2000 a população londrinense era distribuída em uma área de 1.724,7 Km<sup>2</sup>, perfazendo uma densidade demográfica de 259,07 habitantes por Km<sup>2</sup>.<sup>258</sup>

O IBGE aponta que em 2009 a estimativa do total da população da cidade de Londrina seja de 510.707 habitantes, mas se trata do número referente à área urbana e rural juntas.<sup>259</sup>

O crescimento sem planejamento levou as populações migrantes a se estabelecerem em locais inapropriados como encostas, fundos de vale, reservas florestais, até mesmo praças e viadutos. Outro fator é a aglomeração em favelas e outras residências sem nenhuma infra-estrutura e serviços sanitários.<sup>260</sup>

Para Michel Bosquet, o êxodo rural,

[...] faz desaparecer as comunidades aldeãs, aumenta os subúrbios, justapõe indivíduos atomizados nas cidades dormitório, cuja configuração física põe obstáculos, suplementares à comunicação e às trocas; a distância do trajeto para o emprego aumenta o cansaço: o congestionamento de transportes e cidades faz de todos esta massa de humanidade anônima, obstáculo, pela sua densidade, ao progresso e ao conforto de cada um.<sup>261</sup>

O autor crítica a destruição das relações sociais existentes nas comunidades rurais, quando estas são transferidas para a cidade, nas quais acabam se adequando às relações reguladoras e institucionais. Nos centros urbanos, a fadiga, a escassez de espaço, a falta de tempo e de relação com a vizinhança provocam o desaparecimento da entre-ajuda mútua.

O desenvolvimento da região de Londrina aconteceu no auge da cultura cafeeira na década de cinquenta, quando migrantes procuravam trabalho nas fazendas da região e na cidade, na qual o lucro sobre o café refletiu-se na melhoria da infra-estrutura urbana.

No auge da expansão agrícola, áreas como a do PMAT foram preservadas pelo fato de serem inapropriadas ao café. Conforme argumenta Maack,

<sup>258</sup> IBGE. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13\\_1.shtm&paginaatual=1&uf=41&letra=L](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&paginaatual=1&uf=41&letra=L)> Acesso em 10 set. 2009.

<sup>259</sup> IBGE. Londrina 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/online/popclock/popclock.php>> Acesso em 10 set. 2009.

<sup>260</sup> BALLAROTTI, op. cit., p. 3.

<sup>261</sup> BOSQUET, op. cit., pp. 52-53.

na região de Londrina, devido à geada no período do inverno, levavam os agricultores a evitar a cultura em vales, sulcos erodidos e depressões: “O vale do Rio Cambé representa uma linha marcante de escoamento de ar frio”.<sup>262</sup>

Nestes locais, o café foi destruído pelas baixas temperaturas. Houve também a incidência de fortes geadas, como as ocorridas em 53 e 55, que estimularam o plantio de outras culturas na região.<sup>263</sup>

Entretanto, se até a década de cinquenta os vales de Londrina, como o do ribeirão Cambé, não foram dominados pela agricultura, começaram a sofrer com a expansão desordenada da cidade, com a população de baixa renda procurando se instalar neles. Em sua maioria eram pessoas que não encontravam mais emprego no campo.<sup>264</sup>

Segundo Leão<sup>265</sup>, em Londrina, o êxodo rural começou na década de cinquenta e seus principais fatores foram: o fim do ciclo da agricultura cafeeira na região e a implantação de monoculturas, como a da soja; outros fatores do êxodo foram provocados pela mecanização da lavoura, a compra de pequenas propriedades por grandes latifundiários e também:

A política desenvolvida pelo IBC/GERCA fez com que se iniciasse a erradicação do café e a sua substituição por lavouras temporárias, que obtinham melhores preços no mercado externo. Isto, porém, já vinha acontecendo em decorrência do esgotamento do solo e da crise dos preços do café.<sup>266</sup>

Para Leão, as transformações que ocorriam na agricultura, acompanhadas pelo desenvolvimento da industrialização de produtos agrários locais, causaram o êxodo rural, que conduziu a população expropriada dos meios de produção para as cidades.

Sobre o êxodo rural, Marx apontou que a grande propriedade fundiária tem como consequência a redução da população agrícola, confrontando com uma sempre crescente população amontoadas nas grandes cidades, produzindo uma falha irreparável no processo do metabolismo social.<sup>267</sup>

---

<sup>262</sup> MAACK, op. cit., p. 122.

<sup>263</sup> ARIAS NETO, op. cit., pp. 240-1.

<sup>264</sup> BALLAROTTI, op. cit., p. 58.

<sup>265</sup> LEÃO, op. cit., p. 25.

<sup>266</sup> Idem, p. 62.

<sup>267</sup> MARX, apud FOSTER, op. cit., p. 219.

Referente à problemática da produção agrícola, Almeida salienta que:

A produção agrícola, portanto, não só deve estar subordinada às exigências de quantidade e qualidade da matéria prima exigida pela fábrica para a transformação, mas também é obrigada a adquirir características de funcionamento industrial. A agroindústria é uma unidade de produção controlada por uma racionalidade técnica capitalista, fornecendo matéria prima originária da agricultura que deverá ser utilizada em um processo de transformação industrial. Dessa forma, agricultura e indústria se fundem em uma unidade de produção, com características específicas.<sup>268</sup>

Para Almeida, a partir destas relações de produção estruturadas pelo modo de produção capitalista, constatamos um alto grau de dilapidação da capacidade produtiva da terra, com crescente degradação da natureza, ocasionada por um aproveitamento cada vez mais intenso dos recursos naturais por meio dos processos de industrialização, urbanização e agricultura predatória.

#### 4.1.2.7 A cidade e seus impactos sobre o meio ambiente

As cidades são sintomáticas dos impactos humanos sobre a natureza, são muitas vezes caóticas:

É uma profunda ironia que frequentemente a cidade possa parecer um lugar assustador. Construída para corrigir a aparente confusão e o caos da natureza, a cidade em si mesma se transforma em um meio ambiente físico desorientador, no qual os prédios de apartamentos desabam sobre seus habitantes, ocorrem incêndios e o trânsito ameaça a vida e mutila pessoas.<sup>269</sup>

O geógrafo Tuan salienta como grandes problemas da cidade a poluição sonora e a violência. O crescimento urbano desordenado é observado como um caos. O centro urbano é visto como uma selva de edifícios, ruas e movimentos rápidos de automóveis que assustam aos recém-chegados do campo.

Segundo Moran, as cidades ainda apresentam dificuldades, como a erosão dos controles sociais e uma distância tão grande das realidades cotidianas do meio ambiente que, com notável frequência, provocam um alheamento em

<sup>268</sup> ALMEIDA, Jozimar Paes de. **A extinção do Arco-Íris**: Ecologia e História, op. cit., p. 13.

<sup>269</sup> TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**, op. cit., pp. 233-34.

relação aos *feedbacks ambientais*. A urbanização precisa ser considerada uma forma de uso das terras, cujo impacto não se dá apenas no local em que as cidades estão situadas, mas também em todos os habitats dos quais seus habitantes extraem bens e serviços. Considerando que as cidades ocupam menos de 2% da área da superfície terrestre do planeta, seu impacto é muitíssimo maior do que esta porcentagem, pois seus níveis de consumo estendem-se por todo o planeta.<sup>270</sup>

Segundo Hogan<sup>271</sup>, o desafio hoje é o somatório entre o atraso na implantação da infraestrutura ambiental, o esgotamento do potencial de soluções tradicionais para dar conta dos problemas e do aparecimento de novas fontes de degradação ambiental, não só nas megacidades, mas também nas grandes, médias e pequenas aglomerações. A isto se somam órgãos e planos que se mostram ineficazes para tratar de forma integrada o ambiente urbano; a inércia dos programas governamentais e a sua falta de integração fazem com que soluções ineficazes sejam implantadas. A situação exige novas tecnologias, novos valores e comportamentos no âmbito individual.

É grande o impacto ambiental provocado pelo aumento da concentração de população em alguns pontos do espaço geográfico, seja em cidade, seja em periferias. A concentração geográfica implica, por si mesma, questões ambientais que não se colocam quando a população está dispersa nas áreas rurais, como o lixo, o abastecimento de água, o saneamento básico, quando, enfim, a saúde pública se torna um problema ambiental de grande envergadura. Os custos financeiros para garantir as condições ecológicas básicas de reprodução da vida são enormes.<sup>272</sup>

Desta forma, como salienta Porto-Gonçalves, os impactos ambientais na cidade envolvem problemas desde a disposição de lixo em locais inadequados, a falta de saneamento básico<sup>273</sup>, a baixa quantidade de espaços verdes, a poluição atmosférica, enchentes e deslizamentos, além da poluição sonora e visual. Constatamos que esses problemas na cidade de Londrina acabam convergindo para o interior da Unidade de Conservação, localizada na região central

---

<sup>270</sup> MORAN, op. cit., p. 129.

<sup>271</sup> HOGAN, Daniel Joseph. A qualidade ambiental urbana: oportunidades para um novo salto. In: **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, vol. 9, n. 3. 1995, p. 18.

<sup>272</sup> PORTO-GONÇALVES, op. cit., p. 82.

<sup>273</sup> Por saneamento básico entende-se o sistema de abastecimento de água e a rede de tratamento de esgoto, ambos estruturados pelo município.

da cidade, e lá tem seu impacto duplicado, atingindo todo o ecossistema que sobrevive em sua área e imediações.

Conforme Abreu, o crescimento da população nas cidades é mais rápido do que a ampliação da infraestrutura urbana. Essa situação reflete-se diretamente na limpeza urbana, provocando alguns problemas típicos na maioria das cidades brasileiras, como ruas sujas e depósitos clandestinos de lixo que se transformam em focos de doenças.<sup>274</sup>

O crescimento da cidade de Londrina se deu em quase todas as direções; no entanto, os novos loteamentos se instalaram, em sua maioria na região oeste e norte. A região sul teve sua expansão com a construção dos Lagos Igapó I e II, a implantação do Campus Universitário e a construção da Via Expressa, ligando o centro da cidade à rodovia que conecta Londrina a Curitiba.<sup>275</sup>

Sobre o crescimento vertiginoso das cidades, Moscovici comenta que:

[...] nossas cidades gigantescas, as megalópoles, máquinas de morar, se transformaram em máquinas de poluir. Elas engolem os recursos e enormes energias para a circulação, a iluminação, o ar-condicionado, a alimentação coletiva e em cadeia, crescentemente criando mais dejetos, em quantidades consideráveis. Cada uma de nossas decisões essenciais concerne a um modo de vida e de produção que depende dessa categoria existencial, o dejetos, que nossos filósofos ignoram. Não é suficiente encontrar locais de estocagem, o próprio fato de estocar os transforma imediatamente em poluentes, que se combinam com outros elementos nocivos ou que se difundem na atmosfera.<sup>276</sup>

Moscovici nos adverte sobre o crescimento das grandes metrópoles, chamando a atenção para a sobremassificação das cidades, que já leva ao desaparecimento da divisão entre cidade e campo em algumas localidades. Podemos verificar que a cidade de Londrina já atingiu seus limites e juntou-se a áreas de cidades vizinhas, como Cambé e Ibiporã.

A ação antrópica exercida sobre as unidades de conservação instaladas dentro das cidades é um novo desafio para a administração pública e

---

<sup>274</sup> ABREU, Maria de Fátima. **Do lixo à cidadania**: estratégias para a ação. Brasília: Caixa, 2001, p. 113.

<sup>275</sup> BALLAROTTI, op. cit., pp. 59-60.

<sup>276</sup> MOSCOVICI, op. cit., p. 141.

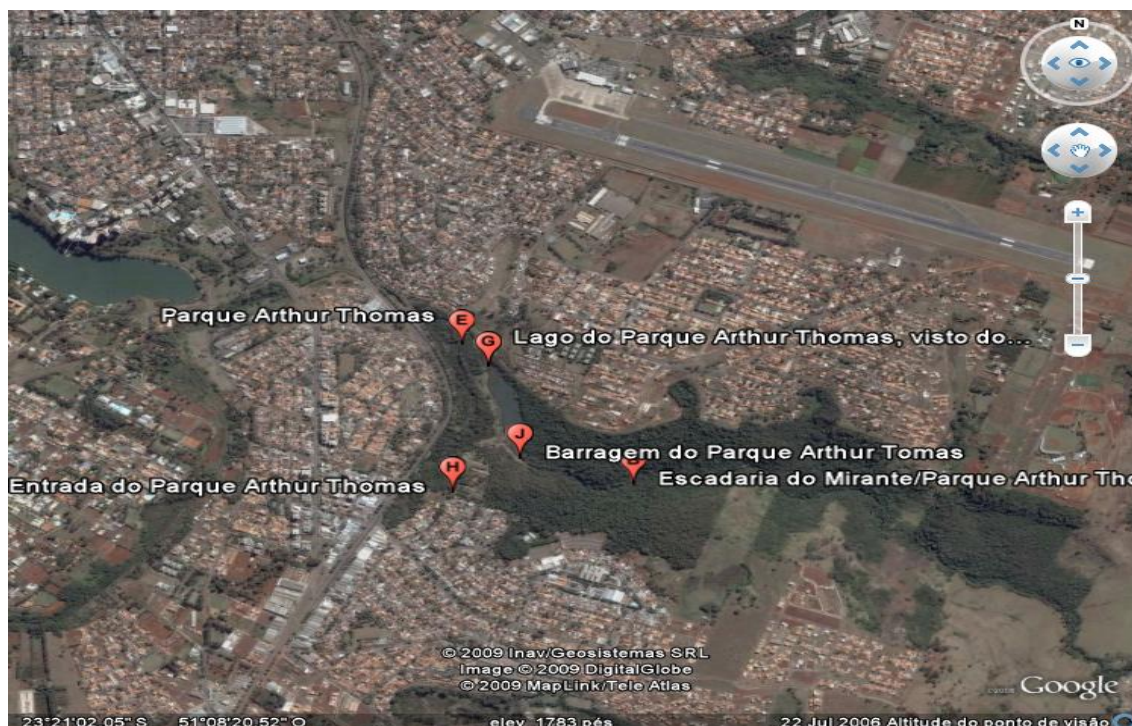
para sociedade, que, trabalhando juntas, podem chegar a uma solução buscando a sustentabilidade entre a cidade e a natureza simbolizada pelas áreas verdes.

**Imagem 23** – Fotografia aérea do PMAT e seu entorno



Fonte: Google (2009)

**Imagem 24** – Fotografia aérea apontando locais do PMAT



Fonte: Google (2009)

#### 4.2 A HISTÓRIA DO PARQUE MUNICIPAL ARTHUR THOMAS (1975-2009)

A cidade de Londrina, no período de 1936 a 1939, experimentou um rápido crescimento, inviabilizando o único método de fornecimento de energia elétrica que ocorria por meio de motores a diesel. Desta forma, houve a necessidade da CTNP explorar outra fonte de energia elétrica, oferecidas pelas Usinas Hidrelétricas.

Segundo Leão<sup>277</sup>, a Usina Cambé, a primeira no Norte do Paraná (Imagem 25), foi construída com capital da iniciativa privada. Como a área adquirida pela Companhia de Terras seria utilizada com o objetivo de alcançar o lucro imobiliário, este fato isentava o Estado de investir em infra-estrutura no local. A construção da Usina aproveitou uma queda de água de 50 metros do ribeirão Cambezinho. Os técnicos responsáveis pela sua construção foram os engenheiros Gastão de Mesquita Filho e André Kotchetkoff, com a ajuda de cinquenta operários. O acampamento de trabalho contava com barracões para alojamento dos

<sup>277</sup> LEÃO, Marilza Costa. **O Parque Arthur Thomas e a Usina do Ribeirão Cambé**. Monografia. História. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1996, p. 53.

trabalhadores, que construíram um canal de 950 metros de leito para o desvio do curso do ribeirão.

**Imagem 25** – Primeira Usina Hidrelétrica de Londrina – José Juliani, 1938.



**Fonte:** Fincando Estacas.

A Usina foi inaugurada em oito de fevereiro de 1939 e produzia em torno de 200 a 400 kW de energia. A edificação que abrigava o gerador foi construída onde hoje é o PMAT e funcionou durante 28 anos.

Ferreira<sup>278</sup> comenta que, em 1958, a população da cidade não estava satisfeita com o fornecimento de energia elétrica. Foi necessário receber energia do Estado de São Paulo por meio da Usina Lucas Nogueira Garcez, localizada no Rio Paranapanema, no Município de Salto Grande.

Na década de 60, o funcionamento da Usina do Cambezinho tornou-se um negócio antieconômico, devido à utilização da Usina Apucarantina<sup>279</sup>, que tinha a capacidade de abastecer a cidade com 9.000 kW de energia. Em 10 de outubro de 1967, a usina do ribeirão Cambé foi desativada.

<sup>278</sup> FERREIRA, Sandra Regina de O. **Parque Arthur Thomas**. Trabalho de pesquisa. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1990, p. 286.

<sup>279</sup> Esta Usina, inaugurada em 1963, situa-se no Rio Apucarantina, 75 km do centro de Londrina, no distrito de Lerrovile.

Em 1974, a venda da Empresa Elétrica de Londrina Sociedade Anônima (EELSA) para a empresa estatal Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) excluiu do negócio a Usina e a área que a cercava.

Hoje a Usina não tem mais o nome de Cambezinho; depois de remontada, recebeu o nome de Usina Dr. Fernando de Barros Pinto, último diretor da Empresa Elétrica de Londrina, no período de 1955 a 1974.

A Empresa Elétrica de Londrina atuou na cidade e região compreendendo Ibiporã, Jataizinho, Londrina, Cambé, Rolândia e Arapongas, até trinta e um de maio de 1974. A Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) passou a atuar na região do dia primeiro de junho de 1974.<sup>280</sup>

Embora a história do PMAT esteja ligada à história da Usina Cambezinho, sua existência oficial aconteceu em 1975, através da Lei n. 2564 de 17 de setembro. Essa lei sancionou o recebimento de uma área de 61,72 ha por doação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP)<sup>281</sup> e em seu parágrafo primeiro definiu que o espaço seria destinado à implantação de local de lazer, devendo ser preservado ecologicamente pelo Município. No parágrafo 6º da referida Lei, consta que a área seria denominada de Parque Mr. Thomas.

O texto da lei 2.564 orienta que a Prefeitura Municipal de Londrina deveria transformar a área em um Parque Municipal, manter a preservação da mata nativa e também remontar a usina do ribeirão Cambé, o que acabou gerando alguns problemas para a administração, na época a cargo do então prefeito Sr. José Richa.

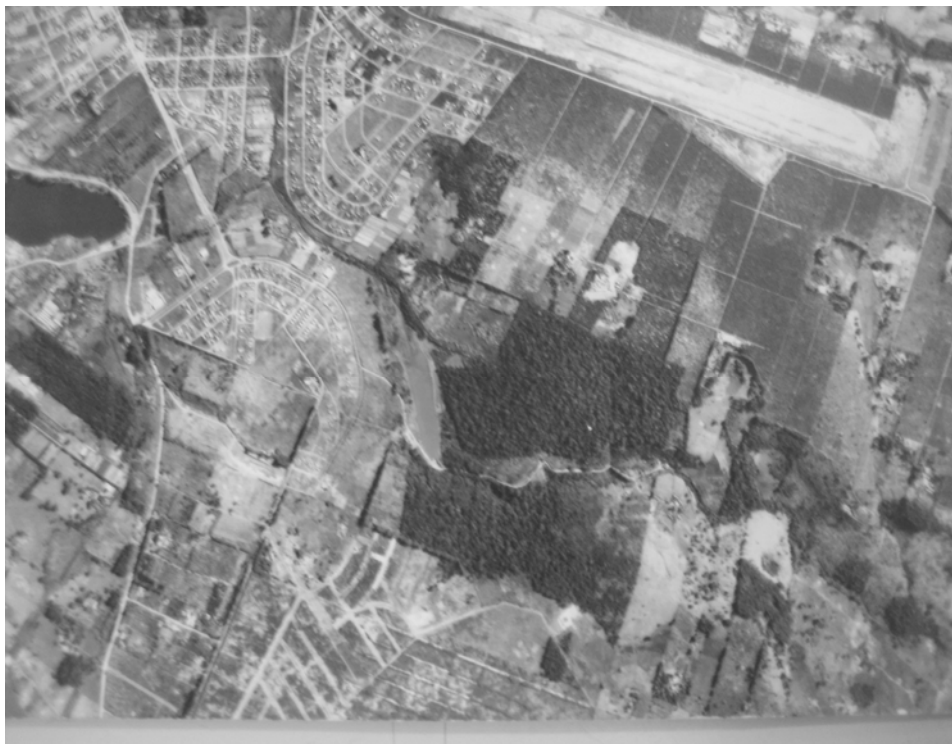
O primeiro problema enfrentado pela prefeitura ocorreu quanto à preservação da mata nativa. Em fotografias aéreas tiradas de Londrina em 1970, verificamos a área antes da sua doação para o município e observamos que esta foi bem alterada.

---

<sup>280</sup> FERREIRA, op. cit., p. 287.

<sup>281</sup> Em 1944, a Companhia de Terras Norte do Paraná, alterou seu nome para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, pelo motivo da nacionalização da empresa inglesa por meio de sua venda para um grupo paulista, a Vidigal/Mesquita. ARIAS NETO, op. cit., pp. 98-99.

**Imagem 26** – Fotografia aérea da região do futuro PMAT em 1970.



**Fonte:** Arquivo do CDPH/UEL.

Na fotografia anterior, de 1970, se comparada com as fotografias atuais (ver imagens 23 e 24), constatamos que parte da vegetação na região norte do PMAT foi derrubada para implantação de bairros residenciais; entretanto, a vegetação se recuperou em outras partes do parque, como no entorno do lago da represa, na região leste e na região oeste; nesta última foram desapropriadas chácaras pela prefeitura, como veremos adiante.

Em reportagem da Folha de Londrina, em 1980, o então diretor gerente da Companhia Melhoramentos desde 1949, o Sr. Hermann Moraes Barros, comenta que foi o dono da empresa Dr. Gastão de Mesquita Filho que resolveu vender parte da propriedade para uma companhia loteadora; o local passou a ser denominado Parque Residencial Cambezinho e o restante da propriedade:

Como já havia uma manifestação da municipalidade no sentido de que a usina e áreas adjacentes lhe fossem doadas, resolveu o Dr. Gastão de Mesquita Filho atender este justo interesse com a condição de preservação da área coberta de matas ficando a municipalidade ainda com a obrigação de montar de novo a velha

usina [...]. Estabeleceu ainda que o poder público se obrigaria a transformar o local em parque municipal.<sup>282</sup>

Segundo a reportagem, este conjunto ficaria como uma espécie de *museu histórico natural* de propriedade da cidade. O não cumprimento das obrigações poderia tornar nula de pleno direito a doação efetuada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Concluindo a entrevista, o porta-voz diz que a única preocupação da Empresa seria com a preservação da mata:

Gostaria de manifestar minha confiança na administração municipal de Londrina, na certeza de que preservará a única área verde urbana da cidade, conservando as características de mata virgem, a fim de que os jovens londrinenses possam ter uma idéia de como eram frondosas e magníficas as matas que cobriam toda a área do município.<sup>283</sup>

Embora, no documento de transferência destas terras pela Companhia Melhoramentos não exista o motivo pelo qual esta área deveria ser preservada, podemos levantar a hipótese de que nessa área existe um enorme declive, sendo extremamente difícil efetuar loteamentos em seu território. O local é uma região pedregosa, não sendo útil para agricultura, o que acabou auxiliando em sua preservação logo após a desativação da Usina em 1967.

No Plano de Manejo encontramos a informação que o total da área doada pela Companhia Melhoramentos para a Prefeitura de Londrina era de 114,00 ha; destes, 52,28 ha foram transformados em loteamentos, localizados na região norte do parque, no qual se encontra o Jardim Vale do Cambezinho.

Em contrapartida, a Prefeitura desapropriou chácaras localizadas na região oeste do PMAT ao longo da Avenida Dez de Dezembro, incorporando esta área ao parque em 1986, somando mais 25,22 ha, resultando num total de 86,94 ha.

Conforme entrevistas efetuadas com moradores antigos da região<sup>284</sup>, as chácaras desapropriadas eram utilizadas, além de moradia, para criação de suínos e galináceos, existindo também o cultivo de hortas, nas quais a população local comprava sua produção. De acordo com os depoimentos, o valor pago às famílias pela desapropriação, na administração do prefeito Wilson Moreira,

---

<sup>282</sup> BARROS, Herman Moraes apud **Folha de Londrina**. Londrina, 20 jul. 1981, p. 7.

<sup>283</sup> BARROS, op. cit., 20 jul. 1981, p. 7.

<sup>284</sup> Entrevistas efetuadas por meio de questionário para este trabalho. Depoimentos de Iolanda Meira da Silva e Maria Alves Porto Barro em 2009.

foi alto, pois puderam comprar mais de um imóvel em outros locais, além de automóveis.

O jornal Folha de Londrina faz pequenas menções sobre as desapropriações dessas chácaras, como em janeiro de 1986, na qual cita que a Prefeitura havia gasto alguns milhões com a desapropriação das chácaras fronteiriças com a Via Expressa, efetuadas à base de muita negociação.<sup>285</sup>

Na edição de maio de 1986 consta a desapropriação de treze chácaras e seus objetivos que seriam a facilitação do acesso ao parque pela Via Expressa, a eliminação dos casebres das referidas chácaras, que não permitiam a visualização do parque, e a retirada da criação de porcos que poluía o ribeirão Cambezinho.<sup>286</sup> Seria então uma questão de eliminar a poluição visual e ambiental.

O único morador que fez uma reclamação sobre o valor da indenização da prefeitura para sua chácara, no jornal Folha de Londrina, foi o proprietário Estevem Oliva, que achou o valor ínfimo e entrou na justiça para adquirir um valor mais apropriado para sua terra. Segundo o chacareiro, o valor oferecido pela prefeitura “[...] não compra nem uma casa decente”.<sup>287</sup>

O segundo problema enfrentado pelo poder municipal foi referente ao projeto que colocaria a infraestrutura necessária para a visitação pública no local. Com falta de verbas e dificuldades em sua construção, esta obra demorou vários anos para ser terminada.

Segundo Ferreira, foi em 1977 que começaram as primeiras obras do PMAT, sendo que logo em seguida tiveram de ser paralisadas pela necessidade de a Empresa SANEPAR construir condutores subterrâneos margeando o ribeirão Cambé, até 200 metros adiante ao limite do local.

Esses condutores, que desembocavam no Igapó iriam desembocar no Cambezinho. Houve vários protestos contra a Sanepar e o então Professor da Universidade Estadual de Londrina, Peter Westecott, previu o prejuízo a fauna do Parque Arthur Thomas.<sup>288</sup>

---

<sup>285</sup> NOVAES, Dulcinéia. Abandonado. **Folha de Londrina**. Caderno 2. Londrina, 29 jan. 1986, p. 13.

<sup>286</sup> Obras no Parque Arthur Thomas só começam depois das desapropriações. **Folha de Londrina**. Londrina, 24 mai. 1986, s/p.

<sup>287</sup> OLIVA, Estevem apud **Folha de Londrina**. Londrina, 24 mai. 1986, s/p.

<sup>288</sup> FERREIRA, op. cit., p. 289.

No jornal Folha de Londrina do dia dezoito de junho de 1980 verificamos uma reportagem que trata sobre a medida tomada pelo então Prefeito Antonio Belinati, o qual enviou uma carta para SANEPAR, evidenciando sua preocupação com a construção da estação sul de tratamento de esgoto nos limites do parque e a passagem dos emissários por dentro deste, desviando grande parte dos esgotos lançados no Lago Igapó.

Não podemos esquecer que uma das normas para a existência da doação seria a preservação da área, o que estaria em risco com as obras da SANEPAR, podendo tornar a doação nula.

Belinati chegou a levar o presidente da SANEPAR, Ingo Henrique Humbert, para um passeio no local para demonstrar a destruição que esta obra poderia causar e solicitou mudanças no trajeto da canalização. Embora Humbert tenha encomendado novos estudos e soluções para amenizar o impacto causado pela obra na região, os emissários acabaram por recortar o parque.<sup>289</sup>

A senhora Wilma, moradora do Jardim Piza há mais de 38 anos, presenciou a obra: “Fizeram valetas muito fundas para colocar os tubos de esgoto, colocavam dinamite para explodir as pedras e mais de mil caminhões de pedra foram retiradas dali. A obra durou seis meses e eu fazia marmitex para o pessoal que trabalhava ali”.<sup>290</sup>

Em reportagem do dia quatorze de fevereiro de 1982, a Folha de Londrina apontava os *caminhos de ratos* margeando o rio, nos locais de passagem dos condutores de esgoto, que a SANEPAR ficou de cobrir com árvores e arbustos.<sup>291</sup>

Nesta época surgiram muitos projetos para efetivação da estrutura do PMAT. No início dos anos 80, segundo Ferreira, havia um projeto ambicioso para a área, com instalações sanitárias, terminais teleféricos e ponte pênsil. Contudo, toda esta sofisticação era incompatível com as verbas disponíveis. As poucas melhorias feitas anteriormente estavam abandonadas e tomadas pelo mato.

Em reportagem do dia quatorze de fevereiro de 1982, o diretor do Departamento de Urbanismo da Prefeitura, Sr. Lauro Athayde Filho, disse que a primeira fase era recuperar a fauna e a flora do parque, o que já estava consolidado,

---

<sup>289</sup> Prefeitura deseja preservar área do Parque Arthur Thomas. **Folha de Londrina**. Londrina, 18 jun.1980, p. 5.

<sup>290</sup> Conforme depoimento em questionário de Wilma Alves Gouveia em 2009.

<sup>291</sup> Domingo no Parque. **Folha de Londrina**. Londrina, 14 fev.1982, p. 20.

e que a segunda fase da infraestrutura estava ligada à liberação de verbas pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e da Empresa Paranaense de Turismo (PARANATUR).<sup>292</sup>

Em 1982 o parque foi aberto à visitação pública com grande sucesso, mas logo em seguida foi fechado devido à falta de estrutura adequada.

A realização do projeto continuava por caminhos difíceis, esbarrando ora nos entraves financeiros, ora na falta de um maior empenho por parte da administração pública frente ao assunto. O prefeito Wilson Moreira, engenheiro electricista, vai, na sua administração, olhar com mais zelo para a questão do Parque Arthur Thomas.<sup>293</sup>

O projeto em andamento demonstrou ser muito dispendioso para os cofres municipais. E como as verbas esperadas nunca foram liberadas, em 1985, um estudante da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Élcio Roberto de Mello, apresentou um novo projeto sem muitas sofisticacões e mais compatível com a realidade londrinense.

### Imagem 27 – Projeto da entrada do PMAT



**Fonte:** Élcio Roberto de Mello (1985) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UEL.

<sup>292</sup> Idem, p. 20.

<sup>293</sup> FERREIRA, op. cit., p. 291.

### Imagem 28 – Projeto realizado



Fonte: Plano de Manejo (2004).

O projeto, conforme o jornal Folha de Londrina, foi apresentado como trabalho de conclusão de curso ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo (Imagem 27). Nele constavam vias internas somente para pedestres, estacionamento ao lado de fora do parque, casa para zelador, casa para administração, anfiteatro ao ar livre, pista de cooper, lanchonete, área de ginástica com aparelhos, playground, quadras polivalentes, aluguel de pedalinhos, mirantes, zoológico e a proposta de não mexer na vegetação nativa do parque.

A proposta consiste basicamente no aproveitamento do potencial do Parque, tendo como linha básica a utilização dos excepcionais recursos naturais do local, sem que haja a necessidade de grandes e sofisticadas obras. O meu trabalho foi elaborado visando o emprego de materiais de baixo custo nas obras que se pretende realizar na área.<sup>294</sup>

Este projeto encontra-se arquivado no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina e traz as plantas do projeto de toda a área do parque, além de suas fotografias do ano de 1985.<sup>295</sup>

Foi então, durante a gestão de Wilson Moreira, que as obras recomeçaram e terminaram. Vários itens constantes no projeto não foram

<sup>294</sup> MELLO. Élcio Roberto de, apud **Folha de Londrina**. Londrina, 03 jan.1985, s/p.

<sup>295</sup> MELLO. Élcio Roberto de. **Projeto Parque Arthur Thomas**. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual de Londrina. 1985.

construídos, como o anfiteatro e a área de ginástica, pelo motivo da insuficiência de verbas recebidas pela Prefeitura de Londrina; no dia trinta e um de janeiro de 1988 foi feita a abertura do parque.<sup>296</sup>

Na data de 05 de abril de 1988, a Lei nº 4.061 alterou a redação do artigo 6º da Lei n. 2.564, que diz respeito à nomenclatura do parque, que passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6- O parque a ser implantado na área a ser recebida em doação, referida no artigo 1 e parágrafo único, desta lei denominar-se-á “Parque Arthur Thomas”.<sup>297</sup>

O terceiro desafio para Prefeitura seria a remontagem da Usina do Ribeirão Cambezinho. Na administração de Wilson Moreira, no final de 1987, foram feitos os primeiros estudos para efetivar a remontagem da Usina. O local deveria servir como museu histórico e laboratório com equipamentos elétricos para fins didáticos.

Referente à Usina, existe um canal de 950 metros de leito para o desvio do curso do Ribeirão Cambé e uma esplanada de 1050 metros para receber o volume de água a ser represada. Segundo Leão, a barragem de concreto possui cerca de 40 metros de comprimento e 5,30 metros de altura na parte mais alta, com cerca de 250 metros cúbicos de concreto e serve para acumular, mais ou menos, 100.000 metros cúbicos de água. Possui uma grande comporta com mecanismos de cremalheira que abastece e regula a entrada de água no canal adutor, além de tubulatura e comporta de fundo, estilo gaveta, inteiramente de ferro batido, para limpeza e escoamento de lodo e descarga da represa.<sup>298</sup>

O maquinário da usina inclui uma turbina principal em forma de caracol de alta pressão, um regulador automático de rotações, um gerador de corrente alternativa trifásica e outros equipamentos.<sup>299</sup>

A represa conta com um canal de água em boas condições, todo construído em cimento armado.

---

<sup>296</sup> FERREIRA, op.cit., p. 292.

<sup>297</sup> LONDRINA. Lei 4.061 de 05 de abril de 1988.

<sup>298</sup> LEÃO, op. cit., p. 54.

<sup>299</sup> Podemos verificar com detalhes cada maquinário da Usina no trabalho de Marilza Costa Leão, disponível nos arquivos do Centro de Documentação do Patrimônio Histórico (CDPH) na Universidade Estadual de Londrina.

Segundo Ferreira, a Prefeitura quase não teve despesa com a remontagem da Usina, pois 70% dos recursos vieram de empresas, com doações de equipamentos e materiais como da Siemens, Inepar e Porcelana Schmidt.<sup>300</sup>

O museu da Usina teve que ser fechado em 1997, pelo motivo de vandalismo, situação na qual foram roubadas peças e fios de cobre, não sendo reaberto até a presente data.

Depois do acontecimento da inauguração do parque, este começou a sofrer muitas críticas, principalmente referente à sua infraestrutura. O principal alvo dos descontentes seria a situação das instalações que abrigavam os animais no mini-zoológico: “O alojamento desses bichos é inadequado, não tem condições de reproduzirem-se e as jaulas estão expostas ao sol e à chuva, sem proteção”.<sup>301</sup>

Constatamos várias reportagens nos jornais locais que denunciavam os maus tratos com os animais do zoológico. Em uma destas matérias, no dia 15 de junho de 1989, são listados os animais existentes no local: “[...] três jacarés, um cateto, um puma, uma capivara, uma paca, dois veados, além de cágados e aves”. A preocupação nesta reportagem seria com o tamanho das jaulas, consideradas “absurdamente pequenas”; animais como o cateto e o puma muito próximos, causando estresse nos animais, fora a falta de cuidados e alimentação correta.<sup>302</sup>

Outra reclamação dos visitantes do local e dos moradores do entorno era referente ao mau cheiro que exalava do lago da represa do parque, posto que eram despejados vários detritos químicos de algumas indústrias da região, de postos de lavagem de carros e esgotos domésticos.<sup>303</sup>

Devido à mobilização dos meios de comunicação, da população frequentadora do parque e dos ecologistas, conforme constatamos em reportagens da Folha de Londrina nas datas de 02 de setembro de 1989, 21 de março e 07 de outubro de 1990, a administração do local chegou à decisão de fechar o mini-zoológico e providenciar a remoção dos animais ali residentes no dia 13 de outubro de 1990.

---

<sup>300</sup> FERREIRA, op. cit., p. 292.

<sup>301</sup> Idem, p. 293.

<sup>302</sup> ORICOLLI, Silvio. Vitrine do mau trato. **Folha de Londrina**. Caderno 2. Londrina, 15 jun. 1989, p. 20.

<sup>303</sup> ORICOLLI, Silvio. Ferida ecológica. **Folha de Londrina**. Caderno 2. Londrina, 14. Jun. 1989, p. 22.

Os animais foram transferidos para a Reserva Biológica de Bela Vista, localizada nas imediações da Usina de Itaipu; somente o puma foi transferido para um zoológico de Curitiba.<sup>304</sup>

Depois do fechamento do mini-zoológico, o PMAT acusou um grande declínio em suas visitas. Conforme publicado pelo Jornal de Londrina, o público caiu para 600 pessoas nos finais de semana, sendo que o número anterior era em torno de dois mil visitantes.<sup>305</sup>

Com a grande queda no número de visitantes do parque, os jornais locais procuravam elaborar reportagens para atrair a atenção da comunidade, como no dia 18 de março de 1990, com o artigo intitulado *Um domingo no Parque Arthur Thomas*<sup>306</sup>, o qual enfatizava o romantismo existente no local e as traquinagens da molecada entre a floresta e os animais.

No ano de 1998, o parque chamou a atenção dos londrinenses, quando se estudou a possibilidade da instalação de um Parque Temático pelo então empresário Beto Carreiro, o qual chegou a trazer engenheiros para a região para viabilizar o empreendimento, que acabou não acontecendo.<sup>307</sup>

Em 22 de março de 2004, foi inaugurado no local um Centro de Educação Ambiental com uma área de 120 metros quadrados e uma capacidade para 50 pessoas. A obra, segundo a Folha de Londrina<sup>308</sup>, foi uma das medidas do Termo de Ajustes de Conduta (TAC), firmado entre o Ministério Público e o pool de combustíveis, que em 2001 poluiu o ribeirão Lindóia com um derramamento de quase 100 mil litros de óleo diesel.

O PMAT retornou aos noticiários diários no final de 2004 e início de 2005, pelo motivo de um ataque de carrapatos-estrela, que estariam alojados nas capivaras existentes em seu interior. Este tipo de aracnídeo é o vetor da febre

---

<sup>304</sup> Editorial Local. Animais foram para Itaipu. Só o puma ficou. **Folha de Londrina**. 14. Set. 1990, p. 5.

<sup>305</sup> Editorial Local. Poucas pessoas visitam o Parque Arthur Thomas. **Jornal de Londrina**. 31 dez. 1990, p. 8.

<sup>306</sup> STRASS, Marli. Um domingo no Parque Arthur Thomas. **Folha de Londrina**. Londrina, 18 mar.1990, p. 5.

<sup>307</sup> LOPES, Claudia. Beto Carrero estuda construção de parque temático em Londrina. **Folha de Londrina**. 30 mai. 1997, s/p.

<sup>308</sup> GARCIA, Janaina. Parque ganha Centro de Educação Ambiental. **Folha de Londrina**. Londrina, 23 mar. 2004, p.3.

maculosa<sup>309</sup> quando está contaminado pela bactéria *Rickettsia rickettsi* e é transmitida para o ser humano por sua mordida.

Apesar de não ter sido encontrado o parasita nos carrapatos das capivaras no interior do parque, a notícia acabou afastando ainda mais os visitantes do lugar, ficando até os dias atuais na memória de muitos moradores de Londrina.<sup>310</sup>

Em 2005, temos novas notícias sobre a Usina. Segundo o secretário municipal do Meio Ambiente no referido ano, Cleidival Fruzeri, seria necessária a recuperação de parte da engenharia desta, para que ela voltasse a funcionar e isto dependeria da ELETROSUL. Citou ainda a existência de um projeto orçado em 400 mil reais para este objetivo. A reportagem ainda citou que a usina recomposta e funcionando poderia iluminar um prédio de 30 andares, embora o plano fosse para a utilização da energia nas dependências do parque.<sup>311</sup>

Desta forma, referente à usina, foram lhe atribuídas três funções: didática pelo valor histórico, já que foi a primeira de Londrina; como museu, por abrigar exposições permanentes e itinerantes; e econômica, por ser novamente geradora de energia elétrica.

Os planos de reativação da Usina foram suspensos, pois em fevereiro de 2005 o seu prédio foi soterrado por um deslizamento e, logo após a sua restituição, ladrões saquearam fios de cobres de suas instalações, fazendo com que a administração removesse vários mostruários doados por Wilson Moreira da casa de máquinas para outros abrigos.

A história do PMAT se encontra intimamente ligada ao processo de reocupação destas terras pela CTNP, ao crescimento da cidade de Londrina, aos problemas que surgiram da coexistência entre o meio natural e a cidade e de como o homem aprende a se relacionar com uma área que ele próprio resolveu preservar.

A história do futuro do PMAT está ligada ao aumento do seu território, conectando outras Unidades de Conservação e fragmentos em sua proximidade que, devido às características do local, podem vir a compor corredores

---

<sup>309</sup> Doença transmitida ao homem pela mordida do carrapato, sendo seus sintomas, febre alta, dor de cabeça e muscular, podendo causar inchaço nas pernas. Se não tratada pode causar até a morte.

<sup>310</sup> Conforme depoimentos em questionários de Antonia Martins, Almerinda Chagas Macioni e Gessi Antunes, em 2009.

<sup>311</sup> SARIS, Simoni. Começa revitalização de parque. **Jornal de Londrina**. Londrina, 01 dez. 2005, p. 4.

de biodiversidade<sup>312</sup> permitindo, dessa forma, o fluxo da fauna e a manutenção da diversidade das espécies.<sup>313</sup>

#### 4.3 A PRESSÃO ANTRÓPICA

Quando a natureza é obrigada a dividir território com a área urbana, é comum o verde levar o pior. O Parque Arthur Thomas é um mau exemplo disso.<sup>314</sup>

O homem, por meio de suas atividades, sempre exerceu influência sobre o ambiente no qual reside. Nos lugares em que ocorreu determinado respeito aos valores naturais, como nos povos esquimós no ártico citados por Tuan<sup>315</sup>, as consequências foram pouco marcantes. No entanto, nas regiões em que o uso de suas potencialidades como a água, solo, ar, flora e fauna foi desrespeitado, os resultados foram desastrosos e continuam sendo, devido ao intenso desenvolvimento industrial e urbano que vem ocorrendo em todas as nações, sejam estas mais ou menos desenvolvidas.

Para Casseti<sup>316</sup>, o ser humano influi poderosamente na biosfera e, em geral, no próprio habitat não só de maneira positiva, como também negativamente. A natureza acaba se tornando um depósito inesgotável de objetos de trabalho.

Conforme Almeida, o homem relaciona-se com a natureza dentro de um processo desestabilizador, pois retira dela além do necessário para sua sobrevivência, para atingir a satisfação de necessidades fabricadas. Esta relação com o meio ambiente é resultado de fatores históricos, de como o homem se organiza para produzir no processo dinâmico da sociedade.<sup>317</sup>

---

<sup>312</sup> Segundo a Embrapa, corredores de biodiversidade são áreas geográficas específicas estabelecidas com a função básica de promover a manutenção dos processos ecológicos naturais e, ao mesmo tempo, compatibilizar a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento socioeconômico regional.

<sup>313</sup> PLANO DE MANEJO, op. cit., encarte 1, p. 118.

<sup>314</sup> LEMES, Francismar. Enfim um plano para o Parque Arthur Thomas. **Folha de Londrina**. Londrina 26 jan. 2005, p. 4. .

<sup>315</sup> TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**, op. cit., pp. 80.81.

<sup>316</sup> CASSETI, op. cit., p. 15.

<sup>317</sup> ALMEIDA, Jozimar Paes de. **Biodiesel o “Óleo Filosofal”**: Desafios para a educação ambiental no caldeirão do “Desenvolvimento Sustentável”. Londrina: Atrito Art Editorial. 2007, pp. 18.

Segundo Deléage, as sociedades, seus ecossistemas, o conjunto dos biótipos e o meio físico em que estão inseridos e de onde retiram seus recursos formam conjuntos vivos e interativos:

Há um tempo ecológico na história, juntamente com o econômico, cultural, político, etc. Toda abordagem da ecologia humana deve interpretar as relações entre as populações humanas e seu entorno por uma ótica evolutiva. Devemos considerar as diferentes escalas de tempo no funcionamento dos ecossistemas sociais, os mecanismos que garantiram sua estabilidade e os processos que, pelo contrário, causaram a degradação dos seus fundamentos ecológicos.<sup>318</sup>

Deléage chama atenção para as relações das populações humanas com o seu entorno. O homem ignora os diferentes tempos históricos, ou seja, se apropria dos recursos naturais numa velocidade sempre crescente, não observando o tempo necessário para que esses recursos se renovem. Agindo desta maneira, o ser humano interrompe as regulações naturais, gerando instabilidade no meio ambiente.

Desta forma, acontece determinada pressão que o homem exerce sobre o meio natural. A chamada pressão antrópica pode se expressar de várias maneiras, como, por exemplo, nos índices de concentração demográfica em torno de uma área considerada patrimônio ambiental. As atividades humanas acabam interferindo nos locais que estes pretendem conservar e também na vida das pessoas que residem em sua região limítrofe.

Na região do entorno do PMAT estão localizados os bairros Jardim Piza, Vale Azul, Vale do Cambezinho, Adriana, Califórnia, Morar Melhor, Jardim Eldorado, Vale Verde e Kobayashi, que no censo do ano 2000 somavam uma população no total de 16.033 habitantes. A pressão demográfica ambiental é mais sentida no parque por meio dos bairros do Jardim Piza, Morar Melhor, Vale Azul e Vale do Cambezinho.<sup>319</sup>

---

<sup>318</sup> Existe un tiempo ecológico en la historia, junto al tiempo económico, cultural, político, etc. Todo enfoque de ecología humana debe pues interpretar las relaciones entre las poblaciones humanas y su entorno desde una óptica evolucionista. Debe considerar a diferentes escalas de tiempo el funcionamiento de los ecosistemas sociales que garantizan su estabilidad y los procesos que, por el contrario, originan la degradación de sus fundamentos ecológicos. Trad. Carlos Roberto Ballarotti. DELÉAGE, Jean Paul. **Historia de La Ecología: una ciencia del hombre y la naturaleza**. Barcelona: Icaria, 1993, pp. 276-77.

<sup>319</sup> Dados estatísticos pelo IBGE, 2000.

A densidade populacional nesta região tem comprimido os limites do PMAT, sendo que quase toda a sua extensão foi rodeada por parques residenciais.

Além do aumento demográfico, observamos outras formas de pressão antrópica referentes à utilização de recursos naturais, acessibilidade, degradação ambiental no entorno, uso do solo, escoamento de águas fluviais, esgoto e deposição de lixo, entre outros.

Muito embora se verifique a criação de novos parques no Brasil, a realidade parece ser que vários dos que já existem sofrem constantes depredações e reduções em nome de outros interesses gerados pelas pressões humanas circundantes<sup>320</sup>, como são os casos dos Parques Nacionais do Estado do Rio de Janeiro, como o do Itatiaia, e da Serra dos Órgãos, como observamos na obra de José Augusto Drummond.<sup>321</sup>

No caso do PMAT, a situação não é diferente. Segundo o Plano de Manejo, o estado de conservação geral do parque não é bom. Como veremos a seguir, o desenvolvimento mal planejado do seu entorno é apontado como a principal causa da instabilidade do solo presente nessa unidade.<sup>322</sup>

#### 4.3.1 Solo e Pluviosidade

O uso intensivo do solo no entorno do PMAT é ocasionado especialmente pela pecuária e agricultura, com conseqüente uso do fogo para pastagens e agrotóxicos para o plantio. O solo é o suporte da paisagem natural; é um dos elementos que passa por transformações constantes. Os solos vivem em equilíbrio com os fatores que determinam suas características: o clima, os materiais de origem, a topografia, a biota e o tempo. Qualquer mudança em uma dessas variáveis afetará o solo.<sup>323</sup>

Desta forma, essas variáveis causam a erosão do solo, que é uma das grandes dificuldades enfrentadas pela administração do local. A erosão já consumiu muitas trilhas no interior da mata e também parte da estrutura da antiga

---

<sup>320</sup> STRANG, Harold. E. **Parques Nacionais e reservas equivalentes**: fatores de conservação do ambiente natural do homem. Boletim Geográfico, v. 1, n. 227, 1972, p. 124.

<sup>321</sup> DRUMMOND, op. cit. 1997.

<sup>322</sup> PLANO DE MANEJO, op. cit., encarte 3, p. 46.

<sup>323</sup> PLANO DE MANEJO, op. cit., encarte 4, p. 42.

Usina, chegando a atingir os bairros residenciais localizados na região norte do parque.

**Imagem 29** – Erosão no entorno do PMAT



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

O PMAT se encontra em uma área suscetível a processos erosivos intensos, pois sua localização está inserida em um vale encaixado com abertura em V, com altitude variando entre 490 e 530 metros<sup>324</sup>. No entanto, a área encontra-se protegida devido à cobertura vegetal abundante, mas que não é suficiente para abrandar o poder erosivo das águas de enxurradas que vem do entorno, sendo que,

[...] nessas áreas mais frágeis o fluxo de água pluvial e efluentes provenientes do entorno do Parque desencadeou processos erosivos e até deslizamentos. Portanto a falta de infra-estrutura do entorno reflete diretamente no atual estágio de degradação do Parque Municipal Arthur Thomas.<sup>325</sup>

A erosão, segundo a administração do parque, é causada indiretamente pela ação humana, pelo motivo da *impermeabilização desordenada do solo*, que entendemos como a utilização de concreto em toda a área residencial e nas calçadas. Existindo ainda a impermeabilização da via asfáltica com a utilização

<sup>324</sup> BALLAROTTI, op. cit., p. 19.

<sup>325</sup> PLANO DE MANEJO, op. cit., encarte 3, p. 45.

do piche. Desta forma, não se promove mais espaços para um jardim ou simplesmente locais com plantação de grama.

Este fator gera um aumento na velocidade de vazão das águas superficiais, no qual não existe a possibilidade do resultado da chuva penetrar no subsolo, causando assoreamentos, alagamentos etc. Essas águas acabam procurando um local para sua vazão, seja em bueiros ou em declives.

Ora, ambas as perspectivas acabam por desembocar dentro do PMAT, seja pelas galerias que deságuam no seu interior ou com a correnteza que procura um declive. Com a grande quantidade de água da chuva para o interior do parque, não seria difícil acontecerem fortes enxurradas que levariam tudo que encontrassem pela frente.

**Imagem 30** – Deslizamento nas instalações da Usina em 2005.



**Fonte:** Plano de Manejo (2005)

Foi o que ocorreu em fevereiro de 2005, em uma madrugada que choveu 45 milímetros em apenas duas horas, causando um desmoronamento de terra e pedra de uma obra de contenção da encosta, na região norte do parque, soterrando o prédio da Usina e parte do maquinário<sup>326</sup> (Imagem 30).

---

<sup>326</sup> GALEMBECK, Glória. Usina ainda não foi restaurada. **Jornal de Londrina**, Londrina, 07 jan. 2005, p. 6.

Segundo o IAPAR, os meses de maior pluviosidade, nesta região, são dezembro, janeiro e fevereiro, com médias aproximadamente de 221,5, 203,4 e 190,4 mm, decrescendo nos meses seguintes até os meses de julho e agosto, época na qual são observados os menores índices pluviométricos na região, 59,9 e 53,2 mm respectivamente.<sup>327</sup>

Segundo a administração do parque, existe também uma pressão identificada que diz respeito aos visitantes e invasores do local, que, sem permissão, fazem uso de caminhos no meio da mata em locais de difícil acesso, destruindo a superfície instável desta unidade e promovendo a compactação do solo<sup>328</sup>, favorecendo diferentes formas de erosão.

A água da chuva também é responsável pelo assoreamento dos lagos da cidade e da represa do parque, por meio do transporte de sedimentos para o leito do ribeirão e seus afluentes: “A ausência total de cobertura vegetal em suas margens favorece os processos erosivos cujos sedimentos vão assorear os lagos Igapó I, II, III e IV, à montante do parque, bem como a represa à jusante, no interior do parque”.<sup>329</sup>

---

<sup>327</sup> IAPAR apud PLANO DE MANEJO, op. cit., encarte 3, p. 40.

<sup>328</sup> A compactação do solo ocorre, neste caso, graças ao ato de pisotear a terra. Na terra mais compacta é criada uma camada mais densa de solo, ocorrendo um decréscimo da porosidade, impedindo o desenvolvimento de raízes de vegetais no local, e também dificultando a infiltração da água das chuvas. BEULTER, Amauri Nelson; CENTURION, José Frederico. **Compactação do solo no desenvolvimento radicular e na produtividade da soja**. Pesquisa Agropecuária Brasileira, v. 39, n.6, jun. 2004, p 581.

<sup>329</sup> BALLAROTTI, op. cit., p. 23.

**Imagem 31** – Interceptores de esgoto no interior do PMAT.



**Fonte:** Plano de Manejo (2005)

Verificamos em reportagem do dia primeiro de dezembro de 2005<sup>330</sup>, que a SANEPAR deseja instalar mais uma linha de transmissão de rede de esgotos no interior do parque, sendo que a empresa se comprometeria, como medida compensatória, o desassoreamento do lago.

Confirmando a informação com a administração do parque, ficamos sabendo que, para construção dos chamados interceptores de esgoto<sup>331</sup>, foi acordado com a SANEPAR a construção de duas pontes na *Trilha dos Macacos* e ainda a obrigação em cessar dois processos erosivos existentes no seu interior. Um localizado na encosta da Rua José Lázaro de Gouveia (mapa 8) e uma voçoroca<sup>332</sup> nos limites da chácara Santa Rosa.

Segundo a empresa de saneamento, ainda não existem condições de engenharia para contornar a obra fora do PMAT, ficando a promessa de causar o

<sup>330</sup> SARIS, Simoni. Começa revitalização de parque. **Jornal de Londrina**. Londrina, 01 dez. 2005, p. 4.

<sup>331</sup> Esta obra da SANEPAR irá atender com a rede de esgoto bairros como Monte Carlo e Jardim Califórnia que ainda não possuem esta infra-estrutura.

<sup>332</sup> A voçoroca é um processo erosivo subterrâneo causado por infiltração de águas pluviais por meio de desmoronamento e que se manifesta por grandes fendas na superfície do terreno afetado, especialmente quando este é de encosta e carece de cobertura vegetal. PIZZATTO Luciano; PIZZATTO Raquel, op. cit., p. 317.

mínimo impacto possível na região com a utilização de 80% da obra de maneira manual.<sup>333</sup>

#### 4.3.2 Recursos Hídricos

Conforme Ornelas, a ação humana no uso da terra na bacia do ribeirão Cambé vem causando alterações na qualidade de suas águas, devido à sua utilização para despejo de dejetos industriais, como metais pesados e corantes, além de aproximadamente 50% do esgoto doméstico não tratado.

Tendo sido a área [...] doada para ser preservada pelo Município, e portanto pela população como um todo, consideramos problemática a sua situação atual, pois a mesma vem sofrendo reflexos do uso da terra na bacia hidrográfica a qual está inserida, [...]. O uso, por vezes abusivo, de nossas bacias hidrográficas, prejudica não só os ecossistemas aquáticos, mas também a qualidade de vida do próprio homem.<sup>334</sup>

Segundo Ornelas, com o crescimento da cidade de Londrina, a bacia do ribeirão Cambé vem sendo incorporada ao espaço urbano e passou a ser utilizada pelos londrinenses de várias formas. Seja em 1939, aproveitando seu potencial hidráulico para geração de energia elétrica; seja em 1959, na forma de urbanização do espaço com o represamento de suas águas para a construção do Lago Igapó; seja, a partir de 1970, no crescimento industrial de Londrina, que trouxe a instalação de várias indústrias perto das cabeceiras dos córregos que abastecem o ribeirão Cambé, acarretando despejos de resíduos nessas águas. Outro problema enfrentado pela bacia do ribeirão Cambé é a instalação de esgotos domésticos lançados diretamente em córregos como o Monjolo e Bem-te-vi.

Se não bastassem tais situações [...] que levam à degradação da bacia e, conseqüentemente, do parque, através de ações antrópicas permanentes; quando o ribeirão sai do parque, recebe uma grande carga de efluentes de esgotos doméstico “in natura”, de dejetos industriais, que são lançados pela SANEPAR.<sup>335</sup>

---

<sup>333</sup> Conforme entrevista com Sidney Antonio Bertho em 2009.

<sup>334</sup> ORNELAS, op. cit., p 14.

<sup>335</sup> Idem, p. 48.

Em reportagem publicada no Jornal de Londrina no dia 17 de junho de 2003, consta que a empresa SANEPAR repassou uma verba de 110 mil reais, como forma de compensar vazamentos de esgotos na região do parque. O valor foi utilizado para reconstrução e revitalização de via de pedestres destruída por uma enxurrada.<sup>336</sup>

Nas reportagens da Folha de Londrina encontramos matérias que ressaltam o mau cheiro das águas do PMAT, como na reportagem do dia 14 de junho de 1989, situação na qual acusam a fábrica de tecidos Carambeí de principal vetor da poluição.

O lago é negro. A água das cascatas é marrom e o odor nada agradável. Em dias de calor muito forte é praticamente insuportável permanecer por muito tempo por aqueles lados do Parque. Os visitantes reclamam. A administração queixa-se. Mas de prático pouca coisa foi feita. Há projetos para amenizar a situação. Mas sua implantação é morosa. E também cara. O que desestimula empresários, não só da Carambeí, em evitar a poluição.<sup>337</sup>

Vale ressaltar que as atitudes tomadas para despoluição do lago da represa do parque ocorreram graças às denúncias de degradação ambiental feitas pelos jornais, televisão, visitantes e moradores do local, pois antes disso nada era feito para evitar que dejetos fossem lançados no ribeirão Cambé, poluindo o rio e os locais ao seu redor.

Embora tenham ocorridas medidas para a recuperação das águas do ribeirão Cambé, como a obstrução de esgotos clandestinos, o Plano de Manejo demonstra que análises efetuadas dentro do PMAT nos últimos anos indicam que a qualidade da água não é compatível com aqueles esperados para corpos de água presentes em Unidades de Conservação.<sup>338</sup>

Os desmatamentos indevidos, inclusive a retirada da mata ciliar, o crescimento de áreas urbanas sem as necessárias condições de manutenção de áreas verdes para permitir o equilíbrio do ciclo hidrológico, a falta de condições

---

<sup>336</sup> RAMOS, Lino. Arthur Thomas. **Jornal de Londrina**. Londrina, p. 3a, 17 jun. 2003.

<sup>337</sup> ORICOLLI, Silvio. Ferida Ecológica. **Folha de Londrina**. Londrina, 14 jun. 1989, p 22.

<sup>338</sup> PLANO DE MANEJO, op. cit., encarte 3, p. 39.

mínimas de saneamento são exemplos de impactos indiretos, oriundos da bacia de drenagem e que causam a degradação dos canais.<sup>339</sup>

#### 4.3.3 Fauna e Flora

A expansão da área urbana do Município de Londrina está fazendo do parque uma *ilha* de mata, o que impossibilita o fluxo da fauna e a expansão da flora.

Nesta região a cobertura vegetal já abrigou no passado, antes da derrubada de grande parte da mata, espécies de árvores como a palmeira, a peroba, o cedro, a canela, entre outras (Imagem 32).

**Imagem 32** – Tronco de peroba- Derrubada da mata nos anos 30



**Fonte:** CDPH/UEL.

A floresta existente na região já recebeu várias denominações, em sua maioria relacionadas ao clima a qual está submetida.

De acordo com o enquadramento da vegetação adotado pelo IBAMA, a cobertura florestal original do PMAT é classificada como *Floresta*

---

<sup>339</sup> CUNHA, Sandra Baptista da. Canais Fluviais e a Questão Ambiental. In: CUNHA & GUERRA (Orgs.). **A Questão Ambiental**: diferentes abordagens. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 224.

*Estacional Semidecidual*. Isto é, uma floresta em que, em sua extensão, existe a ocorrência de um clima com duas estações definidas, uma chuvosa e outra seca, caracterizada por comunidades vegetais, nas quais 20 a 50% dos indivíduos do extrato arbóreo superior perdem as folhas durante a estação desfavorável, que no sul do Brasil seria o inverno.<sup>340</sup>

Entrementes, Ornelas salienta que no parque também se encontra a mata *Tropical Perenifólia*. Esta se caracteriza por não perder as folhas. É uma vegetação compacta, de ciclo biológico contínuo e com multiplicidade de espécies. No seu interior ocorre densa vegetação, formando um complexo entrelaçado de ervas, cipós, arbustos e vegetação rasteira.<sup>341</sup>

Maack, que foi o pioneiro nos estudos geográficos da região, denominava a vegetação do local como Mata Pluvial-tropical-subtropical:

A riqueza em palmeiras na mata pluvial-tropical do Norte do Paraná era notável. Principalmente a abundância de exemplares da bela *Euterpe Edulis*, conhecida por palmito, caracterizava a mata virgem, constituindo freqüentemente densos agrupamentos. Infelizmente, esta palmeira [...] estará dentro em breve totalmente exterminada.<sup>342</sup>

O autor já fazia menção do perigo de extinção do palmito, que, além de ser destruído pelo desmatamento, era também muito buscado para alimentação. Podemos ainda encontrar no interior do parque algumas árvores dessa espécie.

Vale lembrar que, no PMAT, a Floresta Estacional Semidecidual foi praticamente toda substituída por *vegetação secundária*<sup>343</sup>, isto é, uma mata regenerada da formação original com intervenções severas, posto que grande parte da madeira de lei foi retirada.

O impacto sobre a cobertura vegetal do PMAT teve início principalmente na exploração de madeira, no corte de áreas para a agricultura, na formação de pasto para criação de animais, além das queimadas efetuadas na região.

---

<sup>340</sup> IBAMA, apud PLANO DE MANEJO, op. cit., encarte 3, p. 94.

<sup>341</sup> ORNELAS, op. cit., p. 10.

<sup>342</sup> MAACK, op. cit., pp. 250-51.

<sup>343</sup> Vegetação resultante de processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação primária, por ações antrópicas ou causas naturais, podendo ocorrer árvores remanescentes da vegetação primária. PIZATTO, Luciano; PIZZATTO, Raquel op. cit., p. 315.

O que restou da vegetação inicial são alguns remanescentes, bastante alterados, mas que ainda guardam espécies de interesse ecológico, que devem ser preservadas. É comum a presença de pessoas circulando no interior da mata, fora das trilhas, gerando vários tipos de impactos, tanto para flora como para a fauna local.<sup>344</sup>

A fauna e a flora originais do parque sofrem a pressão da presença de animais e plantas exóticos (Imagem 33), advindos das residências do entorno da região. Entre os animais invasores encontram-se cães, gatos, galinhas e ratos, que atacam os animais silvestres.

**Imagem 33** – Duas situações críticas no interior do PMAT: animais exóticos e despejo de lixo



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti.

Necessitamos citar que, devido à rapidez da reocupação do Norte do Paraná, não houve um estudo científico relacionando os animais que existiam nestas terras antes da chegada da Companhia de Terras, sendo que as atividades extrativistas e agropecuárias desenvolvidas pela ocupação desordenada e desenfreada das terras colaboraram para a crescente descaracterização da paisagem natural, causando consequências ainda desconhecidas:

---

<sup>344</sup> BALLAROTTI, op. cit., p. 24.

Paralelamente à destruição e fragmentação do ambiente, retirando o abrigo e alimento das populações de mamíferos, ocorreu a introdução de algumas espécies exóticas e o aumento das atividades de caça. Esses fatores combinados levaram à extinção local de algumas espécies com menor capacidade de adaptação às alterações antrópicas e ao aumento das populações de outras, com maior plasticidade ecológica.<sup>345</sup>

Desta forma, podemos compreender o desaparecimento de espécies como o caititu<sup>346</sup> (Imagem 34) e o aumento de populações como a do quati e do macaco-prego dentro dos limites do parque, pois não existe, nesta região, seu predador natural.

**Imagem 34** – Caçada de caititus em Cambé na década de 30



Fonte: CDPH/UEL

#### 4.3.4 Lixo e Pragas

Outra ação do homem que prejudica demasiadamente o parque é o acúmulo de lixo no seu entorno e também no seu interior. Do ponto de vista da

<sup>345</sup> PLANO DE MANEJO, op. cit., encarte 2, p. 29.

<sup>346</sup> Nome científico: *Tayassu tajacu*. Caititu ou cateto, também conhecido por porco-do-mato brasileiro, ainda sobrevive com um número bem reduzido na Mata dos Godoy.

degradação ambiental, o volume de lixo gerado representa mais do que poluição. Significa também muito desperdício de recursos naturais e energéticos.

Sofás, poltronas, luzes natalinas, bolsas, calotas de carro, pára-choques. Poderia ser uma lista de compras. Ou itens antigos que abarrotariam uma despensa qualquer. Mas são objetos jogados no entorno de um espaço que é, ou deveria ser, um dos cartões postais de Londrina. As ruas e calçadas nos arredores do Parque Arthur Thomas, na zona sul da cidade, são uma mostra do resultado da combinação entre abandono do poder público e falta de conscientização da comunidade.<sup>347</sup>

Embora a reportagem coloque a comunidade como responsável pela sujeira no entorno do parque, verificamos que a deposição do lixo neste local advém de várias localidades da cidade e não somente da comunidade do entorno, como demonstraremos com mais detalhes, no próximo capítulo.

Observamos que a região mais afetada pelo acúmulo de lixo fica ao norte do parque, na Rua Charles Lindemberg. É possível encontrar, nesta área, de entulho de construção civil a lixo doméstico; sacos com folhas e restos de jardinagem.

---

<sup>347</sup> FARO, Fernando Rocha. Lixo e descaso no entorno do Arthur Thomas. **Folha de Londrina**. Londrina, 04 jul. 2008, p. 3.

**Imagem 35** – Entulho de construção no Jardim Piza

**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

Dados do IBGE do ano de 2000 apontam que 21% dos domicílios no país, nos quais residem 42 milhões de pessoas, não têm coleta de lixo. No Município de Londrina, segundo o Plano de Manejo, o volume de lixo recolhido é de 109 mil toneladas ao ano, sendo que o serviço abrange 98% da população<sup>348</sup>. Constatamos que o serviço de coleta de lixo nos bairros do entorno do parque acontece em dias alternados.

A prefeitura é constitucionalmente responsável pelos serviços de limpeza urbana. Entretanto, é fundamental estabelecer parcerias com todos os segmentos sociais que possam contribuir para viabilizar os aspectos técnicos, financeiros e sociais necessários a um bom sistema de gestão de resíduos.<sup>349</sup>

Conforme Abreu, as prefeituras são responsáveis pelo recolhimento do lixo, não impedindo as parcerias no que se trata da gestão dos resíduos. A autora ainda comenta que, onde não há coleta, as pessoas jogam o lixo em terrenos desocupados, nos rios e córregos e nas redes de coleta das águas da chuva,

<sup>348</sup> PLANO DE MANEJO. Encarte 2, p. 224.

<sup>349</sup> ABREU, Maria de Fátima. **Do lixo à cidadania**: estratégias para a ação. Brasília: Caixa, 2001, p. 113.

prejudicando seu escoamento e causando alagamentos e enchentes. Em terrenos baldios, o lixo acumulado atrai ratos, baratas e mosquitos, vetores de muitas doenças.

Como já dissemos, o serviço de coleta de lixo nos bairros do entorno do parque acontece em dias alternados. Desta maneira, na região estudada, a falta de coleta não pode ser o motivo para algumas pessoas depositarem tanto lixo em terrenos sem ocupação e até mesmo dentro do patrimônio público. Podemos levantar a hipótese de que o entulho da construção civil é deixado nestes locais por moradores de várias regiões da cidade que não querem ter despesas com o depósito correto desses detritos em lugares respaldados por lei.<sup>350</sup>

Michel Serres teoriza que o ser humano utiliza o lixo ou sua sujeira para delimitar território, como muitos animais fazem com sua urina. Desta forma, a disposição de lixo nos lugares públicos é uma forma de demonstrar que o homem é possuidor daquele lugar.<sup>351</sup>

Além do lixo, o PMAT também sofre com a infestação de insetos atraídos pelo acúmulo de detritos e pela existência de determinados animais exóticos como o cavalo e o gado na região limítrofe ao parque.

A praga de carrapatos que infestou o local no ano de 2005 também é considerada uma ação antrópica, porque foi trazida para o parque pela ação dos proprietários de equinos e carroceiros instalados na região. Verificamos em uma reportagem de um jornal local, uma das soluções encontradas contra os aracnídeos, que seria o extermínio das capivaras<sup>352</sup>, resolvendo assim o problema, livrando os visitantes e moradores do entorno do parque da ameaça da febre maculosa.

Do parque os carrapatos acabaram também por atacar as residências no entorno deste, como foi constatado no questionário respondido por morador residente na frente do portão de entrada do local: “Em 2005 a infestação de carrapatos era tão grande que eles atravessavam a Rua da Natureza e entravam dentro de casa”.<sup>353</sup> Esta reclamação também foi feita pela Sra. Adi de Aquino Araújo,

---

<sup>350</sup> Uma cidade com 500 mil habitantes pode gerar mais de 250 toneladas por dia de entulhos. Na cidade de Londrina é proibido o despejo destes materiais no aterro sanitário, estando disponíveis para isso cinco depósitos chamados de “ecopontos”.

<sup>351</sup> SERRES, Michel. **O contrato natural**. trad. Beatriz Sidoux. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1991.

<sup>352</sup> Esta solução foi encontrada em reportagem da Folha de Londrina na data de 14 abr. 2005.

<sup>353</sup> Depoimento em questionário de Gessi Antunes em 2009.

moradora do Jardim Piza, que constatou que seus cães ficavam cheios de carrapatos oriundos do parque, já que seus animais não saíam do seu quintal.<sup>354</sup>

De qualquer forma, medidas tomadas pelo Hospital Veterinário da UEL, como a aplicação de carrapaticidas nas capivaras do local, erradicaram o problema.<sup>355</sup> Entretanto os animais exóticos ainda continuam nas imediações da UC.

#### 4.3.5 Visitação

Outra ação antrópica é ocasionada pelos visitantes do parque. É importante comentar que o aumento do número de turistas em escala mundial é um dos mais sérios problemas enfrentados pelas Unidades de Conservação e outras áreas protegidas, segundo pesquisa em andamento efetuada pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).<sup>356</sup>

Para Ornelas<sup>357</sup>, o homem é um ser que busca saciar suas curiosidades na tentativa de ampliar seus conhecimentos; entretanto, nem sempre age corretamente em relação ao meio onde vive ou do qual está próximo. No caso do parque, os indivíduos que o frequentam, por vezes, abusam da liberdade de poder apreciar o lugar e começam a explorá-lo de maneira indevida, criando novos caminhos por entre a mata, depredando e alterando, principalmente, o seu estrato inferior.<sup>358</sup>

---

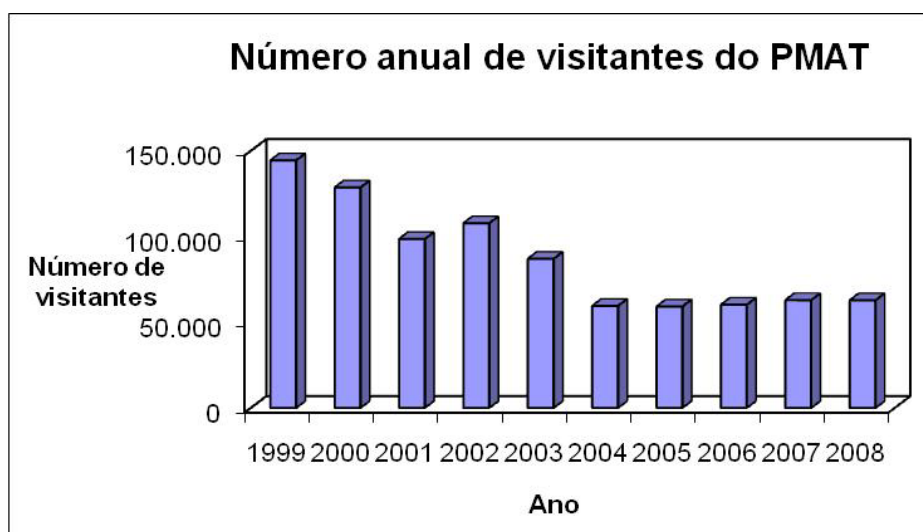
<sup>354</sup> GALEMBECK, Glória. Chuvas favorecem infestação de carrapatos no Arthur Thomas. **Jornal de Londrina**, Londrina, 07 jan. 2005, p. 6.

<sup>355</sup> SARIS, Simoni. Começa revitalização de parque. **Jornal de Londrina**. Londrina, 01 dez. 2005, p. 4.

<sup>356</sup> ZANIRATO, Silvia Helena. A precaução como um princípio para a salvaguarda do patrimônio; reflexões em torno de experiência para a proteção dos bens culturais e naturais diante das mudanças climáticas. In XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética. 2009, Fortaleza: Anpuh. **Resumos Simpósios Temáticos**, p. 13.

<sup>357</sup> ORNELAS, op. cit., p 47.

<sup>358</sup> Estrato inferior é compreendido como plantas gramíneas e arbustos.

**Gráfico 1 – Número anual de visitantes do PMAT**

**Fonte:** Carlos R. Ballarotti – desenvolvido a partir de dados fornecidos pela administração do Parque.

No gráfico anterior, observamos uma grande queda na visitação do PMAT, que no ano de 1999 recebeu 144.335 visitantes; em 2004 e 2005 sua média caiu para 59.000, sendo consideradas as menores taxas de visitação desde a sua criação. Uma das causas, como comentado anteriormente, se deve à proliferação de carrapatos nesta área, que afugentou os frequentadores do local.

Já é possível verificar uma melhora no atual índice de visitação do parque, sendo que em 2008 o número de visitantes foi de 62.722 e no ano em curso até o final do mês de outubro o número já havia alcançado 61.166.

Embora o PMAT seja apontado como local ideal para a educação ambiental, verificamos reportagens que acusam os próprios frequentadores pela falta de cuidados com este, como em reportagem na Folha de Londrina no dia 14 de junho de 1989: “O público ainda não está preparado para conservar a natureza. Sempre há aqueles que arrancam folhas de árvores, querem levar mudas para casa, jogar lixos nos passeios”.<sup>359</sup>

Além das pressões sofridas dentro do parque por causa da visitação, existe ainda outra problemática. O local enfrenta a dificuldade da maioria das Unidades de Conservação situadas dentro do perímetro urbano, que trata da falta da delimitação de uma Zona de Amortecimento<sup>360</sup>. Assim, não existe uma área para

<sup>359</sup> ORICOLLI, Silvio. Ferida Ecológica. **Folha de Londrina**. Londrina, 14 jun. 1989, p 22.

<sup>360</sup> Zona de amortecimento: é o entorno de uma unidade de conservação, no qual as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os

que haja uma transição entre o local e a comunidade, existindo residências ao lado do cercamento da unidade (Imagem 36).

**Imagem 36** – Falta de Zona de Amortecimento – residência ao lado da mata no Jardim Piza



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti(2009)

#### 4.4 LEGISLAÇÃO SOBRE O PMAT E SEU ENTORNO

Consideramos a elaboração de leis sobre o PMAT também como uma ação antrópica, pois existem várias formas de ação do homem sobre o meio ambiente. A legislação é uma delas, pois se trata de uma construção humana e representa um conjunto de interesses que regulamenta a preservação, determina quais as áreas que devem ser preservadas, controla a pressão antrópica e institui penalidades para as contravenções.

Dentro deste aspecto buscamos aqui os critérios que direta ou indiretamente norteiam a preservação e a qualidade ambiental do PMAT e seu entorno nos âmbitos federal, estadual e municipal.

---

impactos negativos sobre a unidade. No caso do PMAT a Zona de amortecimento também é importante para evitar o contato das residências limítrofes, com o mosquito vetor da Leishmaniose.

#### 4.4.1 Legislação Federal

No âmbito federal a Constituição Federal de 1988 apresentou novidades no que se refere à área ambiental, tornando-se uma das mais avançadas mundialmente, sendo que uma das medidas importantes é a que trata da distribuição das competências para proteger o meio ambiente entre a União, os Estados e Municípios, além de incluir o cidadão dentro desta tarefa.<sup>361</sup> É o que estabelece o art. 23, incisos III, VI e VII.

O § 1º do art. 225, apresenta as incumbências do Poder Público referente ao meio ambiente, sendo estas as de preservar e restaurar os processos biológicos essenciais, provendo o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, conservando a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizando as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação desses materiais, além de definir, em todas as Unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem protegidos.

Segundo a Constituição Federal de 1988, no Capítulo II, Artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer [...]”. Assim, no que se refere ao PMAT, este artigo destaca o acesso ao lazer, que representa um dos fatores, entre outros, como os sociais, políticos e econômicos, que condicionam e promovem a melhoria da qualidade de vida do ser humano.

Outra Lei Federal de grande importância para a existência dos parques é a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente – Lei n. 6938/81, que apresenta no artigo 2º a: “Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo”.

Desta forma, a Lei Federal considera o parque como um patrimônio público, sendo necessário garantir sua existência para as gerações futuras através de sua salvaguarda pela administração pública e sociedade.

Deve-se entender que um dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente é a compatibilização do desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente. Assim, a preservação ambiental deve estar em perfeita harmonia com o desenvolvimento social, não podendo este ser

---

<sup>361</sup> ARAÚJO, Lílian Alves. Perícia Ambiental. In: CUNHA & GUERRA (Orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 107.

interpretado como antagônico àquela. Em outras palavras, a preservação ambiental deve ocorrer juntamente com o crescimento da economia, como disse Dominique Simonnet:

A maioria dos ecologistas não procura deter o crescimento, mas sim redefini-lo: o progresso deve avançar num passo pragmático, com prudência, guardando a possibilidade de retificar o seu caminho se necessário. Nada de irreversível deve ser empreendido.<sup>362</sup>

Simonnet enfatiza a dificuldade do empreendimento ecológico que vai contra os objetivos das sociedades industriais, nas quais seria necessário apontar novos rumos para o nível de produção e consumo. Sendo assim, os empreendimentos que geram desenvolvimento econômico acabam sobrepondo-se à preservação ambiental.

Como, por exemplo, referente ao PMAT, a Lei 9.985 (SNUC) proíbe a utilização do local para passagem de obras públicas; entretanto, esta lei sucumbe perante o Artigo 4º do Código Florestal, que autoriza a supressão de vegetação em área de preservação permanente em caso de utilidade pública ou de interesse social, como no caso da instalação de uma nova rede de interceptores de esgoto dentro do parque.

No que se trata do controle sobre as formas de exploração dos recursos naturais, o PMAT é protegido pelo Novo Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15/09/65), que diz em seu Artigo 2º:

São consideradas áreas de preservação permanente [...] as florestas e demais formas de vegetação natural situadas: a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água [...]. b) ao redor de lagoas, lagos e reservatórios d'águas naturais ou artificiais; e c) nas nascentes, mesmo nos chamados olhos d'água.<sup>363</sup>

No entanto, encontramos córregos como o Piza, Monjolo, Bem-Te-Vi e Carambeí, desprovidos de vegetação e usados para despejo de lixo e de esgoto.

Embora o parque já tenha sofrido especulação para se tornar uma filial do Beto Carreiro World e, mais recentemente, de se transformar em um

---

<sup>362</sup> Simonnet, Dominique. **O ecologismo**. Trad. Virgílio Martinho. Lisboa: Moraes Editores, 1981, p. 77.

<sup>363</sup> BRASIL. Novo Código Florestal. Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965. Brasília, 1965. No seu Art. 2º define quais as áreas são consideradas áreas de preservação permanente.

complexo de águas quentes<sup>364</sup>, necessitamos verificar que a própria Lei 4.771/65 proíbe que o parque seja usado para estes fins.

A Lei nº 9.605/98 e Decreto nº 3.179/99 que a regulamenta – conhecida como Lei de Crimes Ambientais – condensam toda a matéria penal, no que se trata de regulamentações ambientais. Dispondo não somente sobre as sanções penais, mas também administrativas derivadas de conduta e atitudes lesivas ao meio ambiente.

De acordo com o art. 3º dessa lei, as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, não excluindo a responsabilidade das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Desta forma, diversos delitos podem ser praticados dentro do parque, como por exemplo, crimes contra a fauna existente na região, seja pela caça ilegal ou uso de práticas que poluam o rio ocasionando a morte de espécies da ictiofauna<sup>365</sup>, entre outras. Esse delito atualmente vem sendo praticado deliberadamente pela poluição dos córregos, que recebem o esgoto de várias regiões do município ou de indústrias instaladas nas proximidades do parque. As responsabilidades pelos danos ambientais causados por esta poluição podem ser apuradas e uma ação criminal ou uma ação civil pública pode ser proposta.<sup>366</sup>

A flora também pode ser objeto de ação criminosa, como o corte de árvores da floresta e queimadas.

Específico a crimes cometidos contra a UC, os crimes relacionados estão no Art. 40, no que se refere a causar dano direto ou indireto à Unidade, que prescreve reclusão de um a cinco anos, e o Art. 52 para quem penetrar em UC conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de algum produto florestal sem licença da autoridade competente; neste caso a pena envolve seis meses a um ano de prisão, além de multa.

---

<sup>364</sup> SCHULZ, Josiane. Exploração de parque coloca entidade em alerta. **Folha de Londrina**. Londrina, 03 jun. 1997, s/p.

<sup>365</sup> Entende-se por Ictiofauna ao conjunto das espécies de peixes que existem numa determinada região biogeográfica.

<sup>366</sup> PLANO DE MANEJO, op. cit., encarte 2, p. 242.

#### 4.4.2 Legislação Estadual

Referente à legislação estadual temos a Constituição do Estado do Paraná, que trata com a mesma ênfase da Constituição Federal a questão do meio ambiente e que interfere no PMAT.

A Lei nº 7.978, de 30 de novembro de 1984, institui o Conselho Estadual de Defesa do Meio Ambiente, sendo suas atribuições a de operar e cooperar com os órgãos da administração direta e indireta do Estado na prevenção e controle da poluição no combate às diversas formas de erosão, uso e gestão racional do solo e recursos naturais e incentivar a criação e desenvolvimento de reservas e parques naturais ou de recreio.

Ainda temos leis que acabam por se tornar redundantes, pois tratam dos mesmos temas que a Legislação Federal e Municipal, como a Lei Estadual nº 11.054, de 14 de janeiro de 1995 – Lei Florestal do Estado – e a Lei Estadual nº 7.978, de 30 de novembro de 1984, que institui o Conselho Estadual de Defesa do Ambiente. Essas leis tratam da conservação e instituição de conselhos para monitorização de áreas protegidas, como o PMAT.

#### 4.4.3 Legislação Municipal

Segundo Tostes<sup>367</sup>, a legislação ambiental é integrada pelas normas de defesa dos bens ambientais e pelas normas que disciplinam os usos e atividades que podem interferir nesses bens, como, por exemplo, as atividades industriais, geração de energia e urbanização.

No que tange ao PMAT, a importância da legislação municipal está diretamente relacionada com a sua área de entorno, ou seja, sua Zona de Amortecimento, pois este está inserido na área urbana do Município de Londrina, o que dificulta a definição desta zona.

A legislação municipal tem dispositivos legais que ocasionam alguma influência no PMAT e seu entorno, como a Lei Orgânica do Município de Londrina e o Plano Diretor do Município.

---

<sup>367</sup> TOSTES, apud ARAÚJO, Lílian Alves de. Perícia Ambiental. In: CUNHA & GUERRA (Orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 112.

O Plano Diretor da cidade de Londrina só foi elaborado e implementado em 1998, sob a Lei nº 7.482 de 20 de julho; anteriormente, o parâmetro de ocupação era estabelecido pela Lei de Zoneamento.

A Lei nº 3706 de julho de 1984, no seu artigo 1º, busca a adequação do solo às suas características naturais, procurando manter sua preservação e integração ao meio ambiente, sendo aqui importante salientar que a Lei de Zoneamento pretendia evitar a concentração e dispersão excessiva da população, planejando o melhor uso da infraestrutura urbana.

O zoneamento da cidade deve proporcionar a funcionalidade e o bem-estar da população, não impedindo, porém, que ela se modifique, cresça e se desenvolva. Contudo, o zoneamento permite delimitar e regulamentar certas atividades, como a indústria e o comércio, proteger determinadas áreas como zonas residenciais, áreas especiais de preservação histórica e natural, fundos de vale e outros ambientes.<sup>368</sup>

O Plano Diretor do Município é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. Ao analisá-lo é possível identificar quais são as preocupações do município e qual será sua postura para desenvolver soluções.

Segundo o art. 7º do Plano Diretor de Londrina, a questão ambiental está colocada como um dos planos municipais que deverão ser formulados e implementados no prazo de dez anos. Em seu art. 13, as diretrizes da política de planejamento ambiental são assim definidas:

- I – Ampliação, recuperação e monitorização das áreas verdes do Município.
- II – Criação de parques intra e extra-urbanos, com recomposição intensiva da vegetação.
- [...]
- IV – Recuperação e preservação da vegetação das áreas das nascentes e dos fundos de vale;
- V – Melhoria, proteção e programas de despoluição dos recursos hídricos;
- VI – Prevenção e combate à degradação do solo;
- [...]
- VIII – implantação e desenvolvimento do plano de coleta e disposição final de resíduos sólidos.

---

<sup>368</sup> GARCIA, Daniele Antunes. **Legislação Ambiental em Londrina**. Trabalho de conclusão de curso de História. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1993, p. 3.

O art. 5º refere-se às Zonas Residenciais, a partir das quais deve promover a ordenação dos espaços habitáveis do município, visando à organização do espaço, seu uso e sua ocupação.

Outro artigo relevante dessa Lei, que importa para o parque, é o Art. 21º, o qual prevê que os projetos de leis que visem alterar o perímetro urbano, sua delimitação ou as características das zonas definidas na Lei do Uso e da Ocupação do Solo deverão ser fundamentados e precedidos do Relatório de Impacto Ambiental Urbano (RIAU). Fica claro que esse relatório deverá conter análise de especialistas, além do impacto ambiental, sobre a viabilidade técnica e econômica do projeto.

Segundo Garcia<sup>369</sup>, o Plano Diretor de Londrina e a Lei de Zoneamento não são suficientes para contribuir para a solução dos problemas ambientais urbanos. Pois a organização do espaço que estes planos proporcionam tem outras prioridades, como a produção, comércio, indústrias, malha viária e outras preocupações próprias do meio urbano.

A Lei Orgânica de um município é o equivalente a uma *constituição local*, ou seja, estabelece a estrutura organizacional, aponta os objetivos e as diretrizes a serem adotados, os principais valores da comunidade que devem ser protegidos e a forma de relação com os demais municípios do Estado.

Destina-se a estabelecer as diretrizes básicas e gerais em torno das quais deveriam ser produzidas as demais leis, em consonância com suas determinações ideais. Ou seja, as outras leis iriam referendar, aperfeiçoar, adaptar, tornar possível a realização de suas determinações básicas.<sup>370</sup>

No que se refere ao Parque Municipal Arthur Thomas, a Lei Orgânica de Londrina, atualizada em julho de 2003, prevê no:

Art. 6. Ao Município de Londrina compete, em comum com a União e com o Estado:

[...]

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos.

[...]

VI – proteger o ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

---

<sup>369</sup> Idem, p. 10.

<sup>370</sup> Idem, p 12.

VII – preservar as florestas, a fauna e a flora.

O parágrafo único do Art. 111 é taxativo, não admitindo a alteração de destinação de área verde em hipótese alguma nos projetos de parcelamento, loteamento e desmembramento do solo.

Entretanto sabemos que a lei tem inúmeros recursos para tornar as determinações mais maleáveis. Garcia cita, por exemplo, a emenda nº 18, que faz exceções ao Art. 86 da Lei Orgânica, permitindo que as áreas destinadas a praças tenham modificados seus fins somente para uso de saúde e educação.

Por mais razoáveis que sejam os motivos das exceções: saúde, educação, fins públicos, temos que admitir que a ocupação do solo urbano seja através de zoneamento, parcelamento, desmembramento, loteamento é feito tendo outras prioridades que não a preservação de área verde, o que é compreensível, pois estamos falando de meio urbano. Mas a razão de lembrar as brechas da lei e o quanto ela é maleável, é para dizer que pela lei nenhum espaço está realmente protegido, muito menos a área verde.<sup>371</sup>

A existência de brechas no Conjunto da Lei Orgânica da cidade de Londrina e de outras leis ambientais brasileiras permite que uma zona possa ter suas características alteradas sem maiores problemas.

Para cuidar especificamente do meio ambiente, a Lei Municipal nº 8.677/01 criou a Secretaria Municipal do Ambiente – SEMA – em 26 de dezembro de 2001. Esta lei também disciplina a respeito das competências da Secretaria como, por exemplo:

- I – Articular-se com organismos municipais, estaduais, federais e privados visando obter recursos financeiros e tecnológicos para desenvolver programa de proteção ao ambiente;  
[...]
- III – Estabelecer, implantar e administrar a política ambiental do Município;  
[...]
- VI – Elaborar e implantar campanhas educacionais e de treinamento destinadas a conscientizar a população para os problemas de preservação do ambiente, juntamente com as secretarias, os órgãos e entidades afins;  
[...]

---

<sup>371</sup> Ibidem, p. 15.

Segundo o Plano de Manejo, algumas instituições governamentais e não governamentais possuem relação direta com o parque, como EMBRAPA, IAPAR, Fundação SOS Mata Atlântica, IBAMA, UEL, UNOPAR, entre outras.<sup>372</sup>

Trabalhando em conjunto com a SEMA temos o Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA), um órgão normativo, consultivo e fiscalizador das questões ambientais de Londrina. Foi criado pela Lei 4806/91 e funciona desde 2001. Atualmente é composto por membros do poder público e de diversos segmentos da sociedade civil, que discutem e propõem políticas públicas relacionadas ao meio ambiente da cidade de Londrina.

Existem programas e projetos ambientais no Município de Londrina como o *Projeto de Política Ambiental Agenda 21 de Londrina*, uma publicação da SEMA, elaborada por representantes eleitos da comunidade, que traz propostas para reverter os problemas ambientais acumulados no município. As diretrizes apontadas a respeito do PMAT dentro do *Agenda 21* dizem respeito à proteção da água, com a recuperação do ribeirão Cambé, à proteção do solo, com campanhas para tornar o solo mais permeável, e reativação da Usina Dr. Fernando de Barros Pinto.<sup>373</sup>

Outro programa existente dentro da cidade de Londrina é o *Projeto Preservação Ambiental Revitalização de Fundos de Vale*, que prevê um estudo detalhado das condições físicas e florísticas das áreas a serem trabalhadas, providenciando seu reflorestamento, criando assim, corredores verdes na área urbana<sup>374</sup>. Entretanto, este projeto tem tido pouca repercussão, pois ainda observamos dentro da cidade a ocupação dos fundos de vale.

Além da Legislação pertinente, a administração do local, instalada nos domínios do parque, preocupada com a conduta e formas de comportamento dos frequentadores neste recinto, elaborou um roteiro de *Normas Gerais*, que devem ser obedecidas pelos visitantes, permissionários e funcionários. Estas normas de conduta e demais regulamentos foram estabelecidos pela Portaria n. 004 da Prefeitura Municipal de Londrina em 29 de dezembro de 2003.

---

<sup>372</sup> PLANO DE MANEJO, op. cit., encarte 1, p. 125.

<sup>373</sup> LONDRINA. **Agenda 21 de Londrina**: crescer sem destruir. Londrina: Grafmark, 2001.

<sup>374</sup> PLANO DE MANEJO, encarte 1, p. 121.

Finalizando este capítulo, acabamos fazendo um inventário simples das leis no âmbito federal, estadual e municipal que interferem ou intercedam de alguma forma dentro da UC.

Segundo Zahler<sup>375</sup>, a legislação ambiental brasileira, embora seja ampla e avançada, tem o seu conhecimento e interpretação dificultados por uma diversidade e superposição de leis e decretos que renovam e derogam os anteriores, causando confusão. Assim verificamos a existência de muitas leis que tratam do mesmo assunto no que se refere à conservação e preservação do meio ambiente, nos âmbitos tanto federal, estadual e municipal.

Apesar das contradições, da flexibilidade, das ambiguidades, do caráter um tanto variável das leis, elas acabam oferecendo uma proteção relativa e frágil ao meio ambiente. Entretanto, estas leis são importantes para o historiador, pois seu *aspecto mutável*, além de expor interesses diversos em jogo, acaba expondo as transformações nas concepções que os homens formulam a respeito de sua sociedade.

---

<sup>375</sup> ZAHLER, P. M. **Meio ambiente e Reforma Agrária**: questões para discussão. Ciência e Cultura: São Paulo. V. 40, n. 8, 1988, p. 751.

## 5 O ENTORNO DO PARQUE MUNICIPAL ARTHUR THOMAS

### 5.1 O ENTORNO DO PMAT: CONFLITOS POLÍTICOS E SOCIOAMBIENTAIS

Neste capítulo daremos ênfase aos moradores do entorno do PMAT e suas relações políticas e socioambientais ocorridas neste espaço. O parque faz parte da vivência dos residentes mais antigos do local e compõe também suas histórias de lazer. Por intermédio de quarenta entrevistas efetuadas na forma de questionário (em anexo), procuramos verificar como estes moradores visualizam e convivem com o parque, suas práticas sociais e suas formas de vivência ambiental, buscando assim os diferentes significados de seus contatos com a natureza.

Como afirma Sousa & Machado, torna-se fundamental discutir o parque além da abordagem da arquitetura e do paisagismo. Para isso é necessário observar a cidade inteira, de forma sistêmica, inter-relacionada e interdependente, com inúmeras partes compondo um todo, interligadas de diversas formas.<sup>376</sup>

O PMAT e o seu entorno são considerados o espaço de negociação, de conflitos, da mobilização dos atores sociais, que, além dos indivíduos, compreendem também as instituições aptas a decidir e atuar sobre eles. Nestes locais analisaremos como ocorrem as mediações entre os vários atores, entre os quais existem discrepâncias nas interpretações de valor e incompatibilidades entre os interesses destes.

Sendo assim, para estudar o PMAT foi necessário investigar e analisar os eventos críticos, os atores relevantes, além de espaços específicos de ação e conflitos.

Bernardes e Ferreira salientam que no *espaço*, lugar no qual o homem produz sua textura social, desenvolve-se uma teia complexa de relações sociais. O *espaço* reflete, dessa forma, os resultados dos processos naturais e sociais que coexistiram até o tempo presente.<sup>377</sup>

O estudo da relação do homem com a natureza e com o próprio homem, realizado num parque público e seu entorno, destaca este local como

---

<sup>376</sup> SOUSA, Marcos T.R. & MACHADO, Rodrigo. **Os parques urbanos e a cidade sob a abordagem do turismo e do planejamento dos transportes**. GAIA SCIENTIA. 2007, 1, p. 170.

<sup>377</sup> BERNARDES, Julia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antonio José Teixeira (Orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 4<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 22.

núcleo de preservação e lazer. Ele pode indicar vivências e experiências singulares que acabam ocorrendo entre o parque e os moradores de seu entorno.

### 5.1.2 Relações dos Moradores do Entorno com o PMAT

Como observamos no capítulo anterior, uma das razões para o crescimento da cidade de Londrina rumo à sua região sul, foi a construção da Via Expressa (Avenida Dez de Dezembro) no início da década de oitenta. Esta obra pública abriu caminho para a exploração imobiliária na região.

O número de habitantes que residem nos bairros limítrofes do PMAT, segundo dados do censo demográfico efetuado pelo IBGE no ano de 2000, era de 16.033; no entanto, quase dez anos depois, a estimativa está em torno de 20.000 habitantes, graças à implantação de novos centros residenciais, como o Jardim Vale Azul e Vale Verde.

Conforme observamos, os bairros que apresentam as maiores concentrações de uma ação antrópica junto ao parque são: Jardim Piza, Vale Azul, Vale do Cambezinho, Adriana, Califórnia, Morar Melhor, Jardim Eldorado, Vale Verde e Kobayashi. Nesses bairros verificamos núcleos heterogêneos, nos quais existem moradias que expressam diversos níveis de poder socioeconômico.

Dividimos esses bairros em seis setores: Rua Barcelona (Região Sudoeste), Rua da Natureza e adjacentes (Região Sul), Avenida Portugal e 10 de Dezembro (Região Oeste), Rua Charles Lindemberg e adjacentes (Região Norte), Rua Sicília e adjacentes (Região Sudeste) e Região Leste do PMAT.

#### 5.1.2.1 Rua Barcelona

Em nossa pesquisa, observamos que as residências mais próximas dos limites do PMAT se localizam na Rua Barcelona, que tem um total de 20 casas. Essa rua, devido à sua proximidade com o parque, foi a que apresentou o maior número de conflitos referentes ao convívio com a zona limítrofe deste.



anos na região, aponta que: “Vem gente de longe para pegar frutas, até de carro. Vem com sacolas e levam tudo, não deixando as frutas para os bichos”.<sup>380</sup>

Os moradores deste local apresentaram muitas preocupações com os pés de frutas existentes no parque e nas suas calçadas (Imagem 37). Os residentes ainda apontam que a administração desejava erradicar as árvores frutíferas das calçadas para plantar outras no lugar. Neste momento a comunidade se uniu e foi contra a atitude, pois no local se encontravam muitas plantas deste tipo; se todas fossem erradicadas sofreriam por falta de sombra até que as novas crescessem.

**Imagem 37** – Jaqueira na calçada da Rua Barcelona



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

Segundo a administração do PMAT, a cargo do Sr. Sydney Antonio Bertho, as árvores frutíferas apresentam dois problemas básicos nesta localidade. O primeiro se refere à dispersão zoocórica<sup>381</sup>, promovida pelo consumo destas frutas pelos animais do parque, levando ao crescimento de espécies exóticas no interior da UC. O segundo problema ocorre com a possibilidade de frutas como a jaca, abacate e manga caírem em uma avenida de alta velocidade como a Dez de Dezembro,

---

<sup>380</sup> Depoimento em questionário de Araci Candido Lopes em 2009.

<sup>381</sup> Dispersão zoocórica acontece quando animais se alimentam de frutas e com suas fezes disseminam as sementes por outras áreas, ajudando assim a perpetuar as espécies frutíferas.

provocando acidentes. O administrador cita que a erradicação das árvores será efetuada por gradativa substituição por espécies menos problemáticas, sendo que a população será convidada para participar do Conselho que tomará as medidas.<sup>382</sup>

O morador Osmar, na região há sete anos, responde que: “[...] além das pessoas de fora, alguns moradores da rua também se apropriam das frutas do parque”.<sup>383</sup>

Foi nesta localidade que houve a maior incidência de relatos de invasões de animais do parque nas residências, sendo os macacos-prego, os quatis e os ratos os principais personagens dessas histórias. Segundo a moradora Diva, cinco anos residindo no local: “Os macacos abrem a geladeira e roubam ovos, frutas e correm para comer em cima do telhado”.<sup>384</sup>

Os residentes do local dizem que é impossível manter os resíduos nas lixeiras, pois os quatis rasgam tudo a procura de alimentos, sendo que somente levam os resíduos para fora, nas calçadas, assim que escutam o caminhão de lixo se aproximando.

**Imagem 38** – Macaco Prego buscando alimentos nas residências vizinhas do PMAT



**Fonte:** Plano de manejo (2009)

<sup>382</sup> Conforme entrevista com Sidney Antonio Bertho em 2009.

<sup>383</sup> Conforme depoimento em questionário de Osmar Alves em 2009.

<sup>384</sup> Conforme depoimento em questionário de Diva Francisco de Oliveira em 2009.

Embora existam muitas reclamações a respeito da invasão dos animais, as pessoas que responderam ao questionário não acham ruim a presença deles, alegando: “Se a população tem o direito de invadir o parque e roubar suas frutas, eles também possuem o direito de procurar alimento fora dos limites do parque”. A moradora Fernanda, há dois anos no local, só não perdoa a existência de infestação de ratos que vêm da galeria do esgoto.<sup>385</sup>

Segundo a moradora Diva, muitas pessoas abandonam animais, principalmente filhotes de cães e gatos, no espaço do apêndice do parque. Outra moradora, Sra. Araci, residente há nove anos no local, diz: “Jogam muitos animais mortos, ficando a rua com cheiro de carniça, temos que ligar para as autoridades vir aqui tirar e demoram muito”.<sup>386</sup>

Houve reclamações da poluição sonora, ocasionada pelos automóveis que percorrem a Via Expressa. A poluição sonora, mesmo em níveis exagerados, não produz efeitos imediatos. Seus efeitos mais graves vão se implantando com o tempo, como a surdez. No caso do barulho provocado pelos automóveis nas grandes cidades, seus efeitos, além dos problemas auditivos, são a provocação de *stress*, de insônia e até problemas psicológicos. Na cidade de São Paulo, a poluição sonora e o *stress* auditivo são a terceira causa de maior incidência de doenças do trabalho, ficando atrás somente de doenças causadas por agrotóxicos e articulares.<sup>387</sup>

#### 5.1.2.2 Rua da Natureza e adjacentes

O questionário verificou que os moradores que se encontram nas imediações da Rua da Natureza, como a Rua Braga e Rua Porto, no Jardim Piza, têm uma preocupação a respeito da principal entrada do PMAT, no que se trata do relacionamento com as pessoas que trabalham ali, como os seguranças e a administração, e também com o movimento de visitantes do local.

---

<sup>385</sup> Conforme depoimento em questionário de Fernanda Ferreira em 2009.

<sup>386</sup> Depoimento de Araci Candido Lopes em 2009.

<sup>387</sup> LLANILLO, Rafael Fuentes (org.). **Meio Ambiente Urbano**. Londrina. 2000, p 35.



No Plano de Manejo existe um projeto, no qual o parque deve fazer gestão junto à Prefeitura para fechar a Rua da Natureza, entre a Avenida Dez de Dezembro e a Rua Barcelona, possibilitando a sua unificação, ligando o apêndice no qual se encontra a nascente do córrego Piza com o restante do local.<sup>389</sup> Esta medida impediria o atropelamento de vários animais e diminuiria a velocidade dos automóveis que circulam neste trecho urbano.

O morador João Bernardo, aposentado, morador há mais de 20 anos na região, diz que não frequenta mais o parque porque não pode mais efetuar caminhadas longas. Diz também nunca ter problemas com a existência do local e nem com os animais que residem ali: “Os bichos não vêm mais neste lado, antes vinha até cutia, agora não vem mais”.<sup>390</sup> Em sua opinião, o cercamento como na Avenida Dez de Dezembro deveria ser feito da mesma forma na Rua da Natureza.

Segundo Bertho, o cercamento do local, em seu projeto inicial, seria efetuado também na Rua da Natureza; contudo, em virtude da demora de dois anos para a licitação da empresa que faria o serviço, a verba repassada com o valor de 600 mil reais foi insuficiente para terminar a obra, pois o material acabou sofrendo aumento de preço.<sup>391</sup>

A maior preocupação apresentada pelo Sr. João é a respeito de uma *boca de lobo* existente na Rua da Natureza, esquina com a Rua Braga, que vive entupida e, quando chove, forma uma lagoa na rua, correndo o risco de a água entrar em sua residência.

O terceiro morador é o Sr. Gessi, residente na Rua Porto há 33 anos, possui uma oficina metalúrgica na Rua da Natureza, em frente ao portão principal do PMAT e se mantém informado de tudo sobre o local. Preocupado com a infraestrutura do parque, em sua opinião, a administração e o poder público precisam resolver logo a questão do assoreamento do lago principal, porque nem as capivaras conseguem mais nadar: “O parque tem potencial para se tornar um ponto turístico importante na cidade, mas precisa melhorar sua estrutura para estar à altura da cidade”.<sup>392</sup> Este morador deu uma sugestão à administração, na qual,

---

<sup>389</sup> PLANO DE MANEJO, op. cit., encarte 4, p. 26.

<sup>390</sup> Conforme depoimento em questionário de João Bernardo da Luz em 2009.

<sup>391</sup> Conforme entrevista com Sidney Antonio Bertho em 2009.

<sup>392</sup> Conforme depoimento em questionário de Gessi Antunes em 2009.

deveria existir uma cobrança da entrada na portaria de pelo menos R\$ 1,00 (um real): “Tudo que é dado de graça acaba não prestando e o povo não dá valor”.<sup>393</sup>

Sobre esta medida, a administração do parque salienta que é um consenso das gestões municipais que não seja cobrado ingressos para entrada no local, pois isto limitaria o acesso de pessoas de baixo poder aquisitivo, elitizando o PMAT. Entretanto, existe um projeto para cobrança da prestação de serviços disponíveis no interior da entidade, como por exemplo, o estacionamento. Esta medida ajudaria o parque em sua sustentabilidade.<sup>394</sup>

O maior problema enfrentado pelo Sr. Gessi, referente ao local, foi uma infestação de carrapatos no último mandato do Prefeito Antonio Belinati, sendo que estes chegaram até a invadir sua residência. Perguntado se sentia alguma perturbação sobre o movimento de visitantes na região, o morador respondeu que não se incomoda com o fluxo de pessoas ali: “O movimento do parque no início de seu funcionamento era muito grande e que hoje em dia nem se compara, o movimento nos dias de hoje é muito fraco”.<sup>395</sup>

### 5.1.2.3 Avenidas Portugal e Dez de Dezembro

Separados do PMAT por uma avenida com alto tráfego, a Dez de Dezembro, encontramos os moradores da Avenida Portugal. Esta avenida é como uma marginal da Dez de Dezembro e é separada desta por um canteiro que demonstra os cuidados com a natureza de cada morador em frente à sua residência.

A Sra. Iolanda, moradora há quarenta anos na região, respondeu que seu marido plantou várias árvores frutíferas nos canteiros do local e também nos revelou como era a sua relação com o parque no passado:

Antigamente era tudo mato, tinha um carreador pra chegar até lá, eu ia até a mata buscar lenha para cozinhar, não tinha medo de fazer isto. Buscava água da mina na bica do parque para abastecer a casa e quando acabava a água ia lavar roupa nas pedras do rio.<sup>396</sup>

---

<sup>393</sup> Idem Gessi Antunes em 2009.

<sup>394</sup> Conforme entrevista com Sidnei Antonio Bertho em 2009.

<sup>395</sup> Idem Gessi Antunes em 2009.

<sup>396</sup> Depoimento em questionário de Iolanda Meire da Silva em 2009.



as crianças, porque sabia que eles estavam seguros ali, que gostavam de caçar passarinho, brincar e passear entre a vegetação do local”.<sup>399</sup>

A Sra. Almerinda demonstrou determinada consciência ecológica, comentando que: “É um erro das pessoas da cidade em achar que só a Prefeitura deve cuidar de tudo, as pessoas também têm que ajudar a cuidar do bem público”.<sup>400</sup> Como exemplo, ela indicou o cuidado que tem com o canteiro existente em frente a sua residência (Imagem 39), no qual solicitou que a prefeitura plantasse mudas de árvores frutíferas, e depois passou a cuidar delas, a varrer e carpir o canteiro, que se transformou em um lugar para sentar à tarde e desfrutar a visão do PMAT à sua frente.

**Imagem 39** – Canteiro com vista para o PMAT, na Avenida Portugal.



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

Estes cuidados com o ambiente demonstram novas relações entre a comunidade e a administração pública, como salienta Moran:

---

<sup>399</sup> Conforme depoimento em questionário de Almerinda Chagas Macioni em 2009.

<sup>400</sup> Idem em 2009.

Não podemos fazer isso sozinhos, mas deve existir uma parceria de confiança entre as comunidades e a satisfação por se cuidarem mutuamente e da natureza como o bem maior. Precisamos reconceituar nossas relações mútuas e com a natureza, e nos considerar partes orgânicas dela.<sup>401</sup>

A Sra. Almerinda nos revelou em seu depoimento que os quatis já perseguiram seu marido na Rua da Natureza, para tentar tomar dele um pacote de balas: “[...] o líder ouriçou o rabo, e grunhindo correu atrás dele”. A entrevistada contou também que já observou a esperteza dos macacos, arrancando mandioca no sítio Três Bocas, vizinho ao parque: “[...] um fica de guarda enquanto outros arrancam a mandioca, quando terminaram saíram gritando de alegria para comerem escondidos da mata”.<sup>402</sup>

Segundo Gerson da Silva, os bandos de macacos geralmente são liderados pelos maiores e mais fortes, chamados *alfa*, que têm pouco mais de 50 centímetros entre a cabeça e a cauda. Já os menores têm em média 30 centímetros e seguem as ordens do alfa, que também é o protetor do grupo.<sup>403</sup>

Uma das preocupações dos moradores da Avenida Portugal é com o escoamento das chuvas que alagam a Avenida Portugal e a Dez de Dezembro, chegando a parar o tráfego de veículos. O alagamento ocorre pelo motivo da impermeabilização da cidade e o entupimento dos bueiros com lixo.

Outra reclamação é a alta concentração de barulho por causa dos veículos e a alta velocidade na Avenida Portugal, que, pela legislação, deveria ser de 30 km por hora; entretanto, seguem a velocidade da Via Expressa, que é de 80 km, colocando em risco a vida dos moradores do local.

A via expressa (Imagem 40) foi construída para escoamento do trânsito dos viajantes que vêm de outras partes da região Norte do Paraná, ou mesmo do Estado de São Paulo em direção ao sul do Estado.

---

<sup>401</sup> MORAN, op. cit., p. 28.

<sup>402</sup> Conforme depoimento em questionário de Almerinda Chagas Macioni em 2009.

<sup>403</sup> SILVA, Gerson. In: GUERIN, Mariana. Macacos bandidos invadem residência. **Folha de Londrina**, Londrina, 29 mai. 2007, p. 3.

**Imagem 40** – Avenida Dez de Dezembro (Via Expressa).

**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

A vida na cidade levou o homem moderno a dividir seu espaço com o automóvel, sendo este um grande gerador de conflitos existentes neste local. Segundo Dupuy, nas grandes cidades o espaço necessário para fazer circular, estacionar, vender, consertar e manter os automóveis representa entre 40 e 60% da superfície do solo, engolindo o tecido urbano, transformando as calçadas, as praças e os espaços verdes em áreas de estacionamento.<sup>404</sup>

Foi comentado que os animais do PMAT pouco se aventuram por estes lados, por causa da travessia da Avenida Dez de Dezembro. A Sra. Almerinda comenta que deve existir algum problema com a alimentação dos macacos e quatis, pois estes animais sempre saem do parque à procura de comida: “Tem que existir algum lugar pra estes animais se alimentarem adequadamente no parque”.<sup>405</sup>

O cercamento em torno da Avenida Dez de Dezembro foi trocado de tela de arame para uma cerca de metal há oito meses, mas a falta de prudência dos motoristas embriagados e em alta velocidade já começou a aparecer, com a destruição de uma parte do cercamento por causa de um acidente numa madrugada, quando um carro invadiu o PMAT. A moradora Izaltina, quarenta anos

---

<sup>404</sup> DUPUY, op. cit., p. 66.

<sup>405</sup> Conforme depoimento em questionário de Almerinda Chagas Macioni em 2009.

na região, conta que o novo cercamento ficou muito bonito e que antes estava todo destruído, facilitando as pessoas entrarem no parque para consumir drogas. Esta moradora reclama do estado das praças e canteiros perto da sua residência, que acumulam lixo, mato e pessoas usuárias de drogas.<sup>406</sup>

A Sra. Lourdes, moradora no entorno há mais de 40 anos, conta uma história sobre suas relações com o parque antes deste se tornar uma UC. Diz que era normal para ela entrar no local para usufruir de alguns gravetos, de frutas e que pescava lambaris com peneiras: “Sempre vinham muitas pessoas para caçar e acampar em barracas”. Depois que o parque recebeu status de Unidade de Conservação, a Sra. Lourdes tentou manter os mesmos hábitos, mas da última vez foi surpreendida por um vigilante que lhe disse: “Não pode fazer isto aqui não mulher!”.<sup>407</sup>

Neste caso, verificamos que as atitudes que eram corriqueiras para a Sra. Lourdes agora se tornaram crime. Como observamos nos relatos dos moradores desta localidade, o parque antes do cercamento e da construção da Avenida Dez de Dezembro era considerado como um prolongamento das suas residências, como um jardim ou quintal.

#### 5.1.2.4 Rua Charles Lindemberg e adjacentes

A Rua Charles Lindemberg, situada na região norte do PMAT, é a via urbana com maior extensão que contorna o local.

Além do conflito existente entre o homem e a natureza, encontramos aqui também o conflito entre classes sociais, representado pelo convívio de bairros residenciais de classe média com o bairro *Morar Melhor* (Imagem 41), considerado por muitos vizinhos como uma favela: “[...] local onde se vende drogas”, ou representada pelo medo da violência: “Quando chego de madrugada em casa, tenho medo, por causa dos moradores da favela”.<sup>408</sup>

---

<sup>406</sup> Conforme depoimento em questionário de Izaltina Correa Moreira em 2009.

<sup>407</sup> Conforme depoimento em questionário de Lourdes de Oliveira em 2009.

<sup>408</sup> Conforme depoimento em questionário de Ana Carolina Toffolo em 2009. Precisamos comentar aqui que esta declaração é o resultado de uma exclusão social, sendo que o poder público atua com menos intensidade em tal localidade, na qual os moradores também sofrem uma violência, pela falta de moradias com a mínima infraestrutura, serviços como transporte coletivo, postos de saúde e outros.

**Imagem 41 – Jardim Morar Melhor –**

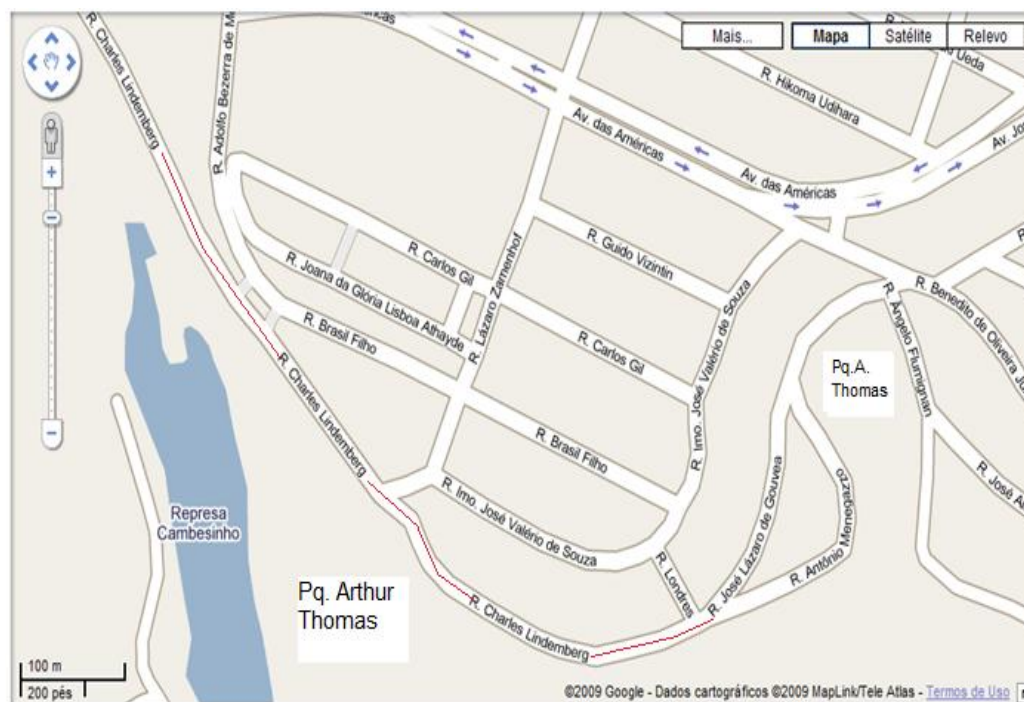
**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

Sobre este assunto, outro morador próximo ao Morar Melhor, o Sr. Otacílio, residente no local há dez anos, comenta que: “Nunca tive problemas como os moradores dali. Conheço algumas pessoas que residem lá e são pessoas batalhadoras, o que falta é uma maior interação entre os outros moradores da localidade com o Morar Melhor”.<sup>409</sup>

Os problemas enfrentados pelos moradores da Rua Charles Lindenberg a respeito de sua proximidade com a UC são vários, começando pelo estado do cercamento do local, que é muito debilitado nesta região, pela limpeza das calçadas limítrofes do parque; pelo excesso de lixo jogado pelos moradores da cidade e a maior preocupação: a erosão ocasionada pelas chuvas.

---

<sup>409</sup> Conforme depoimento em questionário de Otacílio Generoso da Silva Jr. em 2009.

**Mapa 8** – Localização da Rua Charles Lindenberg e adjacentes

Fonte: Google Maps (2009)

Como se observa ao andar por esta rua, o cercamento se encontra destruído pela passagem do tempo, representada pela ferrugem no alambrado e desgaste do concreto de sustentação, pela ação da natureza, no que trata da queda de árvores e pelos cipós que torcem o alambrado; e temos também a ação do homem, que, para cortar caminho entre os bairros ou para penetrar por algum motivo no interior do parque, abre entradas por meio de fendas no cercamento. A moradora Antonia, que reside no local há doze anos, diz: “Quando cai uma árvore do parque em cima da cerca, os moradores é que tem que cortar, pois o pessoal da administração e da prefeitura não atende nossos pedidos”.<sup>410</sup>

<sup>410</sup> Conforme depoimento em questionário de Antonia Martins em 2009.

**Imagem 42** – Galhos caídos por cima da cerca e na calçada na Rua Charles Lindemberg



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

A limpeza nas calçadas e ruas pelo poder público, segundo os moradores, está deixando a desejar. Entretanto, reparamos que o mesmo método utilizado pelos moradores da Avenida Portugal funciona aqui, sendo os próprios moradores que cuidam da limpeza do local em frente às suas residências, roçando e varrendo a calçada do parque e tirando os entulhos, como galhos secos caídos das árvores e o lixo jogado por moradores de outras localidades.

A quantidade de lixo encontrado nos terrenos baldios, calçadas do PMAT e até mesmo jogados em seu interior por cima da cerca assusta os moradores e também ao transeunte por aquele local. Observamos sacos de lixo com restos de jardinagem, como grama e galhos, lixo doméstico e restos de construções. O morador Otacílio conta que já chegou a correr atrás de pessoas que vinham jogar lixo no terreno vazio ao lado de sua residência: “Só tenho problemas aqui com os humanos que jogam entulho nas redondezas, não tenho nenhum problema referente ao parque”.<sup>411</sup>

O Sr. Otacílio disse que escolheu o local para construção de sua residência justamente pela proximidade com a natureza: “Conviver com a natureza é uma satisfação, é qualidade de vida, sou adepto da natureza, chega à noite, consigo

---

<sup>411</sup> Conforme depoimento em questionário de Otacílio Generoso da Silva Jr. em 2009.

ver o céu estrelado; e o barulho dos sapos, de manhã é a festa dos pássaros”.<sup>412</sup> Este morador optou por não fazer muro em sua residência, aproximando ainda mais seu contato com o parque. A respeito dos cuidados do local, comenta que sabe das responsabilidades do poder público, e que este muitas vezes não consegue dar conta de toda a manutenção da cidade; por isso, a necessidade de a comunidade ajudar no cuidado com o ambiente, sendo que ele mesmo roça os lotes vizinhos e cuida daquela parte da rua.

Um problema que não é enfrentado por moradores das outras ruas do entorno do parque é referente à erosão que está consumindo determinadas áreas do local e chegando até a calçada e a rua desta localidade: “O buraco que tinha na calçada chegou a fazer aniversário, foi o Padre Roque que colocou um alambrado de metal lá para tentar remendar o problema”.<sup>413</sup>

Os moradores desta região têm conhecimento da problemática enfrentada pelo parque a respeito das erosões provocadas pelas fortes enxurradas causadas pelas chuvas (Imagem 43).

**Imagem 43** – Processo erosivo que destruiu a calçada na Rua José Lázaro de Gouveia



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

<sup>412</sup> Conforme depoimento em questionário de Otacílio Generoso da Silva Jr. em 2009.

<sup>413</sup> Conforme depoimento em questionário de Antonia Martins em 2009.

Referente ao convívio com a natureza, a moradora Gessy, residente no local há mais de trinta e três anos, contou que muitas vezes escuta de madrugada barulho de machado no meio do parque e garante se tratar de pessoas que entram para pegar lenha no local. Esta moradora disse que: “[...] já tive problemas com a administração do parque, pois, reclamei na televisão que os macacos estavam passando fome e por isso se arriscavam atravessando a rua para pegar comida nas residências”.<sup>414</sup> Isto aconteceu quando um Macaco-prego foi atropelado em frente à sua moradia.

A população entrevistada que reside neste local demonstrou consciência de que não devem alimentar estes animais, pois assim evitam que eles se acostumem a vir buscar comida em suas casas, sendo que a Rua Charles Lindenberg tem grande tráfego de veículos.

Um dos problemas enfrentados por alguns moradores diz respeito à invasão de cobras nas residências. Ana Carolina, moradora nesta rua há onze anos, diz que por duas vezes cobras entraram na sua casa e em um desses episódios devorou o passarinho que se encontrava na gaiola. Procurou auxílio da Força Verde, porque a cobra era venenosa: “[...] mas eles não tinham veículos disponíveis para o trabalho”.<sup>415</sup>

---

<sup>414</sup> Conforme depoimento em questionário de Gessy Pereira Martins em 2009.

<sup>415</sup> Conforme depoimento em questionário de Ana Carolina Toffolo em 2009.

**Imagem 44 – Córrego Carambeí**

**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

Na Rua Charles Lindenberg são encontrados muitos lotes vazios que pertencem à prefeitura de Londrina; por um deles passa o córrego Carambeí (Imagem 44), no qual encontramos um total descaso com o meio ambiente: mau cheiro, inexistência de mata ciliar e lixo acumulado nas suas encostas.

#### 5.1.2.5 Rua Sicília e adjacentes

Os moradores da Rua Sicília e adjacentes são separados do parque por chácaras localizadas em seu entorno. A primeira destas é a Chácara Santa Rosa (Imagem 45), que serve de moradia para a família Moreira e tem como administradores o casal Sandra Regina e João Carlos, residentes ali há mais de cinco anos; localizada entre a Rua Sicília e Rua Capri, a chácara também é alugada para eventos, como confraternizações e casamentos.



respeito de alimentar os animais, ou deixar o resto de frutas das festas ocorridas no local na divisa do parque para que os animais se alimentem.<sup>417</sup>

**Imagem 45 – Chácara Santa Rosa**



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

Os administradores do local contam que, dependendo da festa, as pessoas andam pelo meio das árvores, jogando lixo entre elas. Um dos problemas que enfrentam é o mau cheiro que vem da rede de esgoto localizado no interior do parque, sendo que já reclamaram para a administração do local e lhes disseram que o problema é com a SANEPAR, sendo necessário efetuar a reclamação diretamente com a empresa.

Outro caso se refere aos animais que ali aparecem, posto que são frequentes as visitas de cachorros do mato, macacos, quatis e uma tartaruga: “Uma tartaruga veio para chácara à procura de alimentação, levamos para os guardas do parque e eles disseram que não sabem se o bicho era de lá e do que ela se alimenta”.<sup>418</sup>

Nos limites da Avenida Paris está localizada a chácara Olaria. Conforme a moradora Kelen, residente há mais de 25 anos no local, havia uma

---

<sup>417</sup> Conforme depoimentos em questionário de João Carlos de Oliveira e Sandra Regina T. de Oliveira em 2009.

<sup>418</sup> Idem, 2009.

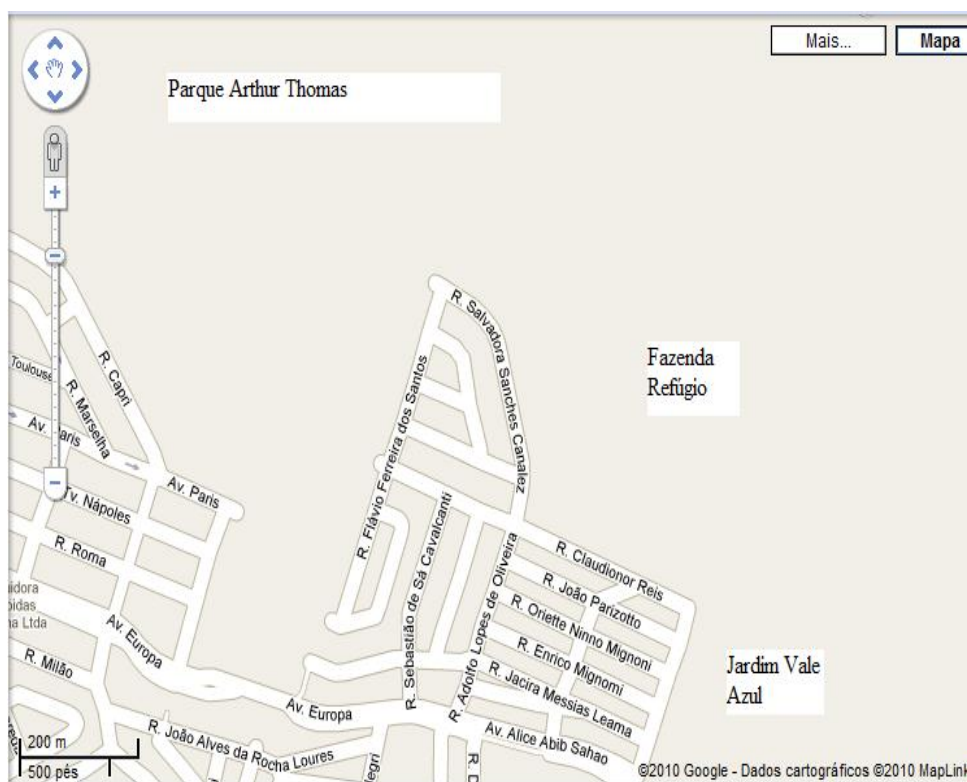
plantação de algodão no local, na qual trabalhou em suas colheitas por alguns anos. Assim que a plantação não estava dando o lucro esperado aos proprietários, foi transformada em pasto. Esta  rea desprovida de árvores, que observamos quando estamos no interior do parque, parece se tratar de uma área devastada; no entanto, se refere a uma propriedade particular, na qual verificamos a cria o de equinos.<sup>419</sup>

Kelen conta que quando criança costumava entrar no parque, quando este não tinha cercamento, para buscar argila na nascente do córrego Piza,  o  o hoje considerada um crime.

As pessoas que habitam estas ruas não citam problemas relacionados com o parque, apenas citam as dificuldades para conseguir uma poda das árvores das calçadas e a lembrança de quando o local não tinha cercamento.

#### 5.1.2.6 Região leste do PMAT

**Mapa 10** – Localiza o da Região Leste do PMAT



Fonte: Google Maps (2009)

<sup>419</sup> Conforme depoimento em questionário de Kelen S. Ramos Adati em 2009.

A região leste do PMAT inclui os bairros Vale Azul e Vale Verde e as terras que fazem a conexão da área do parque com a Fazenda Refúgio<sup>420</sup>, de propriedade da Prefeitura do Município de Londrina. Esses lotes estão localizados na margem direita e esquerda do ribeirão Cambé e deverão ser desapropriados para que seja possível a ampliação do parque.

Os benefícios ambientais decorrentes da ampliação do PMAT seriam o aumento da área de vida das espécies, novas áreas para pesquisa, a criação de corredores ecológicos, entre outras.

Segundo Bertho, a sobrevivência do PMAT somente será possível com a expansão de sua área, podendo desta maneira suportar a pressão antrópica de todo seu entorno.<sup>421</sup>

Os Jardins Vale Azul e Vale Verde são recentes e foram criados em terras que faziam parte da Fazenda Refúgio. Os maiores problemas enfrentados por este espaço seria com a manutenção dos lotes vazios, que se encontram com mato alto, o que ajuda na proliferação de répteis como a cobra coral.

A moradora Lucia, residente na região há cinco anos, comentou que uma dessas cobras mordeu o cachorro de sua vizinha e este acabou morrendo: “Tenho medo pelas crianças que brincam na rua e podem ser atacadas por estes animais”. A moradora ainda diz que os vizinhos já mataram duas cobras deste tipo naquela localidade.<sup>422</sup>

---

<sup>420</sup> A Fazenda Refúgio possui uma área de aproximadamente 140 alqueires e é considerado um local estratégico para expansão do Parque Arthur Thomas.

<sup>421</sup> Conforme entrevista com Sidnei Antonio Bertho em 2009.

<sup>422</sup> Conforme depoimento em questionário de Lucia de Souza em 2009.

**Imagem 46** – Lixo em terreno baldio no Jardim Vale Azul



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti (2009)

Nestes bairros também encontramos muito lixo nos terrenos baldios, principalmente restos de construções (Imagem 46).

## 5.2 O RESULTADO DA PESQUISA EFETUADA COM OS MORADORES DO ENTORNO DO PMAT

Mediante as entrevistas efetuadas com seus moradores, verificamos que o entorno do PMAT está permeado de histórias e experiências de seus moradores, os quais o apresentaram como um marco espacial e temporal em suas vidas. Assim, além da dimensão de um local natural vizinho às suas residências, o parque acaba se tornando um agente em suas vivências, o que amplia e desdobra as tramas da memória coletiva, carregada de significados formados ao longo de suas histórias pessoais e enquanto parte de um grupo.

Segundo Tuan, determinados lugares queridos não são necessariamente visíveis para nós mesmos ou para os outros. Esses lugares podem se tornar visíveis por inúmeros meios, sendo um deles a rivalidade ou conflitos ocorridos na comunidade ou com outros lugares: “Os lugares humanos se tornam muito reais através da dramatização. Alcança-se a identidade do lugar pela

dramatização das aspirações, necessidades e ritmos funcionais da vida pessoal e dos grupos”.<sup>423</sup>

O autor se refere aos locais próximos e amados pelas pessoas, mas que só são lembrados quando nos evocam algum sentimento, seja nos conflitos envolvendo ambos ou pelo poder evocativo de emoções existente quando visitamos o lugar. Esse elo afetivo desenvolvido pelo indivíduo em relação ao meio físico em que vive, Tuan designou como *topofilia*. Seria a ideia e percepção do espaço que acontece de forma particular e que se dá de maneira diferente de uma pessoa para outra.<sup>424</sup>

Podemos observar, deste modo, que a problemática no entorno do parque se modifica conforme a localização das residências. Contudo, a relação homem-natureza também denota mudanças de acordo com o tempo de moradia na região e a amplitude do raio de distância na qual se encontra a residência referente à localização do parque.

Muitos moradores entrevistados parecem estar familiarizados com a natureza, não só por residirem nos bairros próximos ao PMAT, nem por estarem acostumados a vislumbrar uma paisagem mais verde no horizonte, mas sim porque vivenciaram estes espaços – trilhas, árvores, lago, cachoeiras – na infância, na adolescência ou mesmo na juventude. Essas experiências parecem ter sido incorporadas em suas vidas, sendo uma marca pessoal no plano do gosto e dos valores, pois continuam frequentando o local até hoje.

Todos os moradores entrevistados já frequentaram o PMAT, 60% destes ainda frequentam. Dos moradores que deixaram de fazer visitas ao local, 13% não o visitam mais pelo motivo de saúde, 7% reclamaram que no último passeio observaram que o espaço estava muito abandonado e não tiveram mais interesse em voltar, 5% por falta de tempo ou preguiça e 5% dos entrevistados disseram que era por causa de carrapatos e outras pragas: “Fiquei com medo da praga de carrapatos, teve uma época que tinha bastante praga como a leptospirose”.<sup>425</sup>

---

<sup>423</sup> TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Trad.: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983, p.107.

<sup>424</sup> TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente, op. cit., p.110.

<sup>425</sup> Conforme depoimento em questionário de Almerinda Chagas Macioni em 2009.

A pesquisa com questionários demonstrou que 68% dos moradores do entorno consultados entendem o meio ambiente apenas ao que se refere às árvores e aos animais, sendo que eles, os humanos, não estão inseridos neste ambiente: “São todas as questões relacionadas à flora e à fauna; É toda a floresta; É tudo limpinho, ar puro, água limpa, não jogar sujeira na rua”.<sup>426</sup>

Entretanto, 32% dos moradores demonstraram maior compreensão referente ao meio ambiente, apresentando um olhar mais sistêmico, afirmando que o homem faz parte deste ecossistema, entendendo este como: “Integração entre nós, seres humanos com tudo que existe; Nossa vida é o meio ambiente, se não cuidar estamos perdidos; Local onde a gente vive, é tudo, a rua, a casa”.<sup>427</sup>

Verificamos em algumas respostas dos questionários que existe uma determinada influência do discurso ambientalista sobre a preservação da natureza, disseminada através da mídia televisiva ou escrita, que teria sido absorvida por estes moradores: “Não destruir o meio ambiente, não jogar lixo na rua, deixar o ar puro e água limpa; Meio Ambiente é Preservação; Conscientização de cada um; Todo mundo deveria colaborar e preservar”.<sup>428</sup>

Para Schreiber<sup>429</sup>, em nosso mundo, os espaços apresentam-se segmentados em relação às suas funções, existindo uma forte separação entre a casa, o ambiente de trabalho e outros espaços. Deste modo, em nossa sociedade, a cultura e a natureza estão muito dissociadas, ficando estes dois universos espacial e socialmente distanciados em relação à sua significação.

Para esta autora, é possível apreender as seguintes categorias valorativas da natureza: O *valor ambiental* é quando existe a percepção e valorização da flora, fauna e da qualidade do ar. O *valor afetivo* existe, quando se expressam as emoções e os sentimentos pelos frequentadores em relação à natureza. O *valor higienista* refere-se aos benefícios para a saúde física e mental, obtidos por meio do contato com o universo natural. O *valor funcional* enfatiza a utilidade e serventia das plantas e animais; e finalmente o *valor estético* é relativo ao prazer produzido pela contemplação da natureza.

---

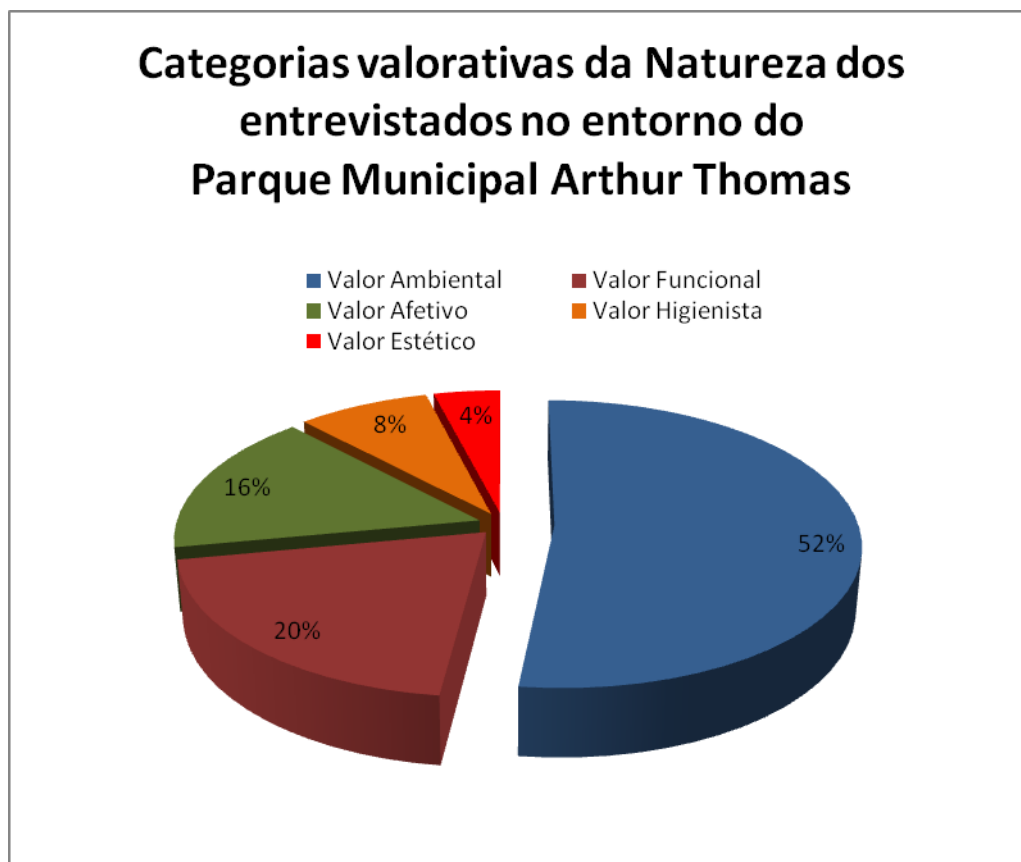
<sup>426</sup> Conforme entrevistas realizadas com questionário em 2009.

<sup>427</sup> Conforme entrevistas realizadas com questionário em 2009.

<sup>428</sup> Idem em 2009.

<sup>429</sup> SCHREIBER, op. cit., p. 117.

**Gráfico 2** – Categorias valorativas da natureza dos entrevistados no entorno do PMAT



**Fonte:** Carlos R. Ballarotti – Desenvolvido a partir de dados dos questionários (2009)

Utilizando as categorias valorativas da natureza de Schreiber, perguntamos no questionário qual seria a importância da existência do PMAT para a cidade. Com os resultados podemos perceber que a visão dos moradores quanto a UC é, de maneira geral, positiva. A maioria dos habitantes entrevistados do entorno (52%) consideram o local um espaço importante para o município, tanto como área de lazer, como pelo seu *valor ambiental*, por se tratar de um local para preservação de amostras da fauna e flora.

A natureza na cidade, moldada como parque público, passa a ser uma referência para os usuários de acordo com suas vivências junto a áreas verdes, podendo associá-las às suas experiências. Em alguns casos, o significado dessas vivências se amplia, pois também evocam a memória e a passagem do tempo naquele local, o que faz reconhecer o seu valor para a preservação da própria vida.<sup>430</sup>

<sup>430</sup> Idem, p. 141.

Na pesquisa, 20% dos entrevistados salientam o *valor funcional* do PMAT, pois este teria potencial para trazer mais divisas para o município: “Ficaria feliz se o parque virasse um parque temático”.<sup>431</sup> Outros acham que o setor de turismo está perdendo dinheiro ao não explorar o local.

Para Schreiber, o lazer propicia o desenvolvimento da personalidade, pois libera do hábito que tende a coibir gestos e comportamentos, reduzindo-os a formas automatizadas e estereotipadas. Desta forma, gera comportamentos inovadores e criadores no tempo livre, permitindo que o indivíduo controle o seu tempo e ordene-o como queira.<sup>432</sup>

Para os moradores mais antigos, o local tem *valor afetivo*, que lhes traz à lembrança a época quando residiam no campo: “É a mesma coisa de quando eu morava no sítio”.<sup>433</sup> O total de entrevistados que apresentaram um valor afetivo referente ao parque foi de 16%.

A existência de um local verde como o parque na cidade foi declarado muito importante, pois: “Faltam lugares assim na cidade”.<sup>434</sup> Foi salientado que o local ensina o bom contato com a natureza: “O parque conserva a natureza, o mato é sinal de vida”.<sup>435</sup>

Verificamos, em relação aos atributos do PMAT que o caracterizam enquanto área verde, que 8% dos moradores entrevistados valorizam-no por ser um local adequado para a manutenção da saúde, devido à qualidade ambiental.

Este *valor higienista* se apresenta nos questionários por meio do contato com a natureza, as caminhadas efetuadas pelos moradores e o ar puro existente na região: “As árvores, a vegetação é muito importante, pois controla a poluição da via expressa”.<sup>436</sup> Como a Amazônia é apontada erroneamente como o *pulmão do mundo*<sup>437</sup>, o PMAT é apontado por alguns moradores como o *pulmão de Londrina*.

Apenas 4% dos moradores entrevistados apontaram como importância da existência do PMAT dentro da cidade o *valor estético*.

<sup>431</sup> Conforme depoimento em questionário de Lourdes de Oliveira em 2009.

<sup>432</sup> SCHREIBER, op. cit., p. 76.

<sup>433</sup> Conforme depoimento em questionário de Almerinda Chagas Macioni em 2009.

<sup>434</sup> Conforme depoimento em questionário de André Luiz Franco de Lima em 2009.

<sup>435</sup> Conforme depoimento em questionário de Maria Aparecida de Oliveira em 2009.

<sup>436</sup> Conforme depoimento em questionário de Luci Lopes Rodrigues em 2009.

<sup>437</sup> Esta é uma figura de linguagem largamente utilizada, mas que não expressa o funcionamento ecológico da floresta, pois esta produz e absorve oxigênio, além de outros gases, e não apenas consome o oxigênio, como o citado órgão humano.

O total de 97% dos quarenta entrevistados responderam que gostam de ter o parque como seu vizinho e assinalam como principal ponto positivo o sentimento de paz e sossego que o local lhes transmite, sendo uma fuga da correria da cidade. Apenas 3% citaram o sentimento de medo do parque à noite por causa da existência de ladrões na localidade.

### 5.2.1 O Conhecimento Popular e o Conhecimento Técnico

Podemos verificar com estas entrevistas que a população está sujeita a determinações dos chamados *especialistas*, no que se trata tomar alguma iniciativa referente aos cuidados com o PMAT.

Lembramos assim, o pensamento de Illich, que diz que uma parte cada vez maior de nossas principais instituições funciona no cultivo de conjuntos de ilusões que convertem o cidadão num cliente que deve ser salvo pelos técnicos: “Na verdade, à medida que a sociedade outorga legitimidade aos profissionais para que definam os direitos, vão se evaporando as liberdades do cidadão”.<sup>438</sup>

Desta forma, o cidadão não pode mais fazer a poda dos galhos de uma árvore, mesmo que estes estejam caindo sobre o seu telhado, sem a autorização de um técnico. Segundo a revista da Autarquia do Meio Ambiente (AMA), quem corta árvores ou seus galhos sem autorização está sujeito à punição prevista no Código de Posturas do Município, que determina multa de 35 a 950 reais. Todas as autuações são enviadas à promotoria do meio ambiente, que aplica a lei ambiental, o que pode significar até prisão.<sup>439</sup>

Temos sapiência de que tal medida legislativa tem como objetivo coibir o corte indiscriminado de árvores pelos cidadãos ou mesmo sua poda de forma equivocada, que pode danificar a planta. Entretanto, a legislação aponta que somente técnicos especializados poderão fazer o serviço, desqualificando o conhecimento popular referente a essa função.

Observamos que a transformação do PMAT em UC ocorreu em nome de um discurso técnico, no qual se construiu um argumento que considera a necessidade de separação da comunidade das *formas naturais de existência*,

---

<sup>438</sup> ILLICH, Ivan. **O direito ao desemprego criador**. Trad. Joaquim Campelo Marques. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1979, p. 70.

<sup>439</sup> REVISTA MEIO AMBIENTE. Ama-Londrina. Londrina: Máxima Comunicação. 1999, p. 8.

representada pela natureza. Quem faria a intermediação entres estes mundos, falando por eles ou fazendo-os falar, são os cientistas, as instituições de pesquisa e as leis.

Desta forma, as pessoas que vivem ao entorno do PMAT não participam em nada nas decisões acerca do local, como, por exemplo, no caso da erradicação das árvores frutíferas existentes nas calçadas desses moradores. Estas medidas acabam tomadas pelos chamados *especialistas*, em suas salas de reuniões, sem a presença dos representantes da comunidade, justamente para evitar movimentações sociais que possam criar embaraços para os planejadores oficiais.

Assim, estas atitudes supõem uma dicotomia conflitante entre ser humano e natureza, que leva a crer que a comunidade local é incapaz de desenvolver uma relação construtiva com o seu próprio meio ambiente.

Rousseau, no século XVIII, já levantava a questão se haveria alguma relação entre a ciência e a virtude:

Há alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres da nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria?<sup>440</sup>

Rousseau especula se a ciência poderia diminuir o fosso crescente entre nossa sociedade e os saberes científicos.

Segundo Boaventura Santos, o que ocorre com a ciência pós-moderna é que esta trata toda forma de conhecimento fora dela como irracional. Um destes exemplos é o conhecimento do senso comum, sabedoria vulgar e prática com que no quotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida. A ciência moderna construiu-se contra o senso comum, que considerou superficial. Para o autor, apesar de o senso comum ser um conhecimento conservador, tem uma dimensão utópica e libertadora, que pode ser ampliada pelo diálogo com o conhecimento científico.<sup>441</sup> Seguindo essa orientação aponta-se a necessidade de uma conexão entre o conhecimento técnico e conhecimento popular.

---

<sup>440</sup> ROSSEAU, Jean-Jacques, apud SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Ed. Afrontamento, 1987, p. 7.

<sup>441</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa, op. cit., p. 55.

Hogan<sup>442</sup> chama a atenção ao fato que as forças sociais a favor de uma maior participação comunitária na formulação e execução de políticas governamentais encontraram na questão ambiental terreno fértil para sua atuação, sendo que a questão é nova e pouco estruturada na administração pública. As competências para tal implementação estariam localizadas nas Organizações Não Governamentais (ONGs) e por meio da Academia.

Segundo o ex-prefeito de Londrina, Nedson Micheleti, a responsabilidade pela execução da política ambiental é do governo municipal; entretanto, a sociedade tem a função, neste processo, de consolidar a consciência ecológica da preservação, do respeito à natureza e do uso racional das tecnologias que prejudicam a relação homem-meio ambiente.<sup>443</sup>

No que se refere aos parques urbanos, autores como Sousa & Machado<sup>444</sup> revelam que a criação destes gera a perspectiva de alteração da dinâmica no uso e ocupação do solo do entorno imediato. Embora existam as possibilidades de especulação imobiliária e adensamento populacional, não podemos deixar de incluir as mudanças de práticas entre a comunidade residente e o local com sua nova configuração. Como salienta Porto-Gonçalves:

Nas novas unidades de conservação que vêm sendo propostas, as populações originárias e locais perdem a primazia no controle e gestão dos seus próprios recursos naturais, que passam a ser feitos por empresas e ONGs em nome do “uso racional dos recursos naturais”, conforme as unidades recém-criadas de floresta nacional e de reserva de desenvolvimento sustentável. Não há como não se ver nessa expressão – uso racional dos recursos naturais – também um forte componente etnocêntrico, marcado pela colonialidade do saber e do poder, haja vista ser considerado como racional aquele uso que se faz com base no saber técnico-científico convencional.<sup>445</sup>

O autor reforça a ideia de transformação nas relações entre as comunidades e áreas verdes protegidas, nas quais se torna necessária, perante a legislação ambiental, a existência do controle de técnicos para mediar as relações e buscar o *uso racional dos recursos naturais*.

---

<sup>442</sup> HOGAN, op. cit., p. 22.

<sup>443</sup> MICHELETI, Nedson, apud **Agenda 21 de Londrina**: crescer sem destruir. Londrina: Grafmark, 2001, p. 1.

<sup>444</sup> SOUSA & MACHADO, op. cit., p. 176.

<sup>445</sup> PORTO-GONÇALVES, op. cit., pp. 143-144.

Para a administração do PMAT, a comunidade muitas vezes reclama dos problemas do local sem conhecimento mais profundo sobre o assunto; entretanto, a mesma comunidade tem contribuído bastante para auxiliar na vigilância do local, sempre avisando sobre focos de incêndios, tentativas de depredação ou a entrada de pessoas estranhas nas redondezas.<sup>446</sup>

Conforme Cunha & Coelho, a democratização dos processos de tomada de decisão e a ampliação da participação da *sociedade civil* na resolução dos problemas ambientais passaram a fundamentar os modelos alternativos de gestão ambiental. Desta forma, as iniciativas de *co-manejo* buscam enfrentar as fragilidades e problemas apresentados pela incapacidade do Estado em gerir grandes áreas, não dispondo de pessoal, fundos e equipamentos necessários para a execução das atividades de fiscalização e controle das regras de uso e acesso aos recursos naturais, e busca também resolver os problemas apresentados pela comunidade ou usuários locais.<sup>447</sup>

Segundo Bosquet, por sociedade civil entende-se a teia de relações sociais que os indivíduos estabelecem entre si no seio de grupos ou de comunidades que não devem a sua existência nem à mediação nem a um ato institucional do Estado.<sup>448</sup> Desta forma temos as relações fundadas na reciprocidade e voluntariado, sem incidir a obrigatoriedade jurídica, como por exemplo, as relações de entre-ajuda<sup>449</sup>, a cooperação, a união dos moradores na limpeza de determinado local no seu bairro.

Para Capra<sup>450</sup>, a *parceria* – tendência para formar associações, para estabelecer ligações, a cooperação – trata de um dos certificados de qualidade de vida, sendo que à medida que uma parceria se processa, cada parceiro passa a entender melhor as necessidades dos outros.

Conforme as entrevistas efetuadas no entorno do PMAT, verificamos algumas atitudes similares desse aspecto em alguns moradores, que se uniram para

---

<sup>446</sup> Conforme entrevista com Sidney Antonio Bertho em 2009.

<sup>447</sup> CUNHA, Luis Henrique; COELHO, Maria Célia Nunes. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antonio José Teixeira (Orgs.). **A Questão Ambiental**: diferentes abordagens. 4<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 43.

<sup>448</sup> BOSQUET, op. cit., p. 52.

<sup>449</sup> Segundo Bosquet, a entre-ajuda era outrora desempenhada pelos tios, avós, vizinhos e amigos. A fadiga, a falta de tempo, a distância entre os espaços, o desinteresse pela relação com a vizinhança acabaram ocasionando a destruição da entre-ajuda, substituindo-a pelos serviços públicos e equipamentos domésticos.

<sup>450</sup> CAPRA, op. cit., p. 234.

cuidar da sua localidade, e, no Plano de Manejo, encontra-se um projeto chamado de Programa Temático de Recreação e Interpretação Ambiental, no qual o Estado é o mediador para criação de um programa de educação ambiental para a população do entorno como forma de sensibilizá-los para a importância do local e de sua conservação e preservação.<sup>451</sup>

O principal objetivo desse programa é a promoção da compreensão do meio ambiente e de suas inter-relações na UC e no cotidiano da população, de modo a permitir mudanças em seus hábitos e costumes, contribuindo para a redução da destruição dos habitats, melhoria das condições de vida da população e fortalecimento de suas organizações de base a partir da capacitação dos cidadãos para a participação consciente na gestão dos recursos ambientais e na eleição das políticas de meio ambiente.

Sobre sustentabilidade, o Plano de Manejo aponta alternativas para o desenvolvimento da região do parque, como trabalhar junto à população residente ou que exerce atividades próximas ao local, desenvolver o senso de conservação ambiental por meio do repasse de preceitos básicos nas questões relativas ao uso e ocupação do solo, tratamento adequado do lixo, efluentes domésticos e demais conhecimentos que melhorem a qualidade de vida e ambiental da população.<sup>452</sup>

O sentido de educar ambientalmente hoje vai além de sensibilizar a população para o problema. Não basta mais apenas sabermos o que é certo ou errado em relação ao meio ambiente. Só a compreensão da importância da natureza não é o bastante para ser levada à sua preservação por nossa sociedade. Sensibilizar envolve também o sentimento de amar, o ter prazer em cuidar, como cuidamos dos nossos filhos. É o sentido de doação, de integração, de pertencimento à natureza.<sup>453</sup>

Para Guimarães, existe um esforço no discurso dominante em se apropriar do significado de sustentabilidade para trazê-lo adequadamente à sua compreensão de desenvolvimento. Essa proposta de desenvolvimento sustentável, de caráter reformista, reconhece o problema, mas propõe soluções seguindo a mesma lógica vigente.

---

<sup>451</sup> PLANO DE MANEJO, op. cit., encarte 4, p.42.

<sup>452</sup> Idem, p. 43.

<sup>453</sup> GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e Educação Ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antonio José Teixeira (Orgs). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. 4<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 101.

Para Moran, a nossa atual crise ambiental se relaciona,

[...] em certo grau: ao colapso da capacidade das instituições locais de gerir o meio ambiente local, em virtude de forças maiores desencadeadas pelo crescimento populacional, pela globalização e por forças político-econômicas.<sup>454</sup>

Moran apresenta que o colapso das instituições públicas em gerir o meio ambiente é mais um motivo para que haja o aumento do interesse da comunidade em zelar pelo seu ambiente e o mundo natural.

Drummond, estudioso dos Parques Nacionais do Estado do Rio de Janeiro, expõe em sua obra a importância do Plano de Manejo para as Unidades de Conservação como um valioso instrumento de administração; entretanto, concorda que se trata de um documento abrangente, sendo concretizados poucos programas dentro de suas diretrizes, pelo motivo da falta de recursos e de agentes liberados pelo poder público.<sup>455</sup>

É possível que o Plano de Manejo promova a inclusão da comunidade nas decisões tomadas sobre o PMAT, mas o projeto está longe de se concretizar. Uma das oportunidades de a comunidade poder participar das decisões sobre o meio ambiente em Londrina seria a participação das reuniões do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Londrina (CONSEMMA), que acontecem toda última segunda-feira de cada mês, às 18 horas, no Centro de Educação Ambiental do PMAT.

Outra forma de a comunidade poder trabalhar com a conservação do PMAT seria por intermédio das ONGs.

O nascimento das ONGs é um fator marcante desde o fim dos anos 60. Trata-se de um tipo de organização social muito atrelado ao surgimento do movimento ambientalista e das ideias de autogestão. Hoje as ONGs estão espalhadas pela maioria dos países, com expressão nas políticas públicas e na própria sociedade, alterando comportamentos e visões do mundo. Seu principal objetivo é pressionar os Estados e a iniciativa privada sobre determinados assuntos,

---

<sup>454</sup> MORAN, op. cit., p. 46.

<sup>455</sup> DRUMMOND, op. cit., p. 198.

existindo inclusive ONGs ligadas aos interesses econômicos e financeiros da indústria e do mercado.<sup>456</sup>

O *Amigos do Parque* pode ser chamado de um movimento e foi criado por moradores do entorno do parque (Rua Charles Lindemberg); vem se destacando pelo interesse na revitalização do PMAT, na preservação ambiental do entorno e região. No ano de 2003 elaboraram um documento, procurando apontar os principais problemas ambientais percebidos pela comunidade. Este foi encaminhado à Prefeitura Municipal de Londrina, para SEMA e Administração do PMAT. Além de identificar os impactos sobre a localidade, a comunidade propôs medidas como a melhoria do cercamento da UC e controle do lixo no entorno e no interior do parque.

A ONG *Meio Ambiente Equilibrado (MAE)*, com sede na Rua Tomazina, é constituída por jovens ambientalistas, entre eles biólogos, profissionais liberais e estudantes. Entre os vários programas ambientais vinculados pela MAE, está em andamento um projeto de corredor ecológico denominado *Na pegada do Parque – do Arthur Thomas ao Rio Tibagi*. Seu principal objetivo é ligar as áreas verdes do PMAT até o Rio Tibagi e ao Parque Ecológico Daisako Ikeda.<sup>457</sup> Ao todo são 30 quilômetros de rios, totalizando 182 hectares de matas ciliares. Para reflorestar esta área pretendem plantar 500 mil mudas de árvores nativas, recuperando os locais degradados ao longo deste corredor, evitando assim a morte dos recursos hídricos na região e possibilitando o aumento da área para sobrevivência de espécies da fauna que necessitam de mais espaço para a sua alimentação.<sup>458</sup>

### 5.3 A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA ECOLÓGICA

As leis e ações do poder público que regem a utilização do PMAT poderiam ser consideradas como resultado da vontade do povo, representados pela ação de votar da tão almejada democracia? Ou seria a responsabilidade do

---

<sup>456</sup> BERNARDES & FERREIRA, op. cit., p. 32.

<sup>457</sup> Parque com 51 alqueires, localizado na antiga Usina Três Bocas, na estrada para o Distrito de Maravilha. Foi criado em 1999.

<sup>458</sup> ONG MAE disponível em: <http://www.ongmae.org.br/default.aspx> Acesso em: 20 out. 2009.

Estado<sup>459</sup> a de disciplinar a sociedade, tornando em lei a decisão de poucos, que consideram ser a medida ideal para o bem da comunidade, muitas vezes escamoteando o que seria o bem da classe dominante?

Para Michel Bosquet<sup>460</sup>, o cidadão é visto como consumidor de políticas elaboradas e executadas pelos que estão *em cima*, justamente pela ausência de sintonia entre os eleitos e os eleitores. Encontramo-nos em uma democracia e quando não existe uma consulta pública sobre a tomada de alguma decisão, poderíamos dizer que há uma quebra de representação democrática.

Muitas vezes as leis são impostas ou nós mesmos conferimos ao regime político o poder normatizador de nossa cidadania. Portanto, confiamos ao Estado a missão decisiva de mudar ou manter o que desejamos ou não, na vida de todos e de cada um. Castoriadis<sup>461</sup> afirma que o saber especializado, científico e técnico justifica o poder exercido pelas pessoas no controle do Estado aos olhos da população e, se pode fazê-lo, é porque a população acredita nisso e porque foi preparada para acreditar nisso.

Outras vezes, as normas chegam a ser editadas ou cumpridas somente com o despertar da sociedade, por meio de lutas revolucionárias ou não, nas quais entrariam os protestos, as greves, passeatas, movimentação social, ou simplesmente um pacto social ou político.

Para Raffestin<sup>462</sup>, o Estado acaba por intervir na esfera mais privada, até mais íntima dos cidadãos, quando necessita alcançar determinada ação política, como no caso do controle da natalidade. Em outros casos, a interferência acontece por ações impostas, por algum regime com tendências totalitárias.

Entrementes, ainda existem situações em que leis são impostas sem que a maioria da sociedade esteja de acordo com elas, como no exemplo de medidas tomadas pelo Estado a fim de disciplinar a sociedade referente ao meio ambiente.

---

<sup>459</sup> O que consideramos como Estado, neste texto, está ligado ao poder político que atua nos países, tanto na esfera Federal, Estadual e Municipal.

<sup>460</sup> BOSQUET, op. cit., 55.

<sup>461</sup> CASTORIADIS, Cornelius e CONH-BENDIT, Daniel. **Da ecologia à autonomia**, op. cit., p. 17.

<sup>462</sup> RAFFESTIN, Claude. A população e o poder: recenseamento e poder. In: **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p. 79.

A compreensão de relação com a natureza passa pelo entendimento de sua importância direta para a sociedade. Essa visão está colocada pelo imaginário ecológico imbuído pelos valores da sociedade capitalista. Apenas quando sua capacidade de suportar a agressão se esgota e o resultado dessa relação alcança o homem de forma direta, então é tempo de rever as práticas em relação a ela, do contrário isto não ocorre.<sup>463</sup>

Como cita Paula, a questão do imaginário ecológico na compreensão da comunidade a respeito do meio ambiente acaba ocorrendo por dois fatos: ou pela atenção dada pela mídia a determinada polêmica ambiental ou porque a comunidade não suporta mais alguma agressão ambiental que lhe esteja causando algum dano.

Como observados no capítulo anterior, ambos os fatos já ocorreram na região do PMAT. Paula concorda, neste aspecto, com o pensamento de Castoriadis, de que estes problemas só serão resolvidos à medida que a comunidade envolvida os perceber, criando assim uma rede simbólica para o seu imaginário, percebendo a importância da relação com o meio ambiente e as implicações que a relação travada vem apresentando.<sup>464</sup>

Para Moraes, o Estado brasileiro se impõe como mediação básica na relação social entre a sociedade e o meio que a abriga

[...] o Brasil dispõe de instrumentos sofisticados de planejamento e gestão ambiental que contemplam a espacialização dos processos, estimulam a participação dos atores locais das áreas em ação, possuem uma retaguarda técnica substantiva e se amparam num quadro legislativo bem discriminado. Existem leis, metodologias, colegiados e propostas definidas à exaustão. Contudo, a efetivação das ações e metas revela-se ainda bastante problemática, muito aquém do requerido pela dinâmica territorial e populacional vivenciada pelo país.<sup>465</sup>

Outro problema levantado por este autor é que a ideia da natureza como valor em si tem dificuldade em se enraizar nas práticas sociais, por causa da construção do nosso país sobre a da apropriação de espaços.

---

<sup>463</sup> PAULA, op. cit., p.428.

<sup>464</sup> CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Trad. Guy Reynaud; Revisão técnica Luis Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 142.

<sup>465</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. Formação territorial e políticas ambientais no Brasil. In: RIBEIRO, Wagner Costa. (Org.) **Patrimônio Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2004, p. 86.

Para Drummond<sup>466</sup>, o Estado brasileiro vem fracassando como gestor de políticas sociais prioritárias de educação, saúde, transporte, segurança e não é de surpreender que seu desempenho como protetor de terras públicas com valor ecológico seja ainda pior. O Brasil sofre uma dupla cobrança: internacional e interna: aumentar a produção agrícola e ao mesmo tempo preservar a natureza.

Segundo Cunha & Coelho, até meados da década de 80, o Estado ditou, de forma centralizada, a política ambiental a ser seguida no Brasil:

A partir de então, o processo de formulação e implementação da política ambiental no país passou a ser, cada vez mais, produto da interação entre idéias, valores e estratégias de ação de atores sociais diversos, num campo marcado por contradições, alianças e conflitos que emergem da multiplicidade de interesses envolvidos com o problema da proteção do meio ambiente.<sup>467</sup>

Contudo, conforme esses autores, a esfera estatal ainda continua sendo a instância em que se negociam decisões.

Estamos aqui a fazer uso das palavras de Bosquet para demonstrar que as atitudes tomadas pela comunidade referente aos cuidados com o entorno do PMAT residem na problemática da cooperação entre os indivíduos e entre estes indivíduos com a administração pública:

Ou nos associamos para impor à produção instituída e às técnicas limites que protejam os recursos naturais, que mantenham os equilíbrios propícios à vida, que favoreçam o desenvolvimento e o domínio das comunidades e dos indivíduos. É a opção convivencial. Ou então as limitações necessárias à continuação da vida serão calculadas e planejadas centralmente por engenheiros ecologistas, e a produção programada de um meio de vida melhor será confiada a instituições centralizadas e a técnicas pesadas. É a opção tecnofascista, sobre cuja via estamos já mais do que meio comprometidos.<sup>468</sup>

No que se refere à conservação, o PMAT é considerado bem público. Sendo público, os moradores entrevistados do entorno consideram que o parque é do povo, embora 75% deles afirmem que é obrigação do governo

---

<sup>466</sup> DRUMMOND, op. cit., p. 276.

<sup>467</sup> CUNHA, Luis Henrique; COELHO, Maria Célia Nunes. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antonio José Teixeira (Orgs.). **A Questão Ambiental: diferentes abordagens**. 4<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 43.

<sup>468</sup> BOSQUET, op. cit., p. 19.

conservá-lo. Isto significa que percebem esse logradouro como um bem social e como um direito da população, mas apenas 25% colocam como deles o papel de zelar pelo parque, ajudando a mantê-lo.

A noção de terras públicas, por outro lado, é associada diretamente com o controle da terra por parte do Estado. Nessa concepção, a terra pertence, ao menos formalmente, a todos os cidadãos do país. Porém, é o aparelho de Estado que determina os usos dessas terras, supostamente em benefício da população em seu conjunto. Na realidade, esses usos tendem a beneficiar alguns grupos de cidadãos e, ao mesmo tempo, prejudicar outros.<sup>469</sup>

Conforme cita Little, determinados grupos de cidadãos utilizam as terras públicas para alcançar algum benefício privado, muitas vezes ocorrendo o uso e destruição desses lugares, inclusive nas áreas protegidas por lei.

Podemos dizer que as leis ambientais são impostas pelo Estado e seus especialistas. Muitas leis ambientais têm função disciplinadora, tratando de regulamentar o usufruto ou penalizar pessoas físicas e jurídicas que prejudicam o meio ambiente.

Conforme Keith Thomas, a sociedade passa por certa crise de consciência com o surgimento dos problemas ambientais. Esse tema foi debatido em seu texto *O dilema humano*, no qual o autor discute as transformações sofridas pela sociedade no que se refere à visão da natureza e as mudanças de atitudes sobre determinados atos tomados contra o meio ambiente na Inglaterra.

[...] em fins do século XVIII, um número crescente de pessoas chegou a considerar o predomínio do homem sobre a natureza como um dado cada vez mais oposto às suas sensibilidades morais e estéticas. Tal era o dilema humano: como reconciliar as exigências físicas da civilização com os novos sentimentos e valores que essa mesma civilização tinha engendrado.<sup>470</sup>

A obra de Keith Thomas indica que o homem moderno começou a perceber o impacto que suas ações causam sobre o meio ambiente, mas que este homem vive com um dilema, pois, inserido nas relações sociais capitalistas, produz e consome além do necessário e não tem atitudes preservacionistas, jogando

---

<sup>469</sup> LITTLE, op. cit., p. 7.

<sup>470</sup> THOMAS, Keith. *O dilema humano*. In: **O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p.356.

sempre para a esfera governamental a tarefa de cuidar da manutenção e preservação destas áreas.

A cultura política é um dos elementos da cultura de determinada sociedade e revela um dos interesses mais importantes da história cultural: o de compreender as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, verificando seu sistema de normas, valores, aspirações, crenças que compartilham, suas leituras do passado, suas lutas e representações da sociedade.

O autor Serge Berstein<sup>471</sup> cita a existência de várias culturas políticas, entre elas a da família, trabalho, escola, igreja, amizades, e que todas trocam diálogos entre si. Esta cultura política se forma vagarosamente e está sempre em transformação.

Comentamos isso para fazer alusão ao como são construídas as ideias normatizadoras no imaginário político de determinada sociedade. Uma ideia da necessidade da população lutar pelos direitos ambientais ainda está em vias de se cristalizar, está em andamento.

Segundo Hogan, os sinais de mudanças são mistos. Por um lado, os índices de qualidade ambiental não estão melhorando em um ritmo que corresponde à urgência das questões apresentadas atualmente e, em muitos aspectos, de fato, estão piorando. Por outro lado, a presença de sinais positivos tem de ser vista com otimismo. Uma delas seria que existe a capacidade da sociedade em reagir, inovar e adaptar, embora os interesses mais gerais desta nem sempre tenham prevalecido na história da humanidade e nada garante que prevalecerá na questão da qualidade ambiental.<sup>472</sup>

A grande preocupação de pensadores como Ivan Illich e Michel Bosquet é que, num futuro próximo, com o não despertar da consciência ecológica na sociedade, poderia surgir um modo de governo autoritário, decidido a defender a preservação, chamado por esses autores de *Ecofascismo*.

Por isto a importância da conscientização e da participação da comunidade dentro dos aspectos democráticos, seja na esfera ecológica ou em qualquer nível sócio-político; como escreve Rosanvallon, é preciso:

---

<sup>471</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre (dirs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 357.

<sup>472</sup> HOGAN, op. cit., p. 23.

[...] compreender a democracia como um debate que jamais chegará a terminar com as suas dificuldades e o seu objeto, e não como uma realidade transitória. É sob esta condição que poderemos cessar de ser órfãos de ilusões perdidas para continuar a lutar dia após dia por um presente que não seja mais somente espera e preparação de um grande sonho, certos, como o poeta, de que a nossa herança não é precedida de nenhum testamento.<sup>473</sup>

Desta forma, Rosanvallon levanta a perspectiva da existência de uma redefinição das fronteiras e relações entre o Estado e a sociedade.<sup>474</sup> Assim seriam efetuadas a socialização, a descentralização e a autonomização. Esse tríptico movimento de redução da demanda do Estado depende do reencaixe da solidariedade na sociedade<sup>475</sup> e de uma produção de maior visibilidade social.

A democracia também se coloca como uma exigência radical para enfrentar o desafio ambiental, a partir do ideário de Porto-Gonçalves:

É preciso resgatar a política, no seu sentido mais profundo de arte de definir os limites que, como vimos, só é plena na democracia. Não há limites imperativos à relação das sociedades com a natureza. Esses limites, necessariamente, haverão de ser construídos entre os homens e mulheres de carne e osso por meio do diálogo de saberes entre modalidades distintas de produção de conhecimento, seja no interior de uma mesma cultura, seja entre culturas distintas. A espécie humana haverá de se autolimitar! Os limites são, antes de tudo, políticos.<sup>476</sup>

Segundo o autor, para que isso aconteça, é necessário ouvir novos e outros protagonistas, além dos que vêm definindo o que é economia cada vez mais pelo aspecto monetário e não social.

---

<sup>473</sup> ROSANVALLON, apud DUPUY, Jean Pierre. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio e Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 97.

<sup>474</sup> ROSANVALLON, Pierre. **A crise do Estado-providência**. Trad. Joel P. de Ulhôa. Brasília/Goiânia: Ed. UNB/UFG, 1997, p. 85.

<sup>475</sup> Para isso Rosanvallon propõe reaproximar a sociedade de si mesma, diminuindo sua carga horária de trabalho, fazendo que o indivíduo tenha mais tempo para se relacionar socialmente.

<sup>476</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental**. Org. Emir Sader. Rio de Janeiro: Record, 2004, p.36.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho procuramos entender as relações dos indivíduos com a natureza dentro de um centro urbano. Para tal tarefa, demonstramos a dinâmica de expansão da cidade de Londrina e a necessidade da preservação de suas áreas verdes, simbolizadas aqui por um parque urbano. Nesse sentido o Parque Municipal Arthur Thomas, um espaço ao mesmo tempo natural e transformado pelo homem, proporciona para os londrinenses e visitantes uma área dedicada ao lazer, à preservação e conservação da diversidade biológica, à busca de um equilíbrio do meio ambiente urbano, além de ser um local que expressa a história desta região.

No primeiro capítulo fizemos uma descrição da área pesquisada, suas estruturas edificadas, a beleza cênica, a natureza, as transformações entrópicas e antrópicas que ocorrem em seu interior, trazendo os questionamentos de como os londrinenses interagem com esta área verde e sua diversidade. Desta forma, o complexo do parque, a cidade e seus moradores são vistos de uma forma sistêmica, sustentados por uma teia de relações.

No segundo capítulo observamos que os parques urbanos foram criados no século XIX com a finalidade de suprir as necessidades de equipamentos para as atividades de recreação e lazer da população, além de serem considerados como uma espécie de enfeite natural para a urbe. No século XXI, além de servirem para esses objetivos, assumem um caráter de preservação e recuperação ambiental por serem mantenedores de determinado equilíbrio ecológico e locais apropriados para promover a educação ambiental. Desta forma, esses espaços se tornaram áreas protegidas pelo poder público, recebendo a denominação de Unidades de Conservação, pelo quais são geridos por normas próprias referentes ao seu uso e manejo, bem como expressam um aparato legal que disciplina o processo de ocupação e uso dos seus recursos, com a finalidade de alcançar certa sustentabilidade dessas regiões.

A História Ambiental busca compreender no tempo-espaço as relações do homem com a natureza, tentando entender os seus processos e problemas gerados por suas relações, possibilitando assim a produção de um conhecimento que possa auxiliar essa inter-relação dinâmica. Para esta tarefa, esse campo específico da história trouxe a natureza como agente principal para a

constituição da sociedade humana, pois, como salientou Marx, não é possível dissociar o homem da natureza, pois este é natureza.

Poderíamos supor que a preocupação com o meio ambiente tenha surgido apenas no século XX com os movimentos ambientalistas na década de 60; entretanto, o homem, durante a sua história, muitas vezes esteve envolvido no debate sobre os problemas com o seu ambiente, como Epicuro e Lucrecio na antiguidade. Rousseau no século XVIII, Marx e Engels no século XIX. No Brasil, no século XX, tivemos o movimento dos protetores da natureza nos anos 1930-1940; em Londrina, Olavo Godoy, que preservou para a posteridade a futura Mata dos Godoy. Desta forma entendemos que em cada época existiram homens que não viram a natureza apenas como um depósito de recursos para produção e se preocuparam com sua preservação.

A área na qual foi criado o PMAT também é um local preservado, nesse caso pela CTNP.

No terceiro capítulo, verificamos que o motivo demonstrado pela Companhia para a existência dessa área verde seria o da preocupação com a preservação da floresta, no entanto, por meio deste trabalho, observamos que esse espaço pode ter sido preservado por causa de uma cláusula no contrato de compra dessas terras, na qual se considera que deveriam ser preservados 10% da mata nativa; tendo também como possibilidade a implantação do projeto cidade-jardim, que garantiria o controle sobre o crescimento da cidade e a preservação do meio ambiente em seu entorno; somando a hipótese de a área ter sido poupada pela dificuldade de cultivo em local tão acidentado e pedregoso no qual está localizado o PMAT.

Observamos que as mudanças que vêm ocorrendo no PMAT não se relacionam apenas à política ambiental em curso ou à nova organização da comunidade, mas também decorre da exposição da temática sobre meio ambiente e assuntos referentes ao PMAT na imprensa. As matérias publicadas alertam para a situação do parque, os problemas enfrentados por este e pelo entorno, o que leva a administração pública a tomar medidas rápidas para a solução como, por exemplo, a inviabilidade de um zoológico na área, a despoluição dos afluentes do ribeirão Cambé, a melhoria da estrutura do parque, o controle de zoonoses.

A imprensa compartilha sua imagem de parque público com a comunidade do entorno, que também associa o local à ideia de lazer e de lugar de

um ambiente verde na cidade, um lugar descrito como um *museu vivo*, restos de uma lembrança simbólica que, nesta região, antes do urbano, existia uma floresta rica em biodiversidade.

Existem também as mudanças dos significados históricos referentes à natureza, simbolizada aqui pelo PMAT. A relação do homem com a natureza varia de acordo com os aspectos da cultura e as condições materiais disponíveis; enfim, podemos dizer que constituem períodos históricos.

Os kaigángs, seus ocupantes originais, tinham determinadas técnicas de utilização dos recursos naturais que não provocavam sua exaustão. Sua cultura se expressa na compreensão de que seu povo faz parte da natureza.

Os reocupantes dessas terras viam a natureza como uma barreira verde que intervinha nos seus objetivos. Resolveram assim construir uma segunda natureza, que inseria aquela região dentro do sistema produtivo capitalista. A mata com suas árvores cedeu espaço para campos nus para o plantio de uma vegetação que lhes traria retorno financeiro. A região do PMAT foi poupada, mas sofreu uma intervenção da mão humana, com a retirada da madeira nobre da sua floresta, extinção de muitos animais, inserção de espécies exóticas, seja na flora e na fauna.

O homem destruiu a floresta, alterou a paisagem, utilizou a terra e construiu a cidade. Nesse centro urbano, o homem acabou se distanciando ainda mais do meio natural, se limitando a observar uma natureza domesticada representada pelas praças, canteiros, jardins e parques urbanos com intervenção humana.

Áreas como o PMAT necessitaram de infraestrutura e jardinagem para propiciar ao homem da cidade a sua visitação e lazer. Contudo, o reocupante verificou que essas áreas verdes propiciavam muito mais do que lugares ideais para o lazer e entretenimento para a cidade. Com os problemas advindos do crescimento do centro urbano, principalmente na área climática, seus habitantes observaram a importância da preservação da natureza para a qualidade de vida e o futuro das próximas gerações.

Embora o local tenha sido preservado, com o crescimento da cidade, acabou sendo englobado por ela, e hoje tenta duramente sobreviver devido à expansão de bairros residenciais e a utilização indiscriminada dos recursos em seu entorno.

Com o crescimento da cidade de Londrina, as terras limítrofes ao parque sofrem com a especulação imobiliária e também com a pressão do aumento da população dos bairros vizinhos. Desta forma, por causa da pressão antrópica, o PMAT necessitou de leis que assegurassem a sua preservação.

A pressão antrópica dentro e fora do parque é notada no uso intensivo do solo na agricultura, na impermeabilização da área urbana, na poluição e assoreamento dos cursos de águas e lago, na propagação de espécies exóticas, seja da fauna e da flora, na falta de cuidados dos visitantes, em obras sociais que perpassam o local. É visível dentro do parque que sua área é insuficiente para a manutenção de uma diversidade tão complexa.

Hoje verificamos um movimento para que aconteça o aumento da área do parque, aderindo às suas terras parte da Fazenda Refúgio, ligando, por meio de um corredor ecológico, o PMAT ao Parque Daisaku Ikeda no ribeirão Três Bocas. Ecologistas, a administração do PMAT e ONGs como Meio Ambiente Equilibrado já trabalham nesse rumo; entretanto, o movimento seria mais forte com o apoio e participação de toda a comunidade.

Por meio do poder público, com o título de Unidade de Conservação para o PMAT, houve a imposição de leis e normas, além da necessidade do cercamento no parque. A população mais antiga na localidade sentiu essas mudanças.

No quarto capítulo, com a ajuda de entrevistas por meio de questionários com os moradores dos bairros limítrofes do PMAT, temos uma descrição do entorno do local, os problemas enfrentados pela comunidade, as relações destes com o parque, com a administração pública e com os outros residentes.

Debruçar-se sobre a dinâmica do entorno do PMAT nos permitiu conhecer a percepção dos moradores do local, cujo significado vem passando por transformações no tempo-espço, com a valorização da questão ambiental e a expansão do diálogo que estes moradores estabelecem com a cidade.

Os questionários respondidos pela comunidade do entorno do PMAT demonstram a existência de múltiplas necessidades a que a área verde do parque deve responder aos seus moradores, como, por exemplo, o lazer, a higiene mental, a qualidade ambiental, o aspecto bucólico como a nostalgia das pessoas que residiam no campo. O parque, para alguns entrevistados, é considerado como um

*jardim* ou *lugar de paz e sossego*. Para outros, o parque é a continuação do seu *quintal*, por este motivo podem se apropriar das frutas, madeiras, argila e outros recursos ali existentes.

A relação com a natureza é mediada por uma forma específica de contato com o ambiente urbano vinculado com o entretenimento e a fruição do cenário natural e de seus benefícios. A visão dos moradores do entorno do PMAT indica uma valorização da natureza, demonstrando uma forma de sensibilidade às questões ambientais, seja na existência de uma consciência ecológica em determinados moradores ou, em outros, a simples repetição de um discurso da mídia sobre o meio ambiente imposto pelos meios de comunicação.

Com esta pesquisa verificamos a existência de uma dinâmica em relação às transformações que ocorrem no PMAT e no seu entorno. Embora a política proposta pelo Plano de Manejo busque colocar a comunidade como participante nas decisões e nas ações sobre a gestão da localidade, isso ainda não foi efetivado. Entretanto, observamos que muitos moradores da região já estão empenhados neste trabalho sem o respaldo da administração pública, seja na participação em ONGs, levantando os problemas do entorno e do parque, levando-os ao conhecimento da administração pública, ou cuidando dos canteiros e das calçadas limítrofes. Seja também em conflitos políticos, não concordando com as decisões tomadas pela administração do parque quando esta não consulta a comunidade. A pesquisa demonstra o interesse por parte dos moradores em participar da gestão do meio em que vivem e acordam que a comunidade e o poder público necessitam trabalhar em conjunto para preservar e conservar o meio ambiente.

Thompson<sup>477</sup> nos auxilia em nossa pesquisa ao expor os conflitos que surgiram com a implantação de leis que controlavam vários bosques, como a floresta de Windsor, na Inglaterra. Práticas consideradas normais pelos moradores no interior das florestas e no seu entorno, como a retirada de galhos secos ou a caça de determinados animais, passaram a ser considerados crimes.

Em nosso caso, como verificado nas entrevistas, costumes considerados normais à população local foram se tornando proibidas, como a pesca, a caça, a utilização de recursos florestais, a captação de argila, o plantio de

---

<sup>477</sup> THOMPSON, E.P. **Senhores e Caçadores**. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

espécies vegetais exóticas nas redondezas, a alimentação dos animais, a poda de árvores. Tudo isto foi transformado em crime, sendo passível de penalização.

Desta forma, observamos que no espaço de 30 anos, os moradores do entorno transformaram seu relacionamento com o parque. Anteriormente, quando eram em número reduzido, tinham com o parque uma relação de pertencimento, local em que podiam usufruir dos recursos naturais. Com o crescimento da cidade e o aumento da população, houve a necessidade de um controle do poder público sobre o espaço, caso contrário este desapareceria.

Com a destruição do cercamento, práticas como atravessar o parque de um bairro para o outro, queimadas, apropriação de frutas, animais e madeiras ainda acontecem. Quando a comunidade observa tais atos, entram em contato com a administração do local para alertá-los.

Verificamos que para os moradores do entorno, o transgressor é o morador de outro bairro que vem retirar as frutas do local, jogar animais mortos e detritos. Às vezes é representado por pessoas da localidade, por vizinhos que não têm consciência ecológica ou que residem em áreas menos privilegiadas.

Declaramos que este trabalho não é contra a utilização da técnica e a interseção do poder público no que diz respeito ao relacionamento dos habitantes do entorno com o parque. Entrementes, observamos que os órgãos públicos e seus planos se mostram ineficazes para tratar de forma integrada o ambiente urbano, incluindo aí as reservas verdes. Conforme observamos, inúmeras leis foram criadas para salvaguardarem locais como o PMAT; no entanto, ainda são ineficazes, seja pela falta de pessoal para colocá-las em ação ou pelo poder público ter outras prioridades dentro de sua gestão.

Da mesma forma, a comunidade não pode cruzar os braços e esperar que o aparelho estatal tenha uma atitude mais agressiva contra os infratores do meio ambiente. Ou que o Estado aumente ainda mais sua intervenção nas atitudes da sociedade civil, exagerando sobre o seu controle.

O que se detecta é a necessidade de se aperfeiçoar e aprofundar o diálogo do saber popular com o conhecimento científico. Desta forma, com uma sociedade civil organizada e atuante, se evita um controle mais rigoroso por parte do poder público e as soluções baseadas num discurso técnico instrumentalizador, enfrentando um futuro sistema de governo ecofacista.

Como salientam os ambientalistas, o único meio de driblar a falta de cuidado com o meio ambiente é a volta da entre-ajuda no interior da comunidade. Isto já existe na localidade, precisa somente de mais incentivo. Seja ele vindo da administração do PMAT, no que seja colocar em prática o projeto de desenvolvimento comunitário visando integrar a comunidade na execução do Plano de Manejo do parque ou pela ação do próprio poder público, tornando mais maleáveis as leis a respeito da poda de árvores, seja apoiando as ONGs da região e incentivando nos moradores do local a manutenção e o cuidado com os bens públicos no entorno e no interior do parque.

A cooperação e a parceria é uma das soluções sugeridas para os problemas socioambientais. Nas comunidades humanas, parceria significa democracia e poder pessoal, sendo que cada membro da comunidade pode desempenhar um papel importante.

Frente ao movimento da sociedade civil voltado para a preservação das áreas verdes na cidade, notamos que existe a criação lenta e contínua de uma cultura política ambiental. Podemos comprovar isto no caso do PMAT referente ao grau de conflitos que hoje marcam as relações entre a administração do parque e a comunidade no que se refere à tomada de decisões e gestão do local e seu entorno. Entendemos que seria utópico esperar que toda a sociedade desperte para a consciência ecológica; entretanto, as mudanças acabam acontecendo no cerne da história e da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maria de Fátima. **Do lixo à cidadania: estratégias para a ação**. Brasília: Caixa, 2001.

ADUM, Sonia M. S. Lopes. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina, 1930/1960**. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História de ILHP/UNESP, Assis, 1991.

ALMEIDA, Jozimar Paes de. **A extinção do arco-íris: ecologia e história**. Campinas: Papirus, 1988.

\_\_\_\_\_. Conservação ambiental. In SILVA, Francisco C. Teixeira da; et al. **Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

ARAÚJO, Lílian Alves. Perícia ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 107-150.

ARIAS NETO, José Miguel. **O eldorado: representações da política em Londrina, 1930/1975**. Londrina: Ed. UEL, 1998.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru: Edusc, 2000.

ARRUDA, Gilmar. Monumentos, semióforos e natureza nas fronteiras. In: ARRUDA, Gilmar. (Org.). **Natureza, fronteiras e territórios**. Londrina: Eduel, 2005. p. 1-41.

BALLAROTTI, Lenita. **Análise das condições ambientais do Parque Arthur Thomas e sua importância para a população de Londrina – PR**. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BERNARDES, Julia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 17-41.

BEULTER, Amauri Nelson; CENTURION, José Frederico. Compactação do solo no desenvolvimento radicular e na produtividade da soja. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 39, n. 6, p. 581-588, jun. 2004.

BONI, Paulo César. **A fotografia como mídia visual da recuperação histórica em Londrina**. Disponível em: <<http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/resumos/R0109-1.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2009.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & fotografia**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BOSQUET, Michel. **Ecologia e liberdade**. Lisboa: Editorial Vega, 1978.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico – 2000**. Brasília: IBGE, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. SNUC. **Lei 9.985 de 18 de julho de 2000**. Brasília: MMA, 2000.

\_\_\_\_\_. Lei de Crimes Ambientais. **Lei 9.605/98 de 12 de fevereiro de 1998**. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Novo Código Florestal. **Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965**. No seu Art. 2º define quais as áreas são consideradas áreas de preservação permanente. Brasília, 1965.

\_\_\_\_\_. Lei da Política Nacional de Meio Ambiente. **Lei 6938/81 de 31 de agosto de 1981**. Brasília, 1981.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Repensando a construção do espaço. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 7-23, 1998.

CARVALHO, Paulo Ernani R. de. **Tapiá – Alchornea triplinervia**. Colombo, 2004. Disponível em: <<http://www.cnpf.embrapa.br/publica/circtec/edicoes/circ-tec99.pdf>> Acesso em: 01 set. 2009.

CASSETI, V. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1995.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_; COHN-BENDIT, Daniel. **Da ecologia à autonomia**. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 153-174.

CEMIG. Teiú (**Tupinambis merianae**). Disponível em: <[http://ambientes.ambientebrasil.com.br/fauna/repteis/teiu\\_\(tupinambis\\_merianae\).html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/fauna/repteis/teiu_(tupinambis_merianae).html)> Acesso em: 02 set. 2009.

CEPEN. **Família Myrtaceae**. Disponível em: <[http://www.cepen.com.br/arv\\_nat\\_Myrtaceae.htm](http://www.cepen.com.br/arv_nat_Myrtaceae.htm)> Acesso em: 30 ago. 2009.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. **Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira**: um estudo de poder local: Londrina - PR. São Paulo: Tese (Doutorado/Departamento de Ciências Sociais) – Universidade São Paulo, São Paulo, 1986.

COLLINGWOOD, R. G. **A idéia de natureza**. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ - **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa dos 50 anos da CMNP. São Paulo: S/E, 1975.

CONSERVATION INTERNACIONAL DO BRASIL Et AL. **Avaliação e ações prioritárias para conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**. MMA/SBF: Brasília, 2000.

CORADINI, Miriam Paula. **Parques urbanos na contemporaneidade**: análise dos valores funcionais, ambientais e estéticos. Pós-graduação (Arquitetura e Contemporaneidade) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina 2006.

CORRÊA, Dora Shellard. **Paisagens sobrepostas**: índios, posseiros e fazendeiros nas Matas de Itapeva. (1723-1930). São Paulo. Tese (Doutorado/Departamento de História) – Universidade São Paulo, São Paulo, 1997.

COUTINHO, H. Puiggari. **Londrina**: estado do Paraná, 25 anos de sua história. São Paulo: Edigraf, 1959.

CUNHA, Luis Henrique; COELHO, Maria Célia Nunes. Política e gestão ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 43-76.

CUNHA, Sandra Baptista da. Canais fluviais e a questão ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 219-239.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELÉAGE, Jean Paul. **Historia de la ecología**: una ciencia del hombre y la natureza. Barcelona: Icaria, 1993.

DIAS, Adriana Carla. **Base metodológica de gestão ambiental integrada em unidades de conservação com ênfase em sistemas de interesses**. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

DOLIBAINA, P. C. **Estudo florístico e fitossociológico do Parque Arthur Thomas, Londrina – PR**. Monografia (Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Londrina. CCB/DBAV, 1992.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental**: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997

DUPUY, Jean Pierre. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio e Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Rio de Janeiro: 1999.

FARO, Fernando Rocha. Lixo e descaso no entorno do Arthur Thomas. **Folha de Londrina**. Londrina, 04 jul. 2008, p. 3.

FELIX, J. S. **O Parque Municipal Arthur Thomas, com área de 82,72ha, seria suficiente para proteger populações viáveis de morcegos?**. Monografia (Ciências Biológicas) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2000.

FERREIRA, Sandra Regina de O. **Parque Arthur Thomas**. Trabalho de pesquisa. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1990.

FIGUEIREDO, Paulo Jorge Moraes. **A sociedade do lixo**: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental. Piracicaba: Editora Unimep, 1994.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 20 jul. 1981, p. 7.

\_\_\_\_\_. **Domingo no parque**. Londrina, 14 fev.1982, p. 20.

\_\_\_\_\_. Londrina, 03 jan.1985. s/p.

\_\_\_\_\_. Londrina, 24 mai. 1986, s/p.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRANCO, José Luiz de Andrade. **Proteção da natureza e identidade nacional: 1930-1940**. Tese (Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

FULGÊNCIO, Claudia. **A importância de espaços verdes urbanos**. Disponível em: <[http://naturlink.sapo.pt/article.aspx?menuid=59&cid=8231&bl=1&viewall=true#Go\\_1](http://naturlink.sapo.pt/article.aspx?menuid=59&cid=8231&bl=1&viewall=true#Go_1)> Acesso em: 05 fev. 2009.

GALEMBECK, Glória. Usina ainda não foi restaurada. **Jornal de Londrina**, Londrina, p. 6, 07 jan. 2005.

\_\_\_\_\_. Chuvas favorecem infestação de carrapatos no Arthur Thomas. **Jornal de Londrina**, Londrina, p. 6, 07 jan. 2005.

GARCIA, Daniele Antunes. **Legislação ambiental em Londrina**. (Trabalho de conclusão de curso de História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1993.

GARCIA, Janaina. Parque ganha centro de educação ambiental. **Folha de Londrina**. Londrina, 23 mar. 2004, p.3.

GODOY, Ana. O modelo da natureza e a natureza do modelo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 4, 2000.

GUERIN, Mariana. Macacos bandidos invadem residência. **Folha de Londrina**, Londrina, 29 maio 2007, p. 3.

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e gestão ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 81-103.

HARRES, Marluza Marques. História oral: algumas questões básicas. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 99-112, dez. 2008.

HOGAN, Daniel Joseph. A qualidade ambiental urbana: oportunidades para um novo salto. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 17-23, 1995.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades jardins do amanhã**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

IAPAR – **Instituto Agrônomo do Paraná**. Dados fornecidos em 2008.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13\\_1.shtm&paginaatual=1&uf=41&letra=L](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&paginaatual=1&uf=41&letra=L)> Acesso em: 10 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Londrina** 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/online/popclock/popclock.php>> Acesso em: 10 set. 2009.

ILLICH, Ivan. **O direito ao desemprego criador**. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1979.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LEÃO, Marilza Costa. **O Parque Arthur Thomas e a usina do Ribeirão Cambé**. Monografia (História no Programa de Pós-Graduação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1996.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEMES, Francismar. Enfim um plano para o Parque Arthur Thomas. **Folha de Londrina**. Londrina, 26 jan. 2005, p. 4.

\_\_\_\_\_. Terror no parque. **Jornal de Londrina**. Londrina, 13 out. 2005, p. 6.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: SÉRIE ANTROPOLOGIA, 2002.

LLANILLO, Rafael Fuentes (Org.). **Meio ambiente urbano**. Londrina. 2000.

LONDRINA. **Agenda 21 de Londrina**: crescer sem destruir. Londrina: Grafmark, 2001.

\_\_\_\_\_. Lei de Zoneamento de Londrina. **Lei 3.706 de julho de 1984**. Londrina, 1984.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica do Município de Londrina**. Londrina, 2003.

\_\_\_\_\_. **Plano de Manejo do Parque Arthur Thomas**. Secretária Municipal do Ambiente – SEMA. Londrina, 2005.

\_\_\_\_\_. Plano Diretor do Município de Londrina. **Lei 7.482 de 20 de julho de 1998**. Londrina, 1998.

LOPES, Claudia. Beto Carrero estuda construção de parque temático em Londrina. **Folha de Londrina**. 30 maio 1997, s/p.

LORENZI, Harri. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas **Arbóreas Nativas do Brasil**, v. 1, Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2002.

LOVELOCK, James. **A vingança de Gaia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

LÖVY, Michael. **De Marx ao Ecosocialismo**. Disponível em: <[http://www.ocomuneiro.com/nr8\\_02\\_michaellowy.html](http://www.ocomuneiro.com/nr8_02_michaellowy.html)> Acesso em: 23 de jun. 2009.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do estado do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MACEDO, Silvio Soares. **Parques urbanos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MARIANO JUNIOR, Antonio. No Arthur Thomas um dia de pescaria. **Folha de Londrina**. Londrina, 21 mai. 1991, p. 8.

MARTINS, José de Souza. O tempo na fronteira. In: **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucite, 1997, p. 145-203.

MELLO, Élcio Roberto de. **Projeto Parque Arthur Thomas**. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual de Londrina, 1985.

MILANO, Marcelo Serediuk, et. al. (Org.). **Unidades de conservação: atualidade e tendências**, Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004.

MOLJINA, Manuel González. La crisis de la modernidad historiográfica y el surgimiento de la historia ecológica. In: **História e meio ambiente o impacto da expansão européia**. Ilha da Madeira, Portugal, 1999, p. 17-51.

MORAN, Emílio F. **Nós e a natureza: uma introdução às relações homem-natureza**. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Formação territorial e políticas ambientais no Brasil. In: RIBEIRO, Wagner Costa. (Org.). **Patrimônio ambiental brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2004, p. 79-87.

MOTA, Lucio Tadeu. Construção do vazio demográfico. In: **As guerras dos índios Kaingang: a história dos índios Kaingang no Paraná. (1769-1924)**. Maringá: Eduem, 1994.

MOSCOVICI, Serge. **Para pensar a ecologia**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

NOVAES, Dulcinéia. Abandonado. **Folha de Londrina**, Caderno 2. Londrina, 29 jan. 1986, p. 13.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço. In: **Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA**. São Paulo: Humanitas, Belo Horizonte: Edufmg, 2000, p. 69-91.

ONG MAE. Disponível em: <<http://www.ongmae.org.br/default.aspx>> Acesso em: 20 out. 2009.

ORICOLLI, Silvio. Vitrine do mau trato. **Folha de Londrina**. Caderno 2. Londrina, 15 jun. 1989, p. 20.

\_\_\_\_\_. Ferida ecológica. **Folha de Londrina**. Caderno 2. Londrina, 14 Jun. 1989, p. 22.

ORNELAS, Maria Edilene de. **Degradação ambiental em áreas de preservação: Parque Arthur Thomas**. Londrina – PR. Monografia (Geografia Programa de Pós-Graduação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1991.

PARANÁ. Conselho Estadual de Defesa do Meio Ambiente. **Lei 7.978 de 30 de novembro de 1984**. Curitiba, 1984.

PAULA, Zueleide Casagrande de. Verde que te quero ver-te. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999, p. 407-428.

\_\_\_\_\_. **O jardim América: o primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura**. Pós-História, Assis, v. 10, 2002, p.321-324.

POLINARI, Marcello. **Praias: ambientes social e dimensionalmente gerados em Pontal do Sul (Paraná)**. Tese (apresentada ao Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RAFFESTIN, Claude. A população e o poder: recenseamento e poder. In: **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p. 67-97.

RAMOS, Lino. Arthur Thomas. **Jornal de Londrina**. Londrina, p. 3, 17 jun. 2003

REIS, Nélio R. dos. et. al. **Mamíferos do Brasil**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2006.

REVISTA MEIO AMBIENTE. **Ama-Londrina**, Londrina: Máxima Comunicação. 1999.

ROSANVALLON, Pierre. A crise do Estado-providência. Brasília/Goiânia: Ed. UNB/UFG, 1997.

SANTIAGO, R. G. Alma de gato ou Chicoã (Piaya cayana) **Biblioteca Digital de Ciências**, 30 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.ib.unicamp.br/lte/bdc/visualizarMaterial.php?idMaterial=406>>. Acesso em: 17 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Biguá ( Phalacrocorax ( brasilianus ) olivaceus ) **Biblioteca Digital de Ciências**, 30 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.ib.unicamp.br/lte/bdc/visualizarMaterial.php?idMaterial=407>> Acesso em: 17 set. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Ed. Afrontamento, 1987.

SARIS, Simoni. Começa revitalização de parque. **Jornal de Londrina**, Londrina, 01 dez. 2005, p. 4.

SCHREIBER, Yara. **Domingo no parque**: um estudo da relação homem-natureza na metrópole paulistana. Dissertação (Mestrado em antropologia social) – São Paulo: FFLCH-USP, 1997.

SCHWARTZ, Widson. Um cidadão de Londrina. **Folha de Londrina**, 24 Jul. 1997, p.4.

SCHWARZBACH, Lincoln. **Conhecendo nossas árvores**: Açoita-Cavalo (Luehea divaricata). Disponível em: <<http://www.ecossistema.bio.br/econoticias/29/newsletter29-03.htm>> Acesso em: 29 ago. 2009.

SERRES, Michel. **O contrato natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SESSEGOLO, Gisele C. A recuperação de áreas degradadas em unidades de conservação. In: CAMPOS, João Batista et. al. (Org.). **Unidades de conservação**: ações para valorização da biodiversidade. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2006, p. 25-35.

SICK, Helmut. **Ornitologia brasileira**: uma introdução. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.

SIMONNET, Dominique. **O ecologismo**. Lisboa: Moraes Editores, 1981.

SOUSA, Marcos T.R.; MACHADO, Rodrigo. Os parques urbanos e a cidade sob a abordagem do turismo e do planejamento dos transportes. **GAIA SCIENTIA**, 2007, p. 169-180.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná**: do século XVI à década de 1950. Londrina: Ed. UEL, 2002.

STRANG, Harold. E. Parques Nacionais e reservas equivalentes: fatores de conservação do ambiente natural do homem. **Boletim Geográfico**, v. 1, n. 227, p. 124-31, 1972.

STRASS, Marli. Um domingo no Parque Arthur Thomas. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 mar.1990, p. 5.

SUZUKI, Juliana Harumi. Considerações sobre o urbanismo de Londrina e suas relações com o modelo da cidade-jardim. In: **Terra e cultura**. v. 18, n. 35, p. 25-39.

THEODORO, Apolo. Nova atração do Parque. **Folha de Londrina**, Londrina, 04 jul. 2007, p. 8.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudança de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON. E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaigángs da Bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê Meridional em movimento. São Paulo. Tese (Doutorado/Departamento de Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

TOMAZI, Nelson D. **Certeza de lucro e direito de propriedade**: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná. Dissertação (Mestrado/Departamento de História) – UNESP, Assis, 1989.

TOMAZI, Nelson D. **Norte do Paraná**: histórias e fantasmagorias. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

\_\_\_\_\_. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

\_\_\_\_\_. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

TUMA, Magda Madalena Peruzin. **Viver é descobrir**: Londrina. São Paulo: FTD, 2001.

ZAHLER, P. M. **Meio ambiente e reforma agrária**: questões para discussão. Ciência e Cultura: São Paulo.

ZANIRATO, Sílvia Helena. A precaução como um princípio para a salvaguarda do patrimônio; reflexões em torno de experiência para a proteção dos bens culturais e naturais diante das mudanças climáticas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E ÉTICA, 25., 2009. **Resumos Simpósios Temáticos...** Fortaleza: Anpuh. 2009. p. 13.

ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. **Enciclopédia Einaudi** – Estado e Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 14, p.306-317, 1989.

WESTPHALEN, Cecília Maria; et. al. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

**ANEXO**

## ANEXO A

Questionário Referente aos Moradores do Entorno do Parque Municipal Arthur  
Thomas – Londrina

1 ) Morador

2 ) Local da residência

3 ) Idade \_\_\_\_\_

4 ) Há quanto tempo reside no local: ( ) 1 a 2 anos; ( ) 2 a 5 anos; ( ) 5 a 10 anos;

( ) mais de 10 anos.

5 ) O que você entende por meio ambiente?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6 ) Conhece o Parque Arthur Thomas antes da sua criação? ( ) sim ( ) não

7 ) Como era este local antes da construção do Parque?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8 ) Conhece algum detalhe importante sobre sua construção e funcionamento?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9 ) Já visitou o Parque Arthur Thomas?

( ) Sim ( ) Não

10 ) Se a resposta for sim, qual a frequência de visita ao Parque:

( ) Já frequentou, não frequenta mais; ( ) Visitas regulares; ( ) Esporadicamente.

11 ) Se a resposta foi a primeira, qual o motivo do não retorno ao Parque?

\_\_\_\_\_

12 ) Você percebe degradação no Parque

( ) Sim ( ) Não

13 ) Se sim, quais os problemas de degradação que percebe no Parque?

( ) Destruição das árvores; ( ) Lixo; ( ) Erosão; ( ) Todos estes já citados;

( ) Outros \_\_\_\_\_

14 ) O que você acha que precisa fazer pra preservar o Parque?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

15 ) A quem você atribui esta degradação do local?

( ) A população em geral; ( ) As autoridades responsáveis; ( )

Outros \_\_\_\_\_

Por

quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

16 ) Já teve algum problema relacionado por morar no entorno do Parque? \_\_\_\_\_

17 ) Se a resposta for positiva, qual? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

18 ) O que você acha do cercamento do parque?

\_\_\_\_\_

19 ) Você gosta de ser vizinho do Parque?

( ) Sim ( ) Não

20 ) Qual o sentimento de morar ao entorno do parque:

( ) Medo; ( ) Prazer pela beleza da natureza; ( ) Paz e Sossego; ( ) Sensação de solidão; ( )

outros \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

21 ) Se a resposta for medo destacar qual:

\_\_\_\_\_

22 ) Para você é importante a existência deste Parque dentro da cidade? Por quê?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_